



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(PPGRI)**

**PARADIPLOMACIA EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA: O ACORDO
SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS ENTRE O BRASIL E A
ARGENTINA**

GUILHERME SUZIN PEREIRA DA ROSA

Foz do Iguaçu

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(PPGRI)**

**PARADIPLOMACIA EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA: O ACORDO
SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS ENTRE O BRASIL E A
ARGENTINA**

GUILHERME SUZIN PEREIRA DA ROSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, área de Estudos para a Paz, Segurança Internacional e Direitos Humanos, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira

Foz do Iguaçu

2023

GUILHERME SUZIN PEREIRA DA ROSA

**PARADIPLOMACIA EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA: O ACORDO
SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS ENTRE O BRASIL E A
ARGENTINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais, área de Estudos para a Paz,
Segurança Internacional e Direitos Humanos, na
Universidade Federal da Integração Latino-Americana,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira
UNILA

Profa. Dra. Paula Daniela Fernandez
UNILA

Profa. Dra. Suellen Mayara Péres de Oliveira
UNILA

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de 2023.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação

Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

R788p

Rosa, Guilherme Suzin Pereira da.

Paradiplomacia educacional transfronteiriça: o acordo sobre localidades fronteiriças vinculadas entre o Brasil e a Argentina / Guilherme Suzin Pereira da Rosa. - Foz do Iguaçu – PR, 2023.

148 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu-PR, 2023.

Orientador: Gustavo Oliveira Vieira.

1. Paradiplomacia (Brasil e Argentina). 2. Fronteira. 3. Educação - Cooperação internacional. 4. Brasil - Educação. 5. Argentina - Educação. I. Vieira, Gustavo Oliveira. II. Título.

CDU 327:37(81:82)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais pelo apoio e pelo incentivo aos estudos desde sempre. Sem dúvidas, essa conquista também é de vocês.

Agradeço à minha namorada Aleksandra, quem eu conheci no início do Mestrado, em meio à rotina intensa de trabalhos e estudos. Sou muito grato por todo o apoio, amor e pelo incentivo para a minha dedicação ao longo do Mestrado.

Agradeço aos meus amigos pela companhia de sempre. Aqui também aproveito para me desculpar pelas várias ausências em atividades sociais por motivos acadêmicos.

Agradeço ao meu orientador, Gustavo Oliveira Vieira, por todos os ensinamentos ao longo da construção da dissertação, pela parceria e pela dedicação com a minha pesquisa.

Agradeço à Joséli Gomes, minha orientadora na Graduação, colega no projeto de extensão na Gerência de Relações Internacionais na Prefeitura de Porto Alegre e amiga. A minha retomada para a academia foi indiretamente incentivada por ela, quando fui convidado para ministrar uma palestra remota para alunos da UFSM, em 2020. Essa oportunidade me instigou a participar do processo seletivo para o Mestrado em Relações Internacionais da UNILA, no mesmo ano de 2020.

Agradeço a todos os entrevistados que colaboraram com resultados alcançados para a minha dissertação. Foi muito gratificante ter realizado a pesquisa de campo, com a oportunidade de conhecer todos os entrevistados pessoalmente e de conhecer as cidades de Uruguaiana, Paso de los Libres, Barra do Quaraí e Bella Unión. Foram três dias de muitos aprendizados nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Uruguai.

Por fim, agradeço, de forma geral, a todo o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNILA (coordenação, professores e colegas) pela excelente experiência acadêmica que tive ao longo do Mestrado.

RESUMO

O Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas firmado em 2005 entre a Argentina e o Brasil prevê a facilitação da integração fronteiriça por 19 municípios em diferentes temáticas – dinâmica que subentende a atuação da paradiplomacia transfronteiriça, conceito apresentado ao longo da pesquisa. Neste sentido, entre as áreas de cooperação previstas no Acordo, optou-se por fazer um recorte da temática da educação, tendo em vista o potencial do artigo VII, parágrafo segundo, do Acordo, no sentido de fomentar a internacionalização da educação básica entre as localidades fronteiriças designadas e de repensar as fronteiras como áreas de integração entre os povos. Portanto, partindo da delimitação da pesquisa que inclui os municípios do Rio Grande do Sul e suas respectivas “cidades-gêmeas” argentinas, listadas no Acordo, foi possível realizar entrevistas semiestruturadas, através de uma pesquisa aplicada de natureza qualitativa com amostra não probabilística por conveniência de nove representantes da área educacional de governos não centrais e dois representantes consulares, com a finalidade de identificar quais municípios desenvolveram a paradiplomacia educacional transfronteiriça e quais são os principais entraves percebidos para a implementação destas iniciativas. Desta forma, a presente pesquisa qualitativa seguirá o seguinte itinerário: inicialmente são apresentados os conceitos teóricos que envolvem a paradiplomacia e internacionalização da educação, abordará o objeto de estudo (o Acordo bilateral), aplicará os conceitos e, a partir das entrevistas realizadas, identificará os municípios que desenvolveram iniciativas de paradiplomacia educacional transfronteiriça. Isto posto, ao longo da pesquisa, foi possível observar que embora alguns dos municípios delimitados na pesquisa tenham tido experiências de cooperação transfronteiriça na área da educação, outros carecem desta prática mesmo que façam parte do Acordo em questão. Por esta razão, a pesquisa apresenta sugestões aos governos não centrais (municípios, estados e províncias) e aos governos centrais do Brasil e da Argentina para que a pauta educacional seja implementada. O estudo também contou com realização de pesquisa de campo em regiões de fronteiras do estado do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai, de modo que os resultados desta etapa presencial foram analisados à luz da análise de conteúdo. Por fim, se no passado as fronteiras eram concebidas apenas como o limite de soberania pelos Estados, atualmente, percebe-se a oportunidade de fomentar a integração multidimensional nas regiões de fronteira, tendo o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina como um caminho para repensar as fronteiras como áreas de integração entre os povos e contribuir para a qualidade educacional e aproximação destas localidades fronteiriças.

Palavras-chave: Paradiplomacia. Fronteira. Educação. Brasil. Argentina.

ABSTRACT

The Agreement on Linked Border Localities signed in 2005 between Brazil and Argentina provides for the facilitation of border integration by 19 municipalities in different themes - a dynamic that implies the performance of cross-border paradiplomacy, a concept presented throughout the research. In this sense, among the cooperation areas foreseen in the Agreement, it was chosen to focus on education, considering the potential of Article VII, second paragraph, of the Agreement, to promote the internationalization of basic education among the designated border localities and to rethink the borders as areas of integration among peoples. Therefore, starting from the delimitation of the research that includes the municipalities of the state of Rio Grande do Sul and their respective "twin-cities" of Argentina listed in the Agreement, it was possible to conduct semi-structured interviews, through an applied research of a qualitative nature with a non-probabilistic sample by convenience of ten representatives of the educational area of non-central governments and two consular representatives, in order to identify which municipalities have developed cross-border educational paradiplomacy and what are the main perceived barriers to the implementation of these initiatives. Thus, this qualitative research will follow the following itinerary: initially, the research will present the theoretical concepts that involve paradiplomacy and internationalization of education, then it will approach the object of study (the bilateral agreement), it will apply the theoretical concepts and, based on the interviews conducted, the research will identify the municipalities that have developed cross-border educational paradiplomacy. That said, throughout the research, it was possible to observe that although some of the municipalities delimited in the research have had experiences of cross-border cooperation in the area of education, other municipalities lack this practice even though they are part of the bilateral Agreement. For this reason, the research presents suggestions to the non-central governments (municipalities, states and provinces) and to the central governments of Brazil and Argentina for the implementation of the educational agenda. The study also included field research in border regions of the state of Rio Grande do Sul with Argentina and Uruguay, so that the results of this face-to-face stage were interpreted based on content analysis. Finally, if in the past the borders were conceived only as the limit of sovereignty by the States, currently, one perceives the opportunity to foster multidimensional integration in border regions, having the Agreement on Linked Border Localities between Brazil and Argentina as a path to rethink the borders as areas of integration among peoples and contribute to the educational quality and approximation of these border localities.

Keywords: Paradiplomacy. Border. Education. Brazil. Argentina.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAIC – Escola Municipal de Ensino Fundamental do Complexo Escolar Elvira Ceratti
CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOM – Documento Orientador Municipal de São Borja
FEM – Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL
FOCEM – Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GTEIF – Grupo de Trabalho Escolas Interculturais de Fronteiras do MERCOSUL
ISM – Instituto Social do MERCOSUL
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
ONU – Organização das Nações Unidas
PARLASUL – Parlamento do MERCOSUL
PEIBF – Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira
PEIF – Programa Escolas Interculturais de Fronteira
RS – Rio Grande do Sul
SEM – Setor Educacional do MERCOSUL
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com as demarcações dos municípios que fazem parte do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil.....	55
Figura 2 - Mapa situando São Borja (RS) e Santo Tomé (Argentina)	60
Figura 3 - Mapa situando Uruguaiana (RS) e Paso de los Libres (Argentina).....	63
Figura 4 - Mapa situando Barra do Quaraí (RS), Bella Unión (Uruguai) e Monte Caseros (Argentina).....	65
Figura 5 - Mapa situando Itaqui (RS) e Alvear (Argentina)	68
Figura 6 - Mapa situando Porto Mauá (RS) e Alba Posse (Argentina)	69
Figura 7 - Mapa situando Porto Xavier (RS) e San Javier (Argentina).....	71
Figura 8 - Prédio da Escola CAIC	105
Figura 9 - Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres	106
Figura 10 - Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín Pedro Justo, em direção ao Brasil.....	107
Figura 11 - Secretaria Municipal de Educação de Uruguaiana	107
Figura 12 - Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana.....	108
Figura 13 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Barra do Quaraí	109
Figura 14 - Travessia na Ponte Internacional Bella Unión - Barra do Quaraí.....	110
Figura 15 - Cartazes escritos em português pelos alunos uruguaianos	110
Figura 16 - Visita à Escuela 78, em Bella Unión (Uruguai).....	111
Figura 17 - Retorno para Porto Alegre	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Listagem dos sujeitos de pesquisa entrevistados – governos não centrais...	17
Quadro 2 - Listagem dos sujeitos de pesquisa entrevistados – consulados.....	18
Quadro 3 - Listagem dos sujeitos de pesquisa entrevistados – pesquisador	18
Quadro 4 – Listagem dos municípios integrantes do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil	54
Quadro 5 - Listagem das tentativas de entrevistas que não foram realizadas	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados de São Borja e Santo Tomé.....	59
Tabela 2 - Dados de Uruguaiana e Paso de los Libres	62
Tabela 3 - Dados de Barra do Quaraí, Monte Caseros e Bella Unión.....	64
Tabela 4 - Dados de Itaqui e Alvear	67
Tabela 5 - Dados de Itaqui e Alvear	69
Tabela 6 - Dados de Porto Xavier e San Javier	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 PARADIPLOMACIA EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA	22
1.1 PARADIPLOMACIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	22
1.1.1 Federalismo e Perspectiva jurídica para a Paradiplomacia.....	28
1.2 PARADIPLOMACIA TRANSFRONTEIRIÇA E A CONEXÃO COM A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO.....	31
1.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	35
1.3.1 A Internacionalização da Educação no MERCOSUL	37
1.3.2 Internacionalização do Ensino Superior	40
1.3.3 Internacionalização da Educação Básica	44
2 DO BINACIONAL AO LOCAL: O ACORDO SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA E OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES	50
2.1 DA RIVALIDADE À INTEGRAÇÃO: A RELAÇÃO BILATERAL ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA	50
2.2 O ACORDO SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS ENTRE A ARGENTINA E O BRASIL.....	53
2.3 OS MUNICÍPIOS GAÚCHOS DESIGNADOS NO ACORDO E O BREVE HISTÓRICO COM AS RESPECTIVAS CIDADES-GÊMEAS DA ARGENTINA....	58
2.3.1 São Borja (RS, Brasil) e Santo Tomé (Corrientes, Argentina).....	58
2.3.2 Uruguaiana (RS, Brasil) e Paso de los Libres (Corrientes, Argentina)	61
2.3.3 Barra do Quaraí (RS, Brasil) e a Tríplice Fronteira com Monte Caseros (Corrientes, Argentina) e Bella Unión (Artigas, Uruguai)	64
2.3.4 Itaqui (RS, Brasil) e Alvear (Corrientes, Argentina)	66
2.3.5 Porto Mauá (RS, Brasil) e Alba Posse (Misiones, Argentina).....	68
2.3.6 Porto Xavier (RS, Brasil) e San Javier (Misiones, Argentina)	69
3 ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO VII, PARÁGRAFO SEGUNDO, OS DESAFIOS E O HORIZONTE PARA A PARADIPLOMACIA EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA.....	73
3.1 ENTREVISTAS COM OS REPRESENTANTES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO DOS GOVERNOS NÃO CENTRAIS	75
3.1.1 Municípios com histórico de paradiplomacia educacional transfronteiriça	77
3.1.2 Municípios sem histórico de paradiplomacia educacional transfronteiriça....	83
3.2 ENTREVISTAS COM OS REPRESENTANTES DOS CONSULADOS- GERAIS DO BRASIL E DA ARGENTINA	84

3.2.1	Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres	86
3.2.2	Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana.....	88
3.3	ANÁLISES GERAIS SOBRE AS ENTREVISTAS REALIZADAS	91
3.4	SUGESTÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO VII, PARÁGRAFO SEGUNDO, OS DESAFIOS E O HORIZONTE PARA A PARADIPLOMACIA EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA.....	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	APÊNDICE A – CADERNO DE PESQUISA DE CAMPO	104
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	113
	REFERÊNCIAS	116
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COM REPRESENTANTES DOS GOVERNOS NÃO CENTRAIS.....	129
	ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COM REPRESENTANTES CONSULARES.....	131
	ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COM PESQUISADOR.....	133
	ANEXO D – ACORDO SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA.....	135

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a paradiplomacia transfronteiriça a partir de um acordo internacional assinado pelo Brasil e pela Argentina em 2005: o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas. Esta iniciativa bilateral prevê cooperação para diferentes áreas temáticas entre dez localidades fronteiriças de ambos os países, de modo que os municípios designados no Acordo¹ sejam diretamente envolvidos, trabalhando conjuntamente (e internacionalmente) com os seus respectivos pares².

Pelo fato de o Acordo já estar em vigor por ambos Estados, é possível conceber o potencial de empregar a paradiplomacia transfronteiriça a partir das temáticas que o Acordo indica, cabendo às áreas envolvidas atuarem conjuntamente. Afinal, dialogando com outro conceito da pesquisa – integração regional multinível – o Acordo permite o aprofundamento da integração regional a partir das diferentes temáticas de municípios ao trabalharem conjuntamente. A delimitação desta pesquisa é referente aos municípios do estado do Rio Grande do Sul juntamente com as respectivas cidades-gêmeas argentinas, visando a conhecer a realidade dos municípios gaúchos a partir do Acordo, além de serem localidades próximas para as pesquisas de campo realizadas, conforme será detalhado a seguir.

Considerando que o tema da pesquisa é a paradiplomacia transfronteiriça, a área potencializada neste estudo é a educação, presente no Acordo bilateral a partir do artigo VII, parágrafo segundo. A preferência pela temática da educação se dá por conta da identificação e experiência profissional do autor na internacionalização da educação – este que é um dos conceitos a serem empregados na dissertação, inclusive, em virtude da correlação às iniciativas previstas no Acordo.

Vale ressaltar que a ênfase da internacionalização da educação será para a Educação Básica, uma vez que a maioria das publicações acadêmicas sobre a internacionalização do ensino fazem referência ao ensino superior – a partir da cooperação entre universidades, por exemplo -, ao passo que empregando a temática

¹ Embora o capítulo dois apresente mais detalhes sobre o Acordo, cabe mencionar previamente os municípios brasileiros e argentinos fazem parte do Acordo, com base nas respectivas ordens de cidades-gêmeas: Foz do Iguaçu (PR) - Puerto Iguazú; Capanema – Andresito; Barracão (PR) e Dionísio Cerqueira (SC) - Bernardo de Irigoyen; Porto Mauá (RS) - Alba Posse; Porto Xavier (RS) - San Javier; São Borja (RS) - Santo Tomé; Itaqui (RS) – Alvear; Uruguaiana (RS) - Paso de los Libres; e Barra do Quaraí (RS) - Monte Caseros.

² A atuação internacional realizada por governos não centrais é um fenômeno conhecido como paradiplomacia, no qual será apresentado brevemente na introdução e explorado com mais densidade ao longo da pesquisa, sendo voltado, principalmente, para a questão fronteiriça.

sobre a internacionalização da educação básica possibilita trabalhar com um conceito em desenvolvimento.

Isto posto, considerando que o Acordo entre o Brasil e a Argentina entrou em vigor por ambos os Estados, este estudo apresentará, ao final, a identificação das iniciativas de cooperação previstas na área da educação e suas respectivas análises, podendo verificar o que se configurou (ou não) em políticas públicas em nível municipal a partir das entrevistas e pesquisas de campo realizadas com os municípios delimitados em questão³.

Ainda, pode se dizer que o Acordo entre o Brasil e a Argentina é uma possibilidade para fomentar o engajamento dos governos subnacionais de fronteira junto ao MERCOSUL, tendo em vista que, em 2019, foi assinado o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas do MERCOSUL, que amplia a atuação transfronteiriça para mais países e localidades fronteiriças.

Assim, justificando o tema e a aderência à linha de pesquisa do Programa de Mestrado, utilizam-se quatro diferentes classes de relevância para a pesquisa. São as seguintes justificativas:

Para as Relações Internacionais: a ascensão do processo de internacionalização dos governos locais mostra-se cada vez mais presente no cenário internacional e vem ganhando mais espaço na academia. Diante disto, a ênfase nas localidades fronteiriças do Brasil e da Argentina é uma possibilidade de diversificar o estudo da paradiplomacia e conectar-se com a perspectiva multidimensional da integração regional.

Para o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNILA: a paradiplomacia tem se mostrado um tema emergente na área de Relações Internacionais como um todo. Não obstante, o estudo sobre a perspectiva das cidades fronteiriças possibilita uma conexão com a missão e a vocação da UNILA, por meio da integração e cooperação de países da América Latina. Com relação às linhas de pesquisa do Programa, a temática desenvolvida está inserida na linha número um, Estudos para a Paz, Segurança Internacional e Direitos Humanos, devido à conexão da temática de integração fronteiriça com a paz, além de dialogar com a linha de pesquisa número três, Política Externa, Atores e Processos Internacionais, por considerar a atuação de distintos atores no cenário internacional (como os governos não centrais). Outro aspecto é localização privilegiada da UNILA na cidade de Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira com o Paraguai (Ciudad del

³ Mais detalhes a respeito da pesquisa de campo são apresentados no presente item e no capítulo três.

Este) e Argentina (Puerto Iguazú) – sendo esse último foi o local de assinatura do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil em 2005.

Para a sociedade: no momento em que as iniciativas na paradiplomacia são trabalhadas conjuntamente, a sociedade beneficia-se e a integração na região diversifica-se. Desta forma, o presente estudo pode enfatizar à sociedade em geral a importância da integração pelas cidades nas regiões de fronteira, sobretudo entre o Brasil e a Argentina, além de ser fonte para a pesquisa acadêmica e referência técnica para profissionais atuantes na área internacional de governos locais. Ademais, o tema da pesquisa aborda, a partir do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças e sua aplicabilidade, iniciativas que trazem inovação e impacto socioeconômico nas regiões de fronteira.

Para o interesse pessoal: as vivências profissionais nas áreas da paradiplomacia e da internacionalização da educação pelo autor motivaram a escolha do tema. O tema da pesquisa permite conectar dois subtemas comuns de práticas pessoais no âmbito profissional e acadêmico.

Por conseguinte, a pesquisa responderá à pergunta que se direciona à análise da implementação do artigo VII, parágrafo segundo do Acordo. Ao considerar a vigência do Acordo e a capacidade de fomentar a cooperação transfronteiriça pelas cidades-gêmeas brasileiras e argentinas, é feita a seguinte pergunta de pesquisa:

Quais são os avanços e/ou entraves referentes à implementação da paradiplomacia educacional transfronteiriça pelos municípios brasileiros do estado do Rio Grande do Sul e as respectivas cidades-gêmeas da Argentina, promovidos pelo Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina?

Além disso, a pesquisa estabelece um objetivo geral e três objetivos específicos para responder ao problema e guiar o estudo sobre a paradiplomacia, bem como entender a internacionalização da educação a partir do Acordo. Isto posto, enquanto objetivo geral, a pesquisa centrará em:

- Estudar, desde a perspectiva da paradiplomacia transfronteiriça, o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil (2005-atual), a partir das variáveis específicas possibilitadas através das pesquisas de campo e demais entrevistas realizadas.

Assim sendo, os três objetivos específicos são:

- Examinar o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina e as iniciativas previstas na área da educação;

- Analisar a implementação do artigo VII, parágrafo segundo, do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina pelos municípios do estado do Rio Grande do Sul e seus pares da Argentina;
- Determinar quais ações na área da educação foram instrumentalizadas nas localidades fronteiriças entre o Rio Grande do Sul e seus pares argentinos.

Para que a pesquisa responda ao problema e cumpra os objetivos geral e específicos, é necessário revelar os **aspectos metodológicos** para tais finalidades⁴. Neste sentido, a pesquisa aplicada será do tipo qualitativa.

De acordo com Barragán (2007), a pesquisa qualitativa tem como foco a compreensão do mundo social a partir do ponto de vista do autor, fazendo com que o mesmo esteja próximo dos sujeitos da pesquisa, com o devido interesse em conhecer o contexto social das pessoas envolvidas. Ou seja, o pesquisador busca entender a realidade para interpretá-la no seu estudo, podendo ser através dos seguintes métodos interativos, conforme Rossman e Rallis: escutando, olhando, falando, entrevistando e observando. Além do mais, permite a realização de pesquisas de campo, de modo a estar de frente a pessoas que são importantes para a obtenção dos dados para o estudo (ROSSMAN; RALLIS, 2017).

Desse modo, entre os tipos de pesquisa qualitativas citadas por Barragán (2007), a que se encaixa neste contexto é a de estudos de campo, que permite maior profundidade e busca entender um fenômeno amplo a partir de um caso específico ou particular (apud KATZ, 1972). Ao longo da pesquisa foram realizadas entrevistas com representantes das áreas educacionais dos governos não centrais, representantes consulares e pesquisador especialista na temática sobre internacionalização da educação básica. Estas entrevistas ocorreram de diversos modos, como através de pesquisas de campo, videochamadas, ligações telefônicas e e-mail.

Por serem categorias diferentes de entrevistados, as listagens estarão presentes nos próximos Quadros abaixo, iniciando com os sujeitos representantes da área

⁴ Um aspecto adicional sobre a metodologia: pelo fato de a pesquisa apenas monitorar a implementação do artigo VII, parágrafo segundo do Acordo, não há necessidade de passar pelo Comitê de Pesquisa e Ética (CEP). Conforme referência da FIOCRUZ: "Pesquisas que tenham como objetivo apenas o monitoramento de um serviço, para fins de sua melhoria ou implementação, que não visam obter um conhecimento generalizável, mas apenas um conhecimento que poderá ser utilizado por aquele serviço ao qual se destina" (FIOCRUZ, 2023).

educacional dos governos não centrais (sendo todos com nomes genéricos), conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Listagem dos sujeitos de pesquisa entrevistados – governos não centrais

Sujeitos entrevistados	Cargo e instituição dos(as) entrevistado(as)	Localidade	Modo da entrevista	Data ⁵
Entrevistado A	Vice-Diretor na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Complexo Escolar Elvira Ceratti	Uruguaiana (RS)	Pesquisa de campo	16/05/2022
Entrevistado B	Professor na Secretaria Municipal de Educação	Uruguaiana (RS)	Pesquisa de campo e vídeo chamada	17/05/2022
Entrevistado C	Secretário na Secretaria Municipal de Educação	Barra do Quaraí (RS)	Pesquisa de campo	18/05/2022
Entrevistado D	Professor na Secretaria Municipal de Educação	Barra do Quaraí (RS)	Pesquisa de campo	18/05/2022
Entrevistado E	Professor da Escola Municipal 22 de Outubro	Barra do Quaraí (RS)	Pesquisa de campo e vídeo chamada	18/05/2022
Entrevistado F	Representante da Secretaria Municipal de Educação	Itaqui (RS)	Ligação telefônica	14/03/2022
Entrevistado G	Diretor do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação	São Borja (RS)	E-mail	08/08/2022
Entrevistado H	Representante da Secretaria Municipal de Educação	Porto Mauá (RS)	Ligação telefônica	18/03/2022
Entrevistado I	Representante da Secretaria Municipal de Educação	Porto Xavier (RS)	E-mail	25/03/2022

Fonte: Elaborado pelo autor.

A seguir, no Quadro 2, é possível acompanhar as informações referentes às entrevistas realizadas com os representantes consulares, com os nomes genéricos dos sujeitos:

⁵ Foi considerada a data do último contato realizado com cada um dos municípios, ou seja, embora tenham sido realizadas entrevistas através de videochamadas com os municípios de Uruguaiana e Barra do Quaraí, as datas mencionadas no Quadro 1 são referentes às entrevistas realizadas em campo.

Quadro 2 - Listagem dos sujeitos de pesquisa entrevistados – consulados

Sujeitos entrevistados	Cargo e instituição dos(as) entrevistado(as)	Localidade	Modo da entrevista	Data
Entrevistado J	Cônsul no Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres	Paso de los Libres (Argentina)	Pesquisa de campo	17/05/2022
Entrevistado K	Cônsul no Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana	Uruguaiana (RS)	Pesquisa de campo	18/05/2022

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já a última categoria de sujeitos entrevistados é a de pesquisador. Embora mais convites tenham sido realizados para a pesquisa incluir mais sujeitos entrevistados nesta categoria, foi possível realizar a entrevista com o pesquisador especialista na temática da internacionalização, com nome genérico, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 - Listagem dos sujeitos de pesquisa entrevistados – pesquisador

Sujeito entrevistado	Cargo e instituição do entrevistado	Localidade	Modo da entrevista	Data
Entrevistado L	Pesquisador e Doutorando na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	Videochamada	22/12/2022

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe salientar que havia a pretensão de realizar outras entrevistas para a pesquisa, especificamente com representantes dos governos não centrais argentinos. Todavia, apesar das tentativas de contatos ao longo da dissertação, não foi possível avançar com esses atores, conforme será ressaltado no capítulo 3.

Como é possível observar nos quadros apresentados acima, a pesquisa terá como amostra não probabilística por conveniência de nove representantes da área educacional de governos não centrais e dois representantes consulares do Brasil e Argentina de regiões de fronteira. Neste sentido, as entrevistas realizadas durante as pesquisas de campo e as entrevistas remotas estão dentro da categoria de entrevista semiestruturada.

Quer dizer, embora as entrevistas realizadas contivessem um roteiro e uma série de perguntas predeterminadas, as entrevistas não seguiram necessariamente a ordem inicial, permitindo que os entrevistados pudessem “expressar-se livremente”, a partir de suas considerações e da ordem que desejassem. A característica de maior flexibilidade presente na entrevista semiestruturada permite uma abertura para conhecer a visão dos

entrevistados sobre a paradiplomacia educacional transfronteiriça (QUIVY; VAN CAMPENHOUDT, 2005).

No tocante às fontes utilizadas, a pesquisa inclui fontes bibliográficas e documentais. Sobre as fontes bibliográficas, foram utilizados materiais que já foram publicados por outros autores – como livros, revistas acadêmicas, jornais, artigos e teses. Portanto, por reunir diversidade de publicações e variedade de autores (tanto representantes da academia, como de organismos internacionais e de governos subnacionais), as fontes desses dois grupos foram utilizadas para a pesquisa, contribuindo para aprofundar a paradiplomacia de modo geral, além da ênfase sobre a atuação transfronteiriça. Também foram contempladas fontes a respeito da internacionalização da educação, buscando, sobretudo, a ênfase na Educação Básica, visto que a maioria das publicações aborda da perspectiva do nível superior. Ainda, além das publicações desses dois grupos, outras fontes foram utilizadas ao longo do desenvolvimento da dissertação.

No que concerne às fontes documentais, a pesquisa contou com a análise dos seguintes materiais: atas de setores responsáveis pela temática da educação no MERCOSUL, atas de reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça, páginas oficiais dos governos não centrais designados na pesquisa e consulado, além do próprio Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, disponível integralmente no Anexo D.

Além do mais, a pesquisa segue o seguinte itinerário: o primeiro capítulo da dissertação tem o objetivo de trazer os conceitos teóricos aplicados na pesquisa e os contextos em que as Relações Internacionais e a paradiplomacia estão implicadas, além da internacionalização da educação. Ainda, quando tratamos do fenômeno da paradiplomacia, a perspectiva jurídica varia de acordo com o Estado nacional no qual o governo subnacional é parte. Por esse motivo, o capítulo apresentará o Federalismo e as perspectivas jurídicas da Argentina e do Brasil sobre a paradiplomacia, visto que são os países signatários do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas.

O primeiro capítulo também emprega dois conceitos essenciais para a pesquisa: a paradiplomacia educacional transfronteiriça e a internacionalização da educação básica, que, na prática, fomentam a integração regional multidimensional por diversificarem a cooperação para outras áreas. Afinal, são conceitos que se conectam com a aplicabilidade do último capítulo da dissertação.

O segundo capítulo, por sua vez, é pautado no objeto da pesquisa: o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculada entre a Argentina e o Brasil. Primeiramente, antes de abordar propriamente sobre o Acordo, será feita uma breve análise sobre o passado de rivalidade e o desenvolvimento da integração nesta relação bilateral. Após, o Acordo será analisado como um todo, atendendo também à ênfase para a área da educação. Em seguida, o capítulo abordará o histórico de cada um dos municípios delimitados na pesquisa⁶, de modo que seja possível trazer contextos e elementos como a formação histórica das cidades; características demográficas e geográficas; mapas ilustrativos das localidades fronteiriças; quais dispõem de infraestrutura para se conectar com a respectiva cidade-gêmea estrangeira⁷; iniciativas de destaques a partir das paradiplomacias locais; entre outros elementos.

Por último, o terceiro capítulo tem como objetivo abordar a implementação do artigo VII, parágrafo segundo, referente à paradiplomacia transfronteiriça na área da educação, além de refletir sobre o horizonte da paradiplomacia aplicada à educação nas regiões de fronteira. Para tanto, este capítulo contemplará a maioria das entrevistas mencionadas anteriormente no Quadro 1 (exceto a entrevista com o pesquisador especialista sobre internacionalização da educação básica, a ser mencionado no primeiro capítulo), dialogando com os objetivos geral e específicos e com a pergunta de pesquisa. Ao final do terceiro capítulo, será possível identificar sobre as variáveis presentes no problema da pesquisa, que são os avanços ou entraves sobre a implementação da paradiplomacia educacional transfronteiriça, considerando as iniciativas educacionais previstas no Acordo, assim como serão apresentadas determinadas sugestões direcionadas aos governos não centrais (municípios, estados e províncias) e aos governos nacionais para a implementação do artigo VII, parágrafo segundo.

Afinal, após o entendimento dos conceitos teóricos e das informações obtidas por meio das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, será possível fazer com que a dissertação também sirva de estudo informativo aos gestores públicos de governos não centrais e governos nacionais para que a paradiplomacia educacional transfronteiriça seja praticada, impactando positivamente na formação dos estudantes das regiões de fronteira.

⁶ Embora sejam dez municípios brasileiros no Acordo, conforme visto anteriormente, a delimitação será de seis municípios do estado do Rio Grande do Sul, considerando a relação com as respectivas cidades-gêmeas argentinas (além do único município uruguaio integrado na pesquisa, na tríplice fronteira de Brasil-Argentina-Uruguai).

⁷ Neste caso, pelo fato de as regiões de fronteira entre o Brasil e a Argentina serem fluviais (a partir do Rio Uruguai), será possível identificar quais são as localidades que estão conectadas por pontes rodoviárias, por exemplo, encaradas como um fator que facilita o acesso e a relação bilateral de forma geral.

A seguir será possível acompanhar o primeiro capítulo do estudo, responsável por empregar os principais conceitos teóricos que estão conectados ao objeto da pesquisa.

1 PARADIPLOMACIA EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA

O primeiro capítulo da dissertação tem o objetivo de revisitar contribuições sobre o tema, através dos três subitens estabelecidos: Paradiplomacia nas Relações Internacionais; Paradiplomacia Transfronteiriça e a Conexão com a Temática da Educação; Internacionalização da Educação. Para além da revisão de literatura, serão articuladas diferentes abordagens entre esses, bem como será contextualizado o universo conceitual.

Seguindo a ordem estabelecida, o próximo subitem, além de contemplar as principais abordagens sobre paradiplomacia, conectará o fenômeno da internacionalização dos governos não centrais com as Relações Internacionais. Afinal, a paradiplomacia está inserida na grande área das Relações Internacionais.

1.1 PARADIPLOMACIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao analisarmos as Relações Internacionais e o instrumento jurídico, entendemos o Estado como sujeito originário do Direito Internacional e aquele capaz de ser titular de direitos e obrigações, de criar fontes de Direito Internacional e reclamar suas violações, assim como as Organizações Internacionais. Além da categoria de sujeito, a de ator internacional mostra-se relevante, classificada como aquela que participa de relações jurídicas e políticas internacionais, como empresas, organizações não-governamentais, entre outros, além dos próprios Estados e Organismos Internacionais (VARELA, 2012). Em outras palavras, uma maior amplitude do conceito de ator internacional permite analisar outros atores relevantes nas Relações Internacionais, como os governos subnacionais.

Embora seja possível entender a pluralidade de atores no cenário internacional, o surgimento das Teorias das Relações Internacionais tem base na premissa do Estado-Nação como ator protagonista. Historicamente, no início do século XX, a criação da Liga das Nações e os discursos utópicos e pacifistas no sistema internacional foram criticados por autores da escola Realista – como Morgenthau, pela incapacidade de ter evitado as decorrentes disputas bélicas no sistema internacional. Isto é, apesar da narrativa pela escola Liberal (como na obra de Norman Angell) no tocante ao desarmamento geral ou limitação recíproca e proposições que dialogam sobre a importância do comércio exterior

para evitar conflitos, as guerras não foram evitadas. A visão sustentada pela centralidade do Estado para a busca pelo poder no sistema internacional, conforme Morgenthau, foi reforçada nas Relações Internacionais (ANGELL, 2002; MORGENTHAU, 2003).

Por outro lado, com o passar das décadas do século XX, outros atores passaram a perceber as mudanças nas dinâmicas das Relações Internacionais, em uma concepção mais inclusiva que vai além do Estadocentrismo. É o que os autores Robert Keohane e Joseph Nye expressam a partir do conceito de interdependência:

In common parlance, dependence means a state of being determined or significantly affected by external forces. Interdependence, most simply defined, means mutual dependence. Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries. (KEOHANE; NYE, 2011, p. 9)⁸.

Conforme os autores citam, a interdependência reflete em uma dinâmica em que não apenas os Estados são atores dentro do sistema internacional, mas outros atores também são considerados. Neste sentido, os autores empregam o conceito de Teoria da Interdependência Complexa, argumentando que esta visão “se aproxima mais da realidade que o realismo” e criticando a escola realista por não terem considerado a relevância de outros atores transnacionais na política internacional (KEOHANE; NYE, 2011, p. 19, 20).

Neste caso, tratando especificamente desta visão mais inclusiva nas Relações Internacionais, Keohane e Nye destacam os canais múltiplos:

Multiple channels connect societies, including: informal ties between governmental elites as well as formal foreign office arrangements; informal ties among nongovernmental elites (face-to-face and through telecommunications); and transnational organizations (such as multinational banks or corporations). These channels can be summarized as interstate, transgovernmental, and transnational relations. Interstate relations are the normal channels assumed by realists. Transgovernmental applies when we relax the realist assumption that states act coherently as units; transnational applies when we relax the assumption that states are the only units. (KEOHANE; NYE, 2011, p. 20)⁹.

⁸ Tradução livre: Em linguagem comum, dependência significa um estado de ser determinado ou significativamente afetado por forças externas. Interdependência, mais simplesmente definida, significa dependência mútua. A interdependência na política mundial refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores de diferentes países.

⁹ Tradução livre: Múltiplos canais unem sociedades, incluindo: laços informais entre elites governamentais, bem como acordos formais de escritório no exterior; laços informais entre elites não-governamentais (frente a frente e através de telecomunicações); e organizações transnacionais (tais como bancos ou corporações multinacionais). Esses canais podem ser resumidos como relações interestatais, transgovernamentais e

Entre os canais mencionados, o primeiro relaciona-se com a visão tradicional Estadocêntrica das Relações Internacionais, sobretudo do realismo, por conta do enfoque às relações Estatais. A segunda, também entendida pelos autores como Transgovernamental, apresenta a ideia de que as relações entre os Estados não ocorrem de forma coesa (KEOHANE; NYE, 2011). Por fim, o canal Transnacional compete aos atores das Relações Internacionais, que vão além dos Estados.

Por mais que a Teoria da Interdependência Complexa não especifique o fenômeno da internacionalização dos atores subnacionais, conforme Cezário (2011), o canal múltiplo da categoria Transnacional é uma visão dentro das Teorias das Relações Internacionais, que se aproxima deste fenômeno.

Neste sentido, por meio da intensificação da globalização e dos processos de integração regional no final do século XX, atores subnacionais foram projetados com maior relevância internacional (RODRIGUES, 2004). Assim, a academia passou a estudar a internacionalização dos entes subnacionais neste período, construindo o conceito de paradiplomacia a partir dos principais autores sobre o tema (Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos). Além do mais, ambos autores são comumente referenciados por outros pesquisadores, que aprofundaram os estudos neste campo¹⁰.

A expressão paradiplomacia é mencionada por Duchacek em 1984, quando entende esta nomenclatura como resultado da microdiplomacia, que “compreende a procura de cooperação política e econômica com grandes centros de poder por parte dos governos subnacionais”, conforme apontado por Junqueira (2018, p. 50). Após dois anos, em 1986, Duchacek publica novamente sobre a temática, mas desta vez substituindo microdiplomacia por paradiplomacia com a finalidade de explicitar a atuação externa dos governos não centrais (DUCHACEK, 1984; DUCHACEK, 1986 apud JUNQUEIRA, 2018). Adiante, Duchacek (1990) aprofunda a visão sobre a paradiplomacia ao identificar quatro formas de atuação específicas, conforme abaixo:

transnacionais. As relações interestatais são os canais normais assumidos pelos realistas. Transgovernamentais se aplicam quando flexibilizamos a suposição realista de que os estados agem coerentemente como unidades; transnacionais se aplicam quando flexibilizamos a suposição de que os estados são as únicas unidades.

¹⁰ Vale mencionar que a primeira publicação na academia com a nomenclatura paradiplomacia, de acordo com Kuznetsov, foi em 1961, quando o autor Rohan Butler publicou um capítulo com esta terminologia (KUZNETSOV, 2015). Contudo, os autores mais referenciados na academia por desenvolverem o conceito de paradiplomacia são Duchacek e Soldatos.

A primeira, **paradiplomacia regional transfronteiriça**, é entendida como contatos institucionais, formais e informais realizados por governos não centrais de regiões de fronteira, motivados pela aproximação geográfica e pelas similaridades para o enfrentamento de problemas comuns nas localidades. Ainda que o autor utilize exemplos das regiões fronteiriças dos Estados Unidos com o México e Canadá (DUCHACEK, 1990), esta concepção de paradiplomacia transfronteiriça também pode ser considerada para a paradiplomacia transfronteiriça entre o Brasil e a Argentina, conforme o enfoque da pesquisa.

A segunda, **paradiplomacia transregional**, ocorre quando os governos não centrais não estão geograficamente próximos (diferentemente da tipologia anterior), embora os seus Estados nacionais sejam fronteiriços. Neste caso, Duchacek utiliza como exemplo a experiência da província de Québec, no Canadá, a partir dos seus escritórios de representação comercial em diferentes regiões dos Estados Unidos (DUCHACEK, 1990).

Já a **paradiplomacia global** refere-se à atuação externa de governos não centrais em outras regiões do planeta. Um dos exemplos mencionados por Duchacek, com relação à experiência do Canadá, é a atuação dos escritórios comerciais das províncias de Québec e Ontario em Dusseldorf e Frankfurt, respectivamente. Além do mais, a paradiplomacia global é mais abrangente por considerar a atuação externa destes governos não centrais junto aos departamentos de relações exteriores de Estados nacionais (DUCHACEK, 1990).

Por último, a **protodiplomacia** é uma forma de atuação externa por governos não centrais com perfil separatista. Neste caso, atores com este perfil utilizam a protodiplomacia para aumentar a sua influência internacional com vistas à tentativa de reconhecimento de soberania no futuro (DUCHACEK, 1990).

Outro autor considerado como um dos expoentes sobre a paradiplomacia é Soldatos. Na visão do mesmo, a paradiplomacia é a expressão para delinear o movimento paralelo das atividades externas por entidades políticas não centrais em relação ao Estado Nacional, podendo ser de forma autônoma ou conjunta. O sufixo ‘para’ representa a atuação fora da estrutura tradicional do Estado-Nação. Inclusive, o autor traz duas perspectivas neste sentido: a paradiplomacia global, quando o governo subnacional lida com agendas relacionados ao sistema como um todo, e a paradiplomacia regional, quando a atuação é voltada às questões regionais, como redes de cidades, estados, províncias ou departamentos (SOLDATOS, 1990).

Com relação a essas duas abrangências de atuação, especialmente a partir de redes internacionais, vale evidenciar uma experiência global e regional. No âmbito global, a Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), fundada em 2004 com a ambição de ser a “ONU das cidades”, é considerada a principal organização global que abrange os municípios, buscando a aumentar a influência dos governos não centrais perante às Nações Unidas (KLEIMAN; CEZÁRIO, 2012).

No âmbito da paradiplomacia regional, a rede Mercocidades é um importante expoente com relação aos municípios da América do Sul como um todo. Foi fundada em 1995, a partir do engajamento de 12 municípios¹¹ da região, de modo que a rede não foi criada a partir do MERCOSUL ou dos governos nacionais. A Mercocidades atualmente possui 364 municípios membros e promove a integração regional a partir de diferentes temáticas¹².

Além de Soldatos, outro autor comumente referenciado quanto ao conceito de paradiplomacia é Noé Cornago. Em sua visão, a paradiplomacia é definida como o envolvimento de governos não centrais nas Relações Internacionais, por meio da interação (contatos formais e informais, permanentes ou provisórios) com entidades estrangeiras públicas ou privadas. A aproximação com o exterior, conforme o autor, objetiva promover questões socioeconômicas, culturais ou outras dimensões conforme as competências constitucionais previstas para este ator paradiplomático (CORNAGO, 1999).

Outra abordagem que aprofunda a temática da paradiplomacia, trazendo diferentes concepções quanto à prática, é trabalhada pelo autor Nahuel Oddone, por meio das cinco perspectivas teóricas da paradiplomacia. Esta análise apresenta diferentes concepções sobre a paradiplomacia que se adequam e se complementam para a compreensão deste fenômeno, que representa as Relações Internacionais para além do Estadocentrismo. São as seguintes perspectivas:

Do ator internacional: é uma perspectiva baseada nos primeiros estudos acadêmicos que reconheceram o caráter transnacional e a interdependência nas relações internacionais. Nesta, Oddone cita os teóricos Keohane e Nye, a partir da Teoria da

¹¹ A Mercocidades foi fundada pelos seguintes municípios: Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Buenos Aires, Córdoba, Rosário, La Plata, Montevideu e Assunção (MERCOCIDADES, 2021).

¹² Outro exemplo similar à fundação da Mercocidades é a rede Eurocities. Assim como a rede sul-americana, a Eurocities partiu da própria iniciativa dos próprios municípios fundadores, em 1986 (Barcelona, Birmingham, Frankfurt, Lyon, Milão e Rotterdam), não tendo a União Europeia como responsável pela criação, por exemplo (FONSECA, 2015).

Interdependência Complexa para depois citar os primeiros autores reconhecidos por trazerem os primeiros estudos sobre a paradiplomacia, como Ivo Duchacek. Trata-se da visão inicial na academia a partir da discussão de sobre quem são esses atores e como se dava a articulação internacional entre eles (ODDONE, 2016).

Da política exterior e dos processos de tomada de decisão: esta perspectiva está relacionada ao reconhecimento de que uma agenda internacional não se dá apenas por governos centrais. Enquanto a corrente realista das Relações Internacionais sustenta o interesse nacional, essa visão sustenta o vínculo entre o federalismo e a política exterior, de modo que se percebeu fragmentação das relações internacionais a partir da atuação de diferentes níveis de poder: público, executivo, legislativo e judiciário, em diferentes níveis, além de atores não Estatais. Em outros termos, a perspectiva dialoga com a interpretação de que a paradiplomacia pode ser representada como uma forma de democratização da política externa, em que diferentes atores passam a atuar externamente conforme os seus interesses locais (ODDONE, 2016).

Do desenvolvimento territorial: esta análise é centrada na visão do território e sua relação entre a sociedade e o mercado global. Afinal, as mudanças ocasionadas pela globalização no sistema internacional como um todo, afetou e afeta diretamente os territórios – como o crescimento da população urbana, que migrou do campo para as cidades, a maior integração comercial e física (no caso das regiões fronteiriças), as novas tecnologias, entre outros aspectos. Inclusive, para contextualizar a questão territorial e suas conseqüentes mudanças a partir da globalização, autores classificam esta dinâmica como glocalização (apud ROBERTSON; WHITE, 2004). Considerando que o local e o global estão interconectados, faz-se necessário repensar sobre o desenvolvimento territorial a partir destas mudanças ocasionadas pela globalização no sistema internacional (ODDONE, 2016).

Da integração regional: esta visão se concentra a partir das mudanças ocasionadas pelos processos de integração regional, que despertou a mobilização de governos subnacionais para cooperação - em nível regional. Conforme o autor, a partir da mudança de postura de Estado-nação para “Estado rede” e a conseqüente atuação horizontal, fomentou-se o caráter de governança multinível. Um exemplo prático, após a fundação do MERCOSUL, foi a criação da rede Mercocidades, a partir da mobilização dos próprios municípios (ODDONE, 2016).

Da governança: nesta ótica, o autor sustenta a maior complexidade do sistema internacional em que os Estados nacionais não possuem o monopólio sobre os temas

globais. Isto é, há uma governança multinível constituída por atores públicos e privados, de diferentes escalas territoriais, que negociam, deliberam e implementam estratégias compartilhadas. Além disto, Oddone também reforça a importância das redes internacionais de paradiplomacia como papel importante de governança, pois fomentam a liderança de governos subnacionais e enfatizam a atuação multinível nas relações internacionais (ODDONE, 2016).

Ademais, embora o conceito de paradiplomacia seja o mais utilizado na academia para definir a internacionalização dos governos não centrais, vale ressaltar que há outras terminologias utilizadas por autores brasileiros e estrangeiros, conforme Junqueira indica, como cooperação descentralizada, diplomacia das cidades, política externa subnacional, entre outros (JUNQUEIRA, 2018). Contudo, como a presente pesquisa dedica-se a explorar os conceitos de paradiplomacia, apenas são utilizados ao longo da dissertação.

Por fim, considerando que o presente estudo é voltado à paradiplomacia de governos não centrais do Brasil e da Argentina, o próximo item abordará dois elementos importantes para essa prática direcionada a ambos os países: o sistema político administrativo (federalismo) e a perspectiva jurídica.

1.1.1 Federalismo e Perspectiva jurídica para a Paradiplomacia

Após observar os principais conceitos, que estão relacionados ao processo de internacionalização dos governos não centrais, é importante salientar que cada Estado nacional possui suas particularidades dentro do sistema político-administrativo e legislações domésticas para dialogar com a prática da paradiplomacia. Atentando ao fato de que a presente pesquisa é voltada à paradiplomacia nas regiões de fronteira entre o Brasil e a Argentina, essas particularidades serão brevemente exploradas neste subitem.

Os países apresentam similaridades quanto ao sistema político-administrativo: ambos são Estados federados. De acordo com Oddone, os Estados federados apresentam um sistema democrático e vertical de organização, em que as unidades subnacionais (sejam estados, comunidades, províncias, departamentos, municípios e outras denominações) contam com competências definidas e capacidade política para governar determinadas pastas dentro da delimitação territorial. Consequentemente, os sistemas federais são mais propícios ao reconhecimento político sobre as capacidades para as unidades subnacionais atuarem externamente, por meio das suas próprias agendas de

paradiplomacia. Além do Brasil e Argentina, o México, os Estados Unidos e o Canadá, também são Estados federados (ODDONE, 2016).

Por outro lado, apesar das possibilidades de internacionalização por parte dos governos não centrais de Estados federados, geralmente o engajamento para a paradiplomacia depende principalmente das capacidades institucionais, recursos, interesse, vontade política e visão estratégica. Por estas diferentes razões, é possível perceber grandes assimetrias dentro de um mesmo país, quando observamos, de um lado, governos não centrais com bastante engajamento e, por outro lado, aqueles com pouco ou nenhuma dedicação para uma atuação externa (ODDONE, 2016).

Conectado com as razões para o engajamento (ou falta de engajamento) à paradiplomacia, outro aspecto que se mostra presente é o que Vigevani e Prado classificam como *stop and go* (2010). Isto é, fatores como baixa capacidade institucional e desinteresse, de modo geral, fazem com que determinados atores subnacionais não possuam histórico e continuidade de atuação internacional, sobretudo em momento de mudanças de gestões nos governos não centrais. Na prática, isso também converge com a questão das assimetrias presentes em atores subnacionais de um mesmo país.

Com relação à perspectiva jurídica para o exercício da paradiplomacia, este panorama também varia de acordo com o Estado nacional em questão, visto que há países com legislações mais flexíveis que outros para garantirem a permissibilidade jurídica para a atuação externa dos entes subnacionais. Em um trabalho anteriormente publicado, no qual foi realizado um estudo comparativo entre os governos não centrais da cidade de Medellín (Colômbia), estado de São Paulo (Brasil) e província de Western Cape (África do Sul), é notável o protagonismo desses atores a partir das suas paradiplomacias, apesar das diferentes permissibilidades jurídicas dentro de cada âmbito nacional (SUZIN; GHELARDI, 2021). Nos casos de Medellín e São Paulo, por exemplo, as Constituições Federais da Colômbia e Brasil não expressam alguma regulação que contemple o exercício da paradiplomacia. Já no caso de Western Cape, a África do Sul confere a permissibilidade jurídica para a atuação dos governos não centrais do país (TAVARES, 2016). A depender dos governos não centrais estudados, a eventual ausência de regulação da atividade paradiplomática pode não ser um impeditivo para a tal atuação internacional, conforme os casos de Medellín e São Paulo demonstram.

No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 não atesta expressiva flexibilidade para a tal prática: “Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...)”

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios” (BRASIL, 1988).

Isto é, de acordo com o artigo mencionado, a atuação externa por parte de unidades subnacionais, como estados e municípios, dependeria da autorização do Senado Federal brasileiro. Contudo, conforme Salomón, a Constituição de 1988 foi importante para determinar o sistema federal através de três níveis (governo central, estados e municípios) e por reiterar o compromisso e as obrigações das unidades federadas com relação ao desenvolvimento local. Isto é, a partir deste entendimento, os estados e os municípios brasileiros possuem legitimidade para internacionalizarem suas atividades, visando ao desenvolvimento das suas localidades (SALOMÓN, 2012).

Já no caso de Argentina, antes da Constituição Federal de 1994, o federalismo foi extremamente concentrado por conta de fatores políticos e históricos. A descentralização foi possível a partir da referida constituição, em que considerou os municípios argentinos como entes com autonomia em termos políticos, financeiros, econômicos e administrativos. Conforme destaca Barros (2009), a Argentina é o principal modelo na América Latina para a temática da paradiplomacia (ou cooperação descentralizada, de acordo com o conceito empregado pela autora para explicar a internacionalização dos governos não centrais).

A legislação argentina sugere mais flexibilidade para o exercício da paradiplomacia, como é possível observar no Artigo 124 da Constituição Federal de 1994:

Artículo 124: Las provincias podrán crear regiones para el desarrollo económico y social y establecer órganos con facultades para el cumplimiento de sus fines y podrán también celebrar convenios internacionales en tanto no sean incompatibles con la política exterior de la Nación y no afecten las facultades delegadas al Gobierno federal o el crédito público de la Nación; con conocimiento del Congreso Nacional. La ciudad de Buenos Aires tendrá el régimen que se establezca a tal efecto. Corresponde a las provincias el dominio originario de los recursos naturales existentes en su territorio (CF ARGENTINA, 1994)¹³.

Por fim, considerando que a pesquisa é voltada para a experiência da paradiplomacia nas regiões de fronteira do Brasil e Argentina, apenas esses casos foram

¹³ Tradução livre: Artigo 124: As províncias podem criar regiões para o desenvolvimento econômico e social e estabelecer órgãos com poderes para o cumprimento de seus objetivos e também podem celebrar acordos internacionais, desde que não sejam incompatíveis com a política externa da Nação e não afetem os poderes delegados ao Governo Federal ou o crédito público da Nação; com o conhecimento do Congresso Nacional. A cidade de Buenos Aires terá o regime estabelecido para este fim. As províncias devem ter domínio original sobre os recursos naturais existentes em seu território.

analisados de forma breve no presente subitem, a partir das suas estruturas de federalismo e das legislações sobre a temática. Dando sequência à pesquisa, o próximo subitem apresentará o conceito que se acerca do objeto de estudo: a paradiplomacia transfronteiriça. É um conceito que se aproxima da atuação externa subnacional prevista no Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil, o qual será explorado no segundo capítulo.

1.2 PARADIPLOMACIA TRANSFRONTEIRIÇA E A CONEXÃO COM A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO

Antes de propriamente abordar a paradiplomacia dentro da perspectiva fronteiriça, faz-se necessário refletir sobre a integração a partir das fronteiras. Se em até certo momento histórico as fronteiras eram identificadas primordialmente como o limite da soberania do Estado, as constantes transformações no Direito e nas Relações Internacionais trazem o ressignificado desta perspectiva. Neste horizonte, a visão de fronteira como um limite é ressignificada por meio da realização de políticas públicas nas regiões de fronteira, como forma de inovação (e integração) regional (VIEIRA, 2019).

Assim, as transformações nas Relações Internacionais caminharam para o panorama de um redimensionamento vertical (VIEIRA, 2019). Quer dizer, os espaços decisórios passaram a ser para além dos Estados nacionais, incluindo o papel das Organizações Internacionais e dos governos não centrais. Isso não exclui o papel central do Estado, mas demanda que outros atores construam agendas internacionais próprias, como é o caso dos estados, províncias e municípios de regiões de fronteiras, por meio de suas dinâmicas e atuações particulares.

Durante a realização da pesquisa de campo nas regiões de fronteira de Brasil, Argentina e Uruguai¹⁴, foi possível entender o grande impacto que os municípios absorvem em momentos de aproximação ou distanciamento entre os governos nacionais. Isto é, tomadas de decisões por Estados que fazem fronteira podem afetar diretamente o cotidiano das populações e governos subnacionais destas localidades, seja a partir da mobilidade, comércio, saúde e outras áreas.

¹⁴ Conforme mencionado na introdução, as pesquisas de campo ocorreram entre os dias 16 e 18 de maio de 2022, nos municípios de Uruguaiana e Barra do Quaraí (estado do Rio Grande do Sul), Paso de los Libres (província de Corrientes, Argentina) e Bella Unión (departamento de Artigas, Uruguai). Detalhes a respeito das entrevistas em si serão apresentados no capítulo três e no Apêndice A.

Além do fato de que as fronteiras são historicamente conectadas principalmente como uma linha divisória entre os Estados nacionais, os momentos de aproximação ou distanciamento entre os atores Estatais impactam diretamente as localidades fronteiriças. Conforme Sadeck (2015) pontua, há uma dívida histórica para estas regiões de fronteira, que em muitos casos são distantes dos grandes centros urbanos desenvolvidos. Por isso, urge repensar as fronteiras como áreas naturais de interação entre habitantes dos países vizinhos, de modo que a integração passe por estas regiões para projetos de cooperação que incluam atores locais, a sociedade, o Estado e o setor econômico para o crescimento sustentável nas regiões de fronteira (SADECK, 2015).

Portanto, a criação de agendas internacionais próprias pelos governos não centrais localizados nas regiões de fronteiras (sejam municípios, estados ou províncias) possui relevância por aproximar as unidades subnacionais para atuarem em conjunto. Quer dizer, a paradiplomacia é uma prática que permite a cooperação com localidades subnacionais vizinhas (podendo ser dentro da perspectiva transfronteiriça) ou com localidades subnacionais de outras localidades na região (conforme o conceito de paradiplomacia regional visto anteriormente, por Soldatos).

Desta forma, é possível conectar os conceitos de paradiplomacia apresentados no subitem 1.1 com o conceito empregado por Oddone (2016): paradiplomacia transfronteiriça¹⁵.

Vale salientar, brevemente, que este conceito apresentado por Oddone é também referido como cooperação transfronteiriça, de modo que ambas nomenclaturas podem ser entendidas como sinônimos:

De igual modo, en esta tesis se considera sinónimo paradiplomacia transfronteriza y cooperación transfronteriza pues ambas acciones son llevadas adelante por autoridades subnacionales de frontera a escala internacional; y se lo diferencia del concepto de integración fronteriza, que será entendido como un proceso asociativo desarrollado por los Estados nacionales o plurinacionales (ODDONE, 2016, p. 14)¹⁶.

¹⁵ Assim como os demais autores analisados anteriormente, Oddone resume a paradiplomacia como a ação internacional realizada por governos não centrais (ODDONE, 2016).

¹⁶ Tradução livre: Da mesma forma, nesta tese, paradiplomática transfronteiriça e cooperação transfronteiriça são considerados sinônimos, pois ambas as ações são realizadas pelas autoridades subnacionais fronteiriças em escala internacional; e é diferenciada do conceito de integração fronteiriça, que será entendida como um processo associativo desenvolvido por Estados nacionais ou multinacionais.

Um exemplo com grande relevância sobre cooperação transfronteiriça na América do Sul é na região da Tríplice Fronteira entre o Brasil, Paraguai e Argentina, representado principalmente pelos municípios de Foz do Iguazu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, respectivamente. De acordo com Oliveira et al. (2022), a cooperação transfronteiriça é praticada através dos atores locais com interesses internacionais (como os governos não centrais), assim como pela população que atravessa as fronteiras para estudar, trabalhar ou para lazer.

Ou seja, os autores consideram que distintas escalas de paradiplomacia realizam esta mobilidade nesta região da Tríplice Fronteira. Entre os exemplos mencionados são a temática da educação, considerando a UNILA que é destino de estudantes de diversas nacionalidades que atravessam a fronteira para estudar nos *campi* da instituição em Foz do Iguazu, assim como a temática da segurança, a partir da atuação integrada das polícias trinacionais que atuam nas localidades (VIEIRA et al., 2022).

Em vista disso, é possível perceber que a cooperação transfronteiriça (ou paradiplomacia transfronteiriça) também é praticada pelos cidadãos que residem nas regiões de fronteira. Portanto, a integração é algo que não deve ser relacionada apenas aos governos centrais ou aos governos não centrais, mas também aos povos que habitam as fronteiras e circulam entre as localidades.

A respeito do papel dos cidadãos na integração e na paradiplomacia na prática, há outro exemplo pertinente que se relaciona diretamente com essa perspectiva. Embora não seja um município de fronteira, Guanajuato, do estado homônimo, no México, se destaca por envolver os cidadãos a partir da paradiplomacia realizada através de acordos internacionais sobre irmanamento com municípios dos Estados Unidos.

De acordo com o autor Daniel Añorve, a iniciativa de irmanamento protagonizado pelo município de Guanajuato representa uma cooperação horizontal, ao contrário de relações unilaterais de Norte-Sul comuns na paradiplomacia sobre irmanamentos. O município mexicano possui irmanamento com Ashland, estado do Oregon e Salinas Valley, estado da Califórnia, sendo ambos conectados à questão educacional e envolvem instituições de ensino. Com Ashland, em um período de aproximadamente 50 anos, a Universidad de Guanajuato recebeu cerca de dois mil estudantes advindos da Southern Oregon University (apud SEGURA, 2016). Já com o município de Salinas Valley, o irmanamento conecta-se à educação e à saúde.

Enquanto em Guanajuato há excedente de profissionais na área de enfermagem, em Salinas há escassez desses. Por esta razão, a paradiplomacia envolvida neste irmanamento criou uma ponte entre a Universidad de Guanajuato e a Hartnell College para que profissionais da enfermagem advindos de Guanajuato estudem o idioma inglês (entre outras capacitações técnicas) e trabalhem no município estadunidense. Ou seja, a paradiplomacia realizada pelo município de Guanajuato é mais uma representação de que os cidadãos podem e devem ser envolvidos neste processo de internacionalização dos governos não centrais, os beneficiando e os conectando às sociedades (AÑORVE, 2020).

Em seguimento, após os exemplos apresentados, Oddone traz o contexto regional em que apresenta a temática da paradiplomacia transfronteiriça, a nomenclatura mais utilizada pelo autor. Na visão do mesmo, a paradiplomacia transfronteiriça é uma forma especial de paradiplomacia, que se tornou objeto de crescente interesse dentro do MERCOSUL no século XXI. Se na primeira década da criação do MERCOSUL o bloco era pautado principalmente pela agenda neoliberal na região¹⁷, a partir da liberalização comercial e desenvolvimento de processos de privatização, que geraram vantagens para empresas multinacionais e nacionais, a segunda década, marcada pelo Consenso de Buenos Aires e pelas mudanças de ciclo político na região, marcou o início de agendas voltadas à cidadania no MERCOSUL¹⁸ (ODDONE, 2016).

Portanto, as mudanças percebidas na região atuaram em paralelo com a legitimação e o fortalecimento da internacionalização dos governos não centrais, fomentando o desenvolvimento local transfronteiriço articulado com a integração regional (ODDONE, 2016). A paradiplomacia transfronteiriça, na prática, atende às demandas das populações que residem nas regiões de fronteira e representando a integração regional para além da atuação dos Estados nacionais (ODDONE, 2016).

Diante disso, o processo de integração regional constitui-se em uma opção de política internacional. Contudo, a partir de uma perspectiva multidimensional, a integração regional não deve ser gerida apenas de acordo com o comportamento do mercado ou de decisões políticas governamentais. É necessário criar consciência prática da integração, através de ações conjuntas que envolvam outros atores – como os governos

¹⁷ Dentro da perspectiva dos governos não centrais no processo de integração regional, os gestores municipais das cidades fundadoras da Mercocidades criaram esta rede justamente para criar um espaço de integração regional subnacional esquecido na primeira década do MERCOSUL (ODDONE, 2016).

¹⁸ No subitem 1.3.1 é possível acompanhar mais detalhes a respeito das mudanças no MERCOSUL ao longo das décadas.

não centrais. Neste caso, a complementariedade multinível é um elemento chave para o fortalecimento de qualquer estrutura de integração (ODDONE, 2016).

Esta perspectiva multinível está conectada diretamente com o redimensionamento vertical das Relações Internacionais, conforme visto anteriormente. Isto é, quando há mais participação de outros atores, maiores são as capacidades de diversificar o processo de integração regional e de contemplar a participação cidadã neste processo. Afinal, é notório que os governos não centrais, como os municípios, estados e províncias estão institucionalmente mais próximos dos cidadãos.

Além do mais, embora as fronteiras sejam concebidas por muitos essencialmente como a divisão política entre diferentes Estados, também representam, na prática, localidades onde há potencial para promover a cooperação de governos não centrais, de modo que atendam aos interesses locais, como os exemplos deste subitem demonstram. Além da proximidade geográfica em si, as regiões de fronteira muitas vezes compartilham de aspectos em comuns, como cultura, economia, história e idiomas (ODDONE, 2016).

Consequentemente, conforme fora mencionado anteriormente, a temática desenvolvida nesta pesquisa para dialogar com a integração nas regiões de fronteira entre o Brasil e a Argentina é a educação, tendo como objeto de estudo o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre os dois países. Por esta razão, o conceito empregado na pesquisa é o de **paradiplomacia educacional transfronteiriça**.

Por fim, ao considerar que a temática da educação prevista no Acordo possui iniciativas de cooperação que dialogam com o conceito de internacionalização da educação, o próximo subitem apresentará uma revisão sobre a cooperação educacional dentro da perspectiva regional (MERCOSUL), assim como discorrerá sobre diferentes visões e abordagens da internacionalização da educação. Afinal, estes elementos se relacionam com o que o Acordo procura fomentar: a internacionalização da educação básica nas localidades fronteiriças vinculadas, além da consciência sobre a importância da integração dos povos.

1.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Como ponto de partida, ressalte-se que dentro do campo de estudos sobre a internacionalização da educação, a maioria das publicações acadêmicas são voltadas principalmente à educação superior. É uma observação percebida no início da pesquisa e

também compartilhada pelo autor brasileiro Juares Thiesen (2017; 2021), que afirma que são raras as publicações que tratam da internacionalização na educação básica.

A maior parte das publicações sobre internacionalização da educação são associadas à internacionalização das universidades em si, a partir de diferentes iniciativas (THIESEN, 2017), conforme serão apresentadas neste capítulo. Por outro lado, trazendo certa aproximação entre os dois níveis de ensino, Thiesen afirma que os movimentos contemporâneos de internacionalização da educação superior, sobretudo após os anos de 1980, influenciam a formulação de políticas voltadas à internacionalização da educação básica (THIESEN, 2017), como será visto proximamente.

De todo modo, seja de nível superior ou básico, é necessário contextualizar a abrangência da internacionalização da educação, conforme o autor Síveres pontua (2020). O autor utiliza a seguinte metáfora: “duas margens de um rio”, sendo as margens representadas pela globalização e mundialização e o rio representado pela internacionalização, “como o movimento do rio que corre na direção do mar”, passando junto às margens.

E neste sentido, mediante os impactos da globalização e da mundialização, se observam mudanças da unidade à diversidade, da uniformidade à pluralidade, da disciplinaridade à multidisciplinaridade. Justamente nestas dualidades, a internacionalização (ou o “rio”, de acordo com a metáfora acima) manifesta-se com maior intensidade, conforme a menção de Síveres ao Relatório para a UNESCO¹⁹ de 1998, quando cita a passagem de uma comunidade local para uma sociedade mundial (SÍVERES, 2020).

Por esta razão, é necessário pensar a educação no sentido de incorporar a concepção de que estamos inseridos em uma sociedade mundial, levando este entendimento para dentro do sistema educativo. Para tanto, o procedimento sugerido por Síveres é a cooperação internacional, como o instrumento que “pretende unir o local e o global, a aldeia e o mundo, o regional e o internacional” (SÍVERES, 2020).

Isso posto, com a finalidade de discorrer com mais profundidade sobre a internacionalização da educação, o presente subcapítulo está dividido em três subitens para explorar a temática. O próximo item contextualizará a internacionalização da educação sob a perspectiva regional (no MERCOSUL), enquanto os demais abordarão sobre a internacionalização para os níveis superior e básico, respectivamente.

¹⁹ Sigla de Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

1.3.1 A Internacionalização da Educação no MERCOSUL

Visto que o objeto de estudo da presente pesquisa é o Acordo bilateral entre o Brasil e a Argentina para a temática da educação nas regiões de fronteiras, é pertinente fazer uma breve contextualização do desenvolvimento da pauta a partir do âmbito regional, que conta com o envolvimento de ambos os países. É o caso do MERCOSUL e a sua conexão com a temática da internacionalização da educação.

No âmbito do MERCOSUL, a instituição utiliza-se da educação como uma ferramenta para assegurar e fortalecer o processo de integração regional desde o princípio. Isto é, em 1991, ano de sua instituição do bloco a partir do Tratado de Assunção, ocorreu a primeira Reunião de Ministros de Educação, quando foi criado o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), levando a pauta da internacionalização da educação para o âmbito regional²⁰ (STOECKL, 2022). A estrutura do SEM é composta por quatro áreas de trabalho: Educação Básica, Educação Técnica, Educação Superior e Formação Docente (MERCOSUL, 2022).

A criação do SEM foi motivada por duas razões centrais: a necessidade da livre circulação de pessoas na região, a partir do reconhecimento das titulações de escolaridade dos cidadãos; e a importância de construir uma cidadania regional, com identidade e sentimento de pertencimento à região, tendo a educação como um instrumento para este fim (PERROTTA, 2022). Neste sentido, o MERCOSUL estabelece planos de ações trienais e quinquenais²¹, reforçando periodicidade e a importância da temática educacional desenvolvida entre os Estados-membros, além de alguns Estados-associados que participam das agendas.

Ao longo dos mais de 30 anos do MERCOSUL, o bloco passou por diferentes fases em consequência das mudanças políticas na região e isso impactou a pauta educacional. A autora Bianca Stoeckl pontua três fases nesta perspectiva.

²⁰ Conforme Stoeckl (2022), com relação à internacionalização da educação superior, o Setor Educacional trabalha com três eixos prioritários: a acreditação regional de carreiras universitárias, mobilidade acadêmica e cooperação interinstitucional.

²¹ Com relação ao primeiro plano de ação trienal (1992 – 1994) da temática educacional no MERCOSUL, vale destacar a presença de um subprograma referente à aprendizagem dos idiomas português e espanhol para diferentes níveis e modalidades dos sistemas educativos dos países. Além disso, são mencionadas as seguintes atividades que se relacionam com o objeto da pesquisa: preparação e divulgação de materiais didáticos, realização de cursos de capacitação para docentes, promoção de intercâmbio docente, entre outros (MERCOSUL, 1992).

A primeira, desde a fundação do MERCOSUL até 2002, tem relação com os princípios do neoliberalismo, no sentido de associar a educação a partir de uma perspectiva mercadológica. Em especial quanto à transnacionalização da educação superior, com pouca intensidade de políticas regionais para o fomento da integração regional na prática.

Além desta visão crítica no âmbito regional, também pode ser entendida no âmbito multilateral, conforme apontado pela autora Panambi Abadie no tocante à mercantilização da educação. De acordo com a autora, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)²² incluiu, em 1994, a “educação como um serviço e, portanto, como uma mercadoria sujeita aos mercados” (ABADIE, 2022, p. 17).

A segunda fase se deu a partir de 2003, período de repolitização na região, conforme observado no subitem 1.2. Em vista disso, as novas lideranças pelos Estados-membros do MERCOSUL foram responsáveis por criar novas estruturas para fomentar a integração regional além da perspectiva comercial, a partir das áreas políticas, educacionais e sociais. Foram as seguintes estruturas nesta segunda fase, em ordem cronológica: em 2006, o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) e o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL (FEM); em 2007, o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM); em 2009, o Instituto Social do MERCOSUL (ISM) (STOECKL, 2022).

Quanto à temática da educação na segunda fase, além da instituição do FEM, criado para viabilizar o financiamento de programas e projetos para o setor educacional, este período foi caracterizado por esforços no sentido de implementar a integração de culturas e povos através da formação educacional, a partir do Plano de Ação de 2006 – 2010 (ALMEIDA, 2015). Inclusive, estes esforços regionais para o desenvolvimento de uma visão integradora dentro da formação educacional se fazem presentes no Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, conforme será observado ao final deste e no segundo capítulo.

Adiante, a terceira fase pontuada pela autora está relacionada com o período de Jair Bolsonaro na presidência do Brasil, quando a integração regional deixou de ser uma agenda prioritária na política externa brasileira entre 2019 e 2022, priorizando a relação

²² O GATT (do inglês *General Agreement on Tariffs and Trade*) foi a instituição multilateral de referência para normas de conduta no comércio internacional ao longo de 47 anos, até a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 1994, após a conclusão da Rodada do Uruguai do GATT (NAIDIN, 2011).

bilateral com os Estados Unidos (sobretudo durante a gestão de Donald Trump). Na prática, em relação do MERCOSUL, o Brasil passou a ressituar o bloco como um espaço exclusivamente comercial, apesar dos avanços de novas pautas e estruturas criadas na fase anterior (SANAHUJA, 2019).

Com relação à área da educação, este distanciamento do Brasil em relação ao MERCOSUL é nítido a partir do posicionamento do então Ministro da Educação Abraham Weintraub. Em novembro de 2019, o ministro brasileiro anunciou que o Brasil deixaria de participar de todas as reuniões temáticas sobre educação no âmbito do MERCOSUL, alegando “falta de eficiência e resultados práticos que impactassem positivamente na melhoria de índices gerais da Educação, ao longo de 28 anos” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019).

Neste sentido, ao acessar as atas do Grupo de Trabalho Escolas Interculturais de Fronteiras do MERCOSUL (GTEIF)²³, disponíveis na página oficial do MERCOSUL Educacional, é possível identificar que desde 2020 o Brasil não participa das reuniões do mesmo. As atas mencionam que “Teniendo en cuenta que la Delegación de Brasil no ha participado de la presente reunión, el Acta queda sujeta a lo dispuesto en la Decisión CMC N° 44/15.”²⁴. Inclusive, a última reunião do GTEIF foi realizada em abril de 2021, quando as delegações da Argentina, Uruguai e Paraguai discutiram o Plano de Ação 2021-2025 e incluíram a participação de representantes da Bolívia e Chile no grupo (MERCOSUL EDUCACIONAL, 2022). A ausência do Brasil na pauta da educação, que poderia estar inserido em pautas de cooperação educacional com os países vizinhos, representa o abandono da política externa brasileira sobre a região durante a “terceira fase” do MERCOSUL, deixando de lado possíveis avanços no tocante à internacionalização da educação.

Por outro lado, apesar das mudanças de rumos na região conforme a experiência brasileira, a pauta da educação fez-se presente ao longo dos mais de 30 anos do MERCOSUL. De acordo com a autora Daniela Perrotta, que pesquisa há mais de 15 anos a temática educacional no bloco:

²³ De acordo com a página do MERCOSUL Educacional, o Grupo de Trabalho Escolas Interculturais de Fronteira (GTEIF) foi criado com o objetivo de “fortalecer a educação nas áreas de fronteira através da cooperação entre países, com base na transformação da escola em um espaço intercultural. O trabalho da GTEIF permite às comunidades educacionais transcender o espaço acadêmico e valorizar a cultura local no contexto multilíngue e multicultural da fronteira, promovendo a integração entre os pares e o desenvolvimento de uma identidade e cidadania específicas da região” (MERCOSUL Educacional, 2022).

²⁴ Tradução livre: Tendo em vista que a delegação brasileira não participou desta reunião, as atas estão sujeitas ao disposto na Decisão CMC n° 44/15.

Es posible argumentar que las acciones del Sector Educativo del MERCOSUR se arraigan en una tradición y vocación garantista del derecho a la educación, junto con una posición autonomista en el manejo de las relaciones externas. En otras palabras, los clivajes “derecho a la educación versus mercantilización de la educación” y “autonomía versus dependencia” moldean la construcción de políticas públicas regionales; bajo el liderazgo de Argentina y enmarcado en el movimiento pedagógico latinoamericano (PERROTTA, 2021, p. 180-181)²⁵.

Ou seja, como é possível observar na citação da autora, a área educacional do MERCOSUL se propõe a avançar com o viés do direito à educação, com o importante papel de liderança por parte da Argentina nesta temática. Desta forma, é possível entender que há esforços no MERCOSUL para trabalhar com a temática da internacionalização da educação a partir de uma perspectiva menos mercadológica e mercantilista – embora, contudo, há grupos no bloco regional que defendem a maior mercantilização da educação.

Por fim, apesar das assimetrias e as mudanças de ciclo político na região, a integração na área da educação articulada através do Setor Educacional do MERCOSUL se mantém presente ao longo dos mais de 30 anos de sua instituição. É perceptível que o MERCOSUL protagoniza dinâmicas próprias em relação à internacionalização da educação, de modo que realiza esforços no sentido de fomentar a livre circulação na região e de desenvolver a identidade regional entre os países que participam das agendas sobre educação. Isso posto, nos próximos subitens, será possível entender mais sobre o conceito de internacionalização da educação, tanto no nível do ensino superior, como no ensino básico, respectivamente.

1.3.2 Internacionalização do Ensino Superior

A pesquisa acadêmica e as experiências profissionais pessoais do autor, ao longo do programa de Mestrado, permitiram uma conexão direta entre a internacionalização da educação e a educação superior. Em outras palavras, a ponte entre o local e o internacional na educação são consideravelmente mais visíveis a partir das universidades, que além da

²⁵ Tradução livre: É possível argumentar que as ações do Setor de Educação do MERCOSUL estão enraizadas em uma tradição e vocação para garantir o direito à educação, juntamente com uma posição autônoma na gestão das relações externas. Em outras palavras, o "direito à educação versus mercantilização da educação" e as clivagens "autonomia versus dependência" moldam a construção de políticas públicas regionais; sob a liderança da Argentina e enquadradas dentro do movimento pedagógico latino-americano.

necessidade de fomentar iniciativas internacionais para avaliações educacionais no Brasil, são demandas pelos estudantes e docentes brasileiros e estrangeiros.

Embora a pesquisa priorize a internacionalização da educação básica por conectar-se com o objeto do estudo, é importante revisar, mesmo que brevemente, a temática a partir do ensino superior, visto que é a abrangência com mais publicações acadêmicas e conceitos desenvolvidos. Nesta perspectiva, de acordo com a autora Marília Morosini (2006), a internacionalização da educação é um conceito complexo por levar consigo grande variedade de termos relacionados e três fases de desenvolvimento.

Conforme Morosini, as fases sobre a internacionalização da educação são, respectivamente: *dimensão internacional*, marcada no século XX como uma fase casual, sem alguma organização definida sobre internacionalização; *educação internacional*, fase protagonizada pelos Estados Unidos entre a segunda guerra mundial e a guerra fria por razões de cunho político e securitário do país; e *internacionalização da educação superior*, presente no pós-guerra fria e visto como consequência da globalização, conectado à regionalização das sociedades e o consecutivo impacto na educação superior no mundo (MOROSINI, 2006).

Dentro da perspectiva acadêmica, Jane Knight, uma das autoras mais conhecidas na temática da internacionalização da educação, menciona que:

Internationalization is a term that is being used more and more to discuss the international dimension of higher education and, more widely, postsecondary education. It is a term that means different things to different people and is thus used in a variety of ways (KNIGHT, 2004, p. 5)²⁶.

Portanto, conforme indicado pela mesma, a internacionalização é voltada principalmente para a educação superior, embora o próprio conceito seja entendido de maneiras diferentes. Outra questão pontuada por Knight é que embora a internacionalização seja um conceito utilizado com frequência, não se trata de um conceito novo, em função de ser debatido na academia desde os anos de 1980 (KNIGHT, 2004).

Posto que não se trata de um conceito novo, há diferentes perspectivas sobre a temática da internacionalização. Entre as perspectivas investigadas, uma delas entende a

²⁶ Tradução livre: Internacionalização é um termo que está sendo usado cada vez mais para discutir a dimensão internacional do ensino superior e, mais amplamente, do ensino pós-secundário. É um termo que significa coisas diferentes para pessoas diferentes e, portanto, é usado de várias maneiras

internacionalização da educação como um conjunto de atividades. Isto é, de acordo com Arum e van de Water (1992), a internacionalização pode ser entendida como um conjunto de atividades, programas e serviços que se enquadram nos estudos internacionais, intercâmbio educacional internacional e cooperação técnica.

Outra visão, de Van der Vende (1997), entende a prática da internacionalização como o esforço por parte das instituições de ensino superior frente às exigências e aos desafios causados pela globalização da sociedade, economia e mercado de trabalho.

Além destas visões, a própria autora Jane Knight também desenvolveu um conceito particular que foi atualizado ao longo de diferentes publicações (1994, 2004 e 2013). De acordo com a autora, a internacionalização da educação superior pode ser entendida como um processo de integração das dimensões internacionais, interculturais e globais, podendo ser por meio de objetivos próprios (como ensino e pesquisa) e por meio da oferta de programas internacionais particulares ou de instituições terceiras (KNIGHT, 2004; 2013).

Este último conceito permite uma visão mais ampla da internacionalização da educação superior. Isto é, tanto por intencionalizar esta atividade enquanto um processo (entendendo que se trata de algo contínuo), quanto pelas diferentes partes que podem ser envolvidas (ações da própria instituição ou de instituições ou empresas terceiras).

Dessarte, embora a ênfase da pesquisa seja com relação à Educação Básica, é importante entender brevemente os conceitos desenvolvidos sobre a internacionalização do ensino superior, a qual conta com mais fontes para servir como referência para o ensino básico (embora haja importantes diferenças sobre a internacionalização entre estes níveis educacionais). Além dos conceitos apresentados neste subitem, é oportuno conhecer sobre as principais iniciativas que as instituições de ensino superior desenvolvem dentro da perspectiva de internacionalização. Afinal, algumas destas se assemelham às iniciativas previstas no Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina.

Assim sendo, a autora Knight menciona diversas iniciativas entendidas como internacionalização do ensino superior, a partir de diferentes estratégias e propostas, conforme os exemplos abaixo:

- Programas acadêmicos: programas de intercâmbio discente, ensino de idioma estrangeiro, currículos internacionais, programa de trabalho e estudo no exterior,

mobilidade do corpo docente e administrativo, programas de dupla titulação, entre outros (KNIGHT, 2004).

- Pesquisa e colaboração acadêmica: projetos de pesquisa internacionais, seminários e conferências internacionais, publicações acadêmicas, convênios internacionais para pesquisa, entre outros (KNIGHT, 2004).

Em vista disso, é possível perceber que no âmbito do ensino superior há diferentes iniciativas que são consideradas como internacionalização da educação por parte da academia e demais atores na área da educação. Neste sentido, conforme experiências profissionais vivenciadas há alguns anos, há instituições de ensino superior no Brasil que desenvolvem iniciativas de internacionalização a partir de diferentes graus de intensidade – isto é, a depender das estratégias adotadas, recursos humanos disponíveis e demandas locais.

No Brasil, vale destacar a UNILA como uma referência nacional entre as instituições de ensino superior (públicas e privadas) sobre a internacionalização. De acordo com o Censo de Educação Superior de 2020, divulgado em 2022, a UNILA é a instituição que mais atrai alunos estrangeiros, quando a instituição possuía 1.565 matrículas de estudantes de outras nacionalidades. Já em 2022²⁷, a UNILA registrou 2.354 matrículas de estudantes estrangeiros, somando 35 nacionalidades, de modo que a UNILA cresceu em quantidade com relação aos dados do último estudo quando já era a primeira colocada entre as instituições de ensino superior do Brasil (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2022).

Outro aspecto importante é quanto às modalidades em que as iniciativas de internacionalização do ensino podem ocorrer. Para tal, há dois conceitos utilizados por autores acadêmicos e pelos departamentos internacionais de instituições de ensino: internacionalização em casa, quando as iniciativas não demandam mobilidade internacional aos participantes; internacionalização no exterior, quando os participantes necessitam se deslocar ao exterior para que a iniciativa ocorra de fato. Por conseguinte, estes aspectos referentes às modalidades de internacionalização também dialogam com

²⁷ Ainda, vale destacar dois processos seletivos que a UNILA realizou em 2022: o processo seletivo para indígenas, com 359 inscrições do Brasil e outros sete países da América Latina; e o processo seletivo de refugiados e portadores de visto humanitário, com 60 inscrições de candidatos de países como Angola, República Democrática do Congo e China (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2022).

as oportunidades identificadas no Acordo entre o Brasil e a Argentina, conforme será explorado no próximo subitem e ao longo do último capítulo.

Por fim, embora a internacionalização seja um conceito adequado para tratar de iniciativas internacionais na área da educação, não há uma definição universal do conceito (KNIGHT, 2004). Ou seja, ao conectar a internacionalização com a educação superior, é importante entender o fenômeno, sua relevância global e defender maior atenção por parte de lideranças acadêmicas e formuladores de políticas no tocante aos benefícios que a internacionalização possibilita aos estudantes, docentes, instituições e para a sociedade em geral. Por conseguinte, o próximo subitem explorará a temática da internacionalização da partir da Educação Básica, que na prática se conecta com a temática da educação proposta no Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil.

1.3.3 Internacionalização da Educação Básica

Primeiramente, vale destacar que ao longo da pesquisa foi possível entrevistar o pesquisador Entrevistado L²⁸, que, além de investigar a temática da internacionalização da educação básica, também participou de agendas sobre a temática junto ao Ministério da Educação no ano de 2022²⁹. Durante a entrevista realizada, entre variadas contribuições compartilhadas que estão presentes neste subitem³⁰, vale destacar um aspecto referente à terminologia da internacionalização da educação básica. Conforme o pesquisador Entrevistado L, internacionalização da educação básica é um conceito em desenvolvimento, de modo que não há definição concreta na academia.

²⁸ Conforme indicado na introdução, a entrevista com o pesquisador Entrevistado L foi realizada no dia 22 de dezembro de 2022 no formato remoto (videochamada).

²⁹ O pesquisador Entrevistado L, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS, integra a equipe do Ministério da Educação do Brasil para a realização de estudos sobre internacionalização da Educação Básica (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2023).

³⁰ Embora a ênfase da pesquisa seja em relação ao Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, vale destacar um aspecto importante da temática educacional nas regiões de fronteira. Conforme mencionado pelo Entrevistado L durante a entrevista realizada, quando estudamos a realidade da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, há muitas escolas no estado de Roraima que recebem diversos estudantes venezuelanos que migraram para o Brasil. Após ter conhecimento sobre este assunto, a partir de uma breve pesquisa *online* foi possível perceber que há publicações acadêmicas sobre a inserção de estudantes venezuelanos em Roraima, sendo que em uma delas (OLIVEIRA; LACERDA, 2022), os autores identificam que o estado carece de políticas públicas voltadas para a melhoria da situação. Ou seja, a questão educacional nas regiões de fronteira é um tema amplo na América do Sul, com diferentes cenários possíveis de análises.

Isto não significa que a internacionalização não ocorra nas escolas neste nível de ensino. Pelo contrário, a internacionalização ocorre, mas é entendida através de diferentes terminologias, como por exemplo, escolas bilíngues, escolas internacionais, internacionalização do currículo, entre outros. Esta característica também foi observada ao longo da revisão literária sobre a temática, ao perceber que diversos autores que publicaram sobre iniciativas diretamente relacionadas com internacionalização para a Educação Básica sequer mencionam a terminologia “internacionalização”.

Um autor brasileiro que possui produções acadêmicas sobre a temática da internacionalização da educação (principalmente relacionadas à Educação Básica), é Juarez Thiesen, citado anteriormente no item 1.3. Neste caso, após Thiesen ter estudado diferentes conceitos e abordagens por autores estrangeiros, o autor utiliza a seguinte nomenclatura:

Compreendo a internacionalização do currículo na Educação Básica como um movimento, ainda inicial, com motivações de natureza política e econômica, que se fortalece mobilizado predominantemente por influência de organismos estatais ou privados os quais operam em espaços e instâncias transnacionais. Por distintas estratégias e instrumentos, induzem estados nacionais e sistemas educacionais a desencadearem formulação e implantação de reformas em seus currículos de Educação Básica, alcançando, inclusive espaços escolares. São processos que podem incluir desde a formulação de políticas curriculares mais amplas, até reconfigurações, redesenhos, adaptações ou adequações curriculares, com foco nos conteúdos de conhecimento, nas aprendizagens dos estudantes, na avaliação e nas respectivas metodologias de ensino (THIESEN, 2021, p. 36-37).

Como é possível constatar a partir da visão de Thiesen, a internacionalização do currículo na Educação Básica está relacionada às reformulações curriculares nos cenários domésticos. Estas reformulações são reflexos das mudanças dos padrões do sistema econômico mundial, de modo que a formação escolar e o currículo sejam apresentados, discursivamente, como alternativas para inovação, atualização, eficiência e modernização (THIESEN, 2021).

No Brasil, a respeito da reformulação do currículo da Educação Básica, há a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³¹, documento normativo que define o conjunto

³¹ A BNCC faz parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica conforme o artigo 26: “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023; BRASIL, 1996).

orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais para este nível de ensino. Conforme a plataforma oficial da Base, a BNCC seguiu uma tendência internacional de padronização realizada por outros países, como Austrália, Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul, Cuba, Chile, Portugal, Coreia do Sul, a partir de diferentes métodos de elaboração (BNCC, 2023).

A BNCC, em conexão com a visão da internacionalização do currículo na educação básica de Thiesen, é um exemplo da reformulação do currículo no âmbito nacional, no qual contempla o ensino da língua inglesa como componente obrigatório do sexto ao nono ano (DOS SANTOS et al., 2022). Contudo, vale manifestar que o ensino do espanhol não faz parte da BNCC – este idioma que é peça fundamental para o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças entre a Argentina e o Brasil³².

Retomando as abordagens conceituais, o Ministério da Educação do Brasil emprega um conceito próprio sobre internacionalização da educação básica, no qual foi possível conhecer através do aplicativo para smartphones “Escolas Pelo Mundo”, lançado dia 15 de dezembro de 2022 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022), em uma das agendas em que Entrevistado L participou, conforme compartilhado na entrevista remota realizada. De acordo com o Ministério da Educação, a internacionalização da educação básica:

É um processo que internaliza a perspectiva de abertura para o mundo para todas as crianças e adolescentes, jovens e adultos da Educação Básica e, assim, promove transformações nos ambientes educativos para uma educação de qualidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023).

No mesmo material, há descrições complementares sobre a temática que dialoga diretamente com a pesquisa: quem participa e como acontece. De acordo com o material digital, a internacionalização da educação básica deve ser inclusiva, de modo que é aberta para “todos os estudantes, professores, coordenadores, diretores, gestores e demais profissionais da Educação Básica” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023). Em sequência, este processo acontece da seguinte forma:

³² Por outro lado, no estado do Rio Grande do Sul (RS), a matéria de espanhol foi mantida como disciplina obrigatória pelas escolas estaduais através da ementa 74 à Constituição do Rio Grande do Sul, como consequência do movimento “Fica Espanhol”. No RS, 40% das cidades estão situadas na área fronteiriça, região até 150km quilômetros da divisa com a Argentina e o Uruguai (CORREIO DO POVO, 2021).

Existem muitas formas de manifestação da Internacionalização da Educação Básica, que vão desde as mais tradicionais, como a mobilidade ou o intercâmbio, até as mais modernas, como a Internacionalização do Currículo, que pode acontecer presencialmente ou mediada por tecnologias digitais. A Internacionalização da Educação pode ser transfronteiriça, quando cruza fronteiras, ou, em casa, quando ocorre no espaço escolar (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023).

Portanto, como foi possível observar nesta última citação, a internacionalização da educação básica pode ocorrer através de forma presencial e virtual, a partir do uso de tecnologias digitais. Além disso, um aspecto que se relaciona diretamente com o objeto de estudo é a menção de que a internacionalização pode ser transfronteiriça, abrangendo iniciativas mencionadas no subitem anterior: internacionalização em casa (sem mobilidade) e internacionalização no exterior (considerando a travessia da fronteira pelos estudantes e professores).

Na prática, a internacionalização da educação básica de forma transfronteiriça já foi política pública pelo Brasil e por países vizinhos, a partir dos programas de escolas bilíngues. Conforme visto anteriormente, o autor Thiesen afirma que a ocorrência da formulação de políticas voltadas à internacionalização da educação básica foi motivada justamente pela internacionalização do ensino superior (THIESEN, 2017; 2021). Isso é, por meio da experiência protagonizada por instituições de ensino superior houve mobilização para internacionalizar a Educação Básica no Brasil.

Há dois exemplos de políticas públicas sobre programas de escolas bilíngues nas regiões de fronteira do Brasil: o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira (PEIBF), de 2005, e o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), institucionalizado através da Portaria Nº 798, em 19 de junho de 2012, como uma reformulação do seu antecessor (PEIBF). Comparando brevemente as duas iniciativas, o PEIBF era voltado ao bilinguismo (português e espanhol), a partir de iniciativa bilateral entre Brasil e Argentina para determinadas localidades fronteiriças (e cerca de 20 escolas), enquanto o PEIF teve ênfase na interculturalidade e trouxe outras localidades fronteiriças dentro do seu escopo (Uruguai, Paraguai, Colômbia, Bolívia, além da Argentina) (STURZA, 2021).

Contudo, de acordo com a autora Eliana Sturza, quem coordenou e assessorou as escolas participantes do Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), o mesmo foi suspenso no ano de 2016, motivado pelas mudanças na orientação geopolítica na região, além do fato de que o Brasil cortou os recursos para a manutenção do PEIF,

impactando diretamente o esforço coletivo e internacional que havia sido estruturado (STURZA, 2021).

A menção a ambos os programas é relevante, pois se associam com a proposta da cooperação na área de educação prevista no Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil, além de se conectarem com o conceito de paradiplomacia transfronteiriça apresentado neste capítulo. Com relação ao Acordo bilateral, a partir do artigo VII, parágrafo segundo são mencionadas algumas iniciativas que se relacionam com a internacionalização da educação e com a possibilidade de trabalhar com visão a integradora entre os povos.

Neste sentido, de acordo com o artigo VII, parágrafo segundo:

As Partes promoverão a cooperação em matéria educativa entre as localidades fronteiriças vinculadas, incluindo intercâmbio de docentes, alunos e materiais educativos. O ensino das matérias de História e Geografia será realizado com uma perspectiva regional e integradora. Ao ensinar Geografia se procurará enfatizar os aspectos comuns, ao invés dos limites políticos e administrativos. No ensino de História se buscará ressaltar os fatos positivos que historicamente uniram os povos através das fronteiras, promovendo nos alunos uma visão de vizinho como parte de uma mesma comunidade (BRASIL, 2016).

Entre as iniciativas previstas, aquelas que se relacionam com a internacionalização da educação básica (a partir do conceito empregado pelo MEC) são: intercâmbio de docentes, alunos e materiais educativos. Portanto, é possível perceber que estas iniciativas de internacionalização podem impactar positivamente a Educação Básica das localidades fronteiriças. Além disso, as demais iniciativas trabalham com elementos importantes para a formação dos estudantes, no sentido de conscientizar sobre a integração dos povos e os aspectos positivos que conectam as duas nações, em contramão do histórico de rivalidade de séculos anteriores presente nas relações bilaterais do Brasil e da Argentina³³.

Dessa forma, é possível conceber a oportunidade de qualificar a educação nas regiões de fronteira e entender a importância para a implementação da paradiplomacia educacional transfronteiriça a partir do Acordo entre o Brasil e a Argentina. Afinal, se as iniciativas são de fato implementadas pelos municípios designados no Acordo, as localidades fronteiriças tendem a se aproximar, o nível educacional tende a melhorar e a integração regional se diversifica dentro da perspectiva multidimensional, bem como

³³ A questão sobre a rivalidade entre o Brasil e a Argentina será explorada no segundo capítulo.

fomentar a ressignificação das fronteiras como áreas de integração, ao invés de limites de soberania Estatal.

Por fim, após o entendimento dos principais conceitos utilizados ao longo do primeiro capítulo, o capítulo a seguir conectará a teoria ao objeto de estudo: o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina. Isto é, aplicará a teoria à prática para que a pesquisa analise a implementação da temática da educação pelos governos não centrais designados, conforme será explorado no último capítulo.

2 DO BINACIONAL AO LOCAL: O ACORDO SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA E OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES

Após a compreensão dos conceitos teóricos apresentados no primeiro capítulo, o segundo capítulo conectará a conceituação à prática a partir do objetivo de estudo da pesquisa – o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, além do breve histórico dos municípios designados na dissertação. Entretanto, antes de abordar sobre o objetivo de estudo, o próximo subitem abordará, de maneira breve, o histórico da relação bilateral entre o Brasil e a Argentina.

Afinal, além de sintetizar sobre o desenvolvimento da diplomacia bilateral entre os países, é importante refletir sobre o histórico de rivalidade entre os países e a construção da relação de integração.

2.1 DA RIVALIDADE À INTEGRAÇÃO: A RELAÇÃO BILATERAL ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA

De acordo com os dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil a respeito da cronologia das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina, é notável que diplomacia entre eles é marcada por momentos que alternaram entre aproximação, afastamento e até rompimento nas relações diplomáticas.

Em 1821, há mais de 200 anos, o governo português instalado no Rio de Janeiro foi o primeiro a reconhecer a independência argentina. Já em 1823, há 200 anos, a Argentina foi o primeiro país a reconhecer a independência do vizinho e a estabelecer relações diplomáticas com o então Império do Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2023).

Contudo, apesar dos reconhecimentos recíprocos no século XIX, a relação bilateral naquele século foi marcada por momentos de rompimentos e até mesmo de conflitos. Por exemplo, em 1825, dois anos após o reconhecimento da Argentina, com relação à independência do Brasil, o Congresso de Buenos Aires proclamou a reintegração da Banda Oriental ao território argentino e conseqüentemente a Argentina rompeu relações com o Brasil, marcando o início da Guerra da Cisplatina. O conflito foi encerrado em 1828, no Rio de Janeiro, por meio da assinatura da Convenção de Paz que

formalizou a independência do Uruguai (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2023).

Além de outros momentos históricos dos séculos XIX e XX que apresentaram episódios de distanciamento entre os países, há uma característica histórica presente na relação bilateral entre o Brasil e a Argentina: a rivalidade. Esta característica é manifestada através episódios históricos (como a Guerra da Cisplatina), assim como é reflexo dos seus antigos colonizadores. Segundo Candeas, a rivalidade entre o Brasil e a Argentina tem reflexo no antagonismo entre Portugal e Espanha, antigos colonizadores de ambos os países, tendo sido incorporada nos respectivos processos de reafirmação nacional (CANDEAS, 2017).

Nesta perspectiva, Candeas classifica a relação bilateral entre o Brasil e a Argentina por meio de duas fases gerais: a primeira, *instabilidade estrutural*, a partir do século XIX; e a última, *estabilidade estrutural pela integração*, a partir do século XXI. Além das duas fases gerais, Candeas classifica fases intermediárias que se desenvolveram ao longo das relações bilaterais, sendo uma delas a *construção da estabilidade estrutural pela cooperação*³⁴, de 1979 a 1987, marcada por um momento-chave para a aproximação da relação bilateral: a redemocratização do Brasil (CANDEAS, 2005).

Em 1985, os países presididos por José Sarney (Brasil) e Raúl Alfonsín (Argentina) avançaram com a relação bilateral durante um encontro realizado em Foz do Iguaçu, quando inauguraram a Ponte Tancredo Neves e assinaram documentos importantes para a fase de construção da estabilidade estrutural: Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, no qual representou importante avanço para a cooperação ao invés de competição; e a Declaração de Iguaçu, um importante passo bilateral para a avançar com a instituição do MERCOSUL em anos posteriores, conforme mencionado no capítulo anterior (CANDEAS, 2005; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2023).

Já no início do século XXI, sob as presidências de Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Néstor Kirchner (Argentina), é um momento de revigoramento das relações bilaterais após a década de 1990 marcada por agendas sobretudo de cunho neoliberal. Também sob a perspectiva regional, os países aprofundaram a integração no

³⁴ Conforme com o autor, são seguintes fases: “As fases intermediárias foram instabilidade conjuntural e busca de cooperação (1898-1961), instabilidade conjuntural com rivalidade (1962-1979) e construção da estabilidade estrutural pela cooperação (1979-1987) e pela integração (desde 1988)” (CANDEAS, 2005, p. 2).

MERCOSUL³⁵, a partir da criação de estruturas como o PARLASUL, FEM, FOCEM e ISM. Ainda, dentro da perspectiva bilateral, vale destacar aquele que é o objeto de estudo da pesquisa: o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, a ser explorado no próximo subitem.

Não obstante, a partir das mudanças de ciclo político entre os países, as relações bilaterais passaram por diferentes momentos. Considerando um recorte mais recente, no momento da presidência de Jair Messias Bolsonaro, a relação com a Argentina deixou de ser uma das prioridades da política externa brasileira, especialmente a partir da eleição do presidente Alberto Fernández, em 2019, quando este derrotou o ex-presidente Mauricio Macri – apoiado por Bolsonaro, durante o último processo eleitoral presidencial do país.

Três exemplos marcam o momento de afastamento das relações bilaterais nas políticas externas de Bolsonaro e Fernández: (1) quando Fernández foi eleito, Bolsonaro não compareceu à posse (algo que não acontecia entre os países desde 2003); (2) após o pleito de Fernández, Bolsonaro manifestou que não cumprimentaria o novo presidente argentino, criticando o “retorno do kirchnerismo”; (3) a primeira reunião bilateral entre os países ocorreu somente mais de um ano após a posse de Fernández (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020; GLOBO, 2020).

Não obstante, se as relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina durante os mandatos de Bolsonaro e Fernández foram marcadas pelo afastamento, atualmente o cenário diplomático apresenta um cenário de revigoração. Isto é, a partir da eleição de Lula em 2022, é notável que há alinhamento entre os chefes de Estados e assim como há interesse recíproco na relação bilateral.

Dois exemplos marcam a nova configuração de aproximação entre os países: (1) um dia após a eleição de Lula, Fernández se reuniu presencialmente com o brasileiro na cidade de São Paulo; (2) Fernández compareceu à posse de Lula no dia primeiro de janeiro de 2023; (3) a primeira viagem internacional oficial de Lula foi para a Argentina, em 23 de janeiro de 2023 (AGÊNCIA BRASIL, 2022; FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

Finalmente, apesar da relação bilateral entre Brasil e Argentina ter passado por diferentes momentos – aproximação, afastamento, conflito, cooperação –, o cenário atual apresenta melhores perspectivas para ambos os países e para a região como um todo. Como efeito, iniciativas de cooperação bilateral podem avançar, como ocorreu em 2005,

³⁵ Conforme mencionado no subitem 1.3.1, sobre as fases do MERCOSUL ao longo das três décadas desde sua instituição.

quando os países assinaram o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, a ser referido no próximo subitem.

2.2 O ACORDO SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS ENTRE A ARGENTINA E O BRASIL

Em seguimento, em novembro 2005, foi assinado o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (República Federativa do Brasil) e Néstor Kirchner (República Argentina), na cidade argentina de Puerto Iguazú. O Acordo prevê a cooperação entre determinadas localidades fronteiriças para diferentes áreas, como economia, trânsito, regime trabalhista, acesso aos serviços públicos e educação³⁶. O mesmo já está em vigor nos âmbitos domésticos, desde 2009 na Argentina e desde 2016 no Brasil (BBC, 2005; ARGENTINA, 2009; BRASIL, 2016).

O Acordo bilateral viabiliza a expedição da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço, que permite a concessão de direitos aos titulares e maior facilidade para a mobilidade nas regiões fronteiriças. Os direitos são os seguintes, conforme o Artigo I do Acordo:

- a) Exercício de trabalho, ofício ou profissão de acordo com as leis destinadas aos nacionais da Parte onde é desenvolvida a atividade, inclusive no que se refere aos requisitos de formação e exercício profissional, gozando de iguais direitos trabalhistas e previdenciários e cumprindo as mesmas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias que delas emanam;
- b) Acesso ao ensino público em condições de gratuidade e reciprocidade;
- c) Atendimento médico nos serviços públicos de saúde em condições de gratuidade e reciprocidade;
- d) Acesso ao regime de comércio fronteiriço de mercadorias ou produtos de subsistência, segundo as normas específicas que constam no Anexo II; e
- e) Quaisquer outros direitos que as Partes acordem conceder (BRASIL, 2016).

Para tanto, o Acordo designa determinados municípios do Brasil e da Argentina para as diferentes áreas de cooperação. São as seguintes cidades-gêmeas, na ordem de seus respectivos pares nas mesmas linhas no Quadro 4:

³⁶ O Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina está integralmente disponível no Anexo D.

Quadro 4 – Listagem dos municípios integrantes do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil

Cidade do Brasil	Estado brasileiro	Cidade da Argentina	Província argentina
São Borja	Rio Grande do Sul	Santo Tomé	Corrientes
Uruguaiana	Rio Grande do Sul	Paso de los Libres	Corrientes
Itaqui	Rio Grande do Sul	Alvear	Corrientes
Barra do Quaraí	Rio Grande do Sul	Monte Caseros	Corrientes
Porto Xavier	Rio Grande do Sul	San Javier	Misiones
Porto Mauá	Rio Grande do Sul	Alba Posse	Misiones
Dionísio Cerqueira	Santa Catarina	Bernardo de Irigoyen	Misiones
Barracão	Paraná		
Capanema	Paraná	Andresito	Misiones
Foz do Iguaçu	Paraná	Puerto Iguazú	Misiones

Fonte: Brasil, 2016.

Como representado no Quadro acima, dez municípios brasileiros fazem parte do Acordo com nove pares argentinos (considerando que Dionísio Cerqueira e Barracão, do Brasil, estão juntos com o município de Bernardo Irigoyen, da Argentina). No entanto, conforme mencionado anteriormente, a delimitação da pesquisa determina seis municípios do estado do Rio Grande do Sul com os seus respectivos pares da Argentina.

Dentro da relação entre o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil e os municípios que fazem parte do mesmo, vale destacar um aspecto que é previsto no Artigo XI, parágrafo terceiro, chamado “Estímulo à Integração”. É previsto que os governos locais, juntamente com os Estados nacionais, monitorem os avanços e as dificuldades para a implementação do Acordo a partir de Comitês de Fronteira³⁷. Ou seja, como o próprio título do Artigo subentende, os comitês fazem com que a paradiplomacia transfronteiriça seja estimulada, aproximando as cidades-gêmeas do Acordo.

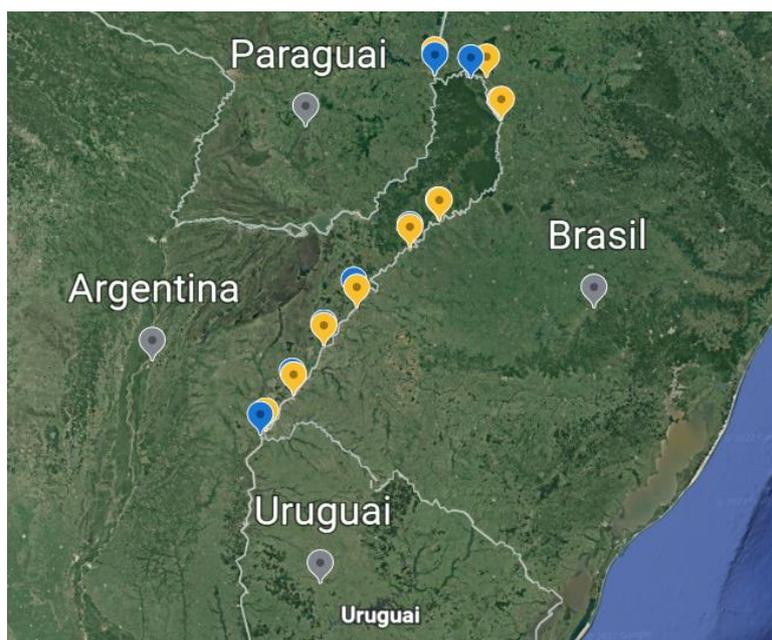
Consequentemente, é possível constatar a conexão que o Acordo bilateral possui com a temática da paradiplomacia. Dialogando com o conceito de paradiplomacia de Cornago (CORNAGO, 1999) apresentado no capítulo anterior, percebe-se que os governos não centrais (que neste caso são os municípios) possuem papel importante para a interação e a cooperação com suas respectivas cidades-gêmeas a partir das temáticas estabelecidas no Acordo. Além, evidentemente, da conexão que o Acordo possui com

³⁷ Alguns dos municípios delimitados nesta pesquisa, como Uruguaiana – Paso de los Libres e São Borja – Santo Tomé, são exemplos de cidades-gêmeas que trabalham com Comitês de Integração Fronteiriça. Mais detalhes serão vistos nos próximos subitens.

dois conceitos apresentados anteriormente: a paradiplomacia regional transfronteiriça por Duchacek (1990), entendida como a aproximação entre governos não centrais de fronteiras por conta da proximidade geográfica, principalmente; e a paradiplomacia transfronteiriça, de Oddone (2016), como uma forma especial desta atuação internacional dos governos não centrais das regiões de fronteira para o desenvolvimento local articulado com a integração regional.

Ainda, com a finalidade de apresentar as localidades fronteiriças em material visual, a Figura 1, abaixo, ilustra a fronteira entre o Brasil e a Argentina a partir de suas respectivas localidades. Como é possível observar, nas marcações localizadas mais ao Sul e mais ao Norte, há duas regiões de tríplice fronteira: Brasil e Argentina com o Uruguai e Paraguai, respectivamente.

Figura 1 - Mapa com as demarcações dos municípios que fazem parte do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil



Fonte: Elaboração do autor / Google Earth.

Ademais, como um adendo, vale ressaltar que o Acordo entre o Brasil e a Argentina foi baseado na experiência de cooperação fronteiriça entre o Brasil e o Uruguai. De acordo com o diplomata brasileiro Adriano Silva Pucci, que publicou o “Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai”, a experiência do Brasil com o Uruguai é considerada como um dos exemplos a serem replicados na região, devido às “forças centrípetas da integração” (CARNEIRO; LEMOS, 2014; PUCCI, 2010, p. 21). No caso brasileiro, além

da cooperação fronteiriça com o Uruguai e a Argentina, o país também possui outros acordos bilaterais nesta perspectiva.

Um deles é com a Bolívia³⁸, assinado em 2004 e que está em vigor desde 2009 e o outro é com o Paraguai³⁹, celebrado em 2017 e que encontra-se em tramitação no legislativo nacional (BRASIL, 2009; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2022). Quer dizer, são iniciativas que fomentam a paradiplomacia transfronteiriça a partir das respectivas cidades-gêmeas designadas nos Acordos com a Bolívia e o Paraguai.

Outra dimensão relacionada à paradiplomacia transfronteiriça que cabe acrescentar é a partir do MERCOSUL. É o caso do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas do MERCOSUL, assinado em dezembro de 2019, durante a 55ª Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL “Vale dos Vinhedos”. Embora o mesmo não esteja em vigor, pois está em tramitação nas instâncias nacionais de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, esse Acordo poderá institucionalizar no âmbito do MERCOSUL uma dinâmica de cooperação transfronteiriça, reforçando a importância das atuações das esferas nacionais e de governos não centrais dentro do MERCOSUL para o fomento da integração regional.

Este Acordo no âmbito do MERCOSUL, inclusive, é analisado por outros autores acadêmicos que abordam as oportunidades e dificuldades de implementação. Uma das dificuldades percebidas é a carência de infraestruturas que conectem os dois países que fazem fronteira fluvial – como é o caso de Brasil e Argentina. Neste aspecto, conforme será visto nos próximos subitens, algumas das cidades-gêmeas delimitadas na pesquisa não possuem pontes que conectem as localidades, o que na prática dificulta as travessias.

Estas adversidades percebidas quanto à infraestrutura nas regiões de fronteira dificultam a conexão das localidades, o desenvolvimento local e, conseqüentemente, a integração regional a partir da perspectiva multidimensional (ODDONE, 2016). Em um dos casos analisados, a partir da relação entre a Argentina e o Paraguai, os autores Berzi, Lemões e Oddone (2021) citam a dificuldade de mobilidade entre os municípios de Puerto Iguazú (Argentina) e Presidente Franco (Paraguai) no tocante à temática de saúde. Neste caso, além da ausência de infraestrutura que associe as duas localidades, os autores

³⁸ Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos (BRASIL, 2009).

³⁹ Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017).

também pontuam a dificuldade em consequência da ausência de serviços de transporte público regulares (públicos e privados) e as diferentes regulamentações nacionais sobre transportes (BERZI; LEMÕES; ODDONE; 2021).

Outro ponto trazido pelos autores é o impacto causado durante a pandemia da Covid-19 para as interações entre as localidades fronteiriças da região. Em outras palavras, o fechamento das fronteiras entre os países-membros do MERCOSUL como medida para evitar a circulação do vírus dificultou a dinâmica de cooperação transfronteiriça na região, especialmente pelo fato de que o Acordo regional foi assinado poucos meses antes da pandemia (BERZI; LEMÕES; ODDONE; 2021). Por consequência, isso também afetou a relação entre as localidades fronteiriças vinculadas do Brasil e da Argentina.

Retomando à temática da educação, é possível perceber que o Acordo do MERCOSUL tenha se baseado no Acordo entre o Brasil e a Argentina como uma referência a ser implementada na região. Conforme o artigo VII, parágrafo terceiro do Acordo do MERCOSUL⁴⁰:

Os Estados Partes promoverão a cooperação em matéria de educação entre as cidades fronteiriças vinculadas, incluindo a formação de docentes, intercâmbio de informações sobre metodologias ativas, flexíveis e inovadoras, com evidências comprovadas de êxito, nas quais os estudantes sejam protagonistas do desenvolvimento curricular, melhores práticas em gestão escolar, além de outros aspectos que possam contribuir com a melhoria da qualidade do ensino nas regiões de fronteira. O ensino das diferentes disciplinas será feito com uma perspectiva regional e integradora. Procurar-se-á destacar os aspectos comuns para além dos limites políticos e administrativos, e tentar-se-á ressaltar os fatos positivos que historicamente uniram os povos através das fronteiras, promovendo nos educandos uma visão do vizinho como parte de uma mesma comunidade (MERCOSUL, 2019).

É possível observar as semelhanças de algumas iniciativas ao comparar o Acordo bilateral com o Acordo do MERCOSUL. Por exemplo, ambos os Acordos preveem o enfoque na perspectiva regional e integradora, o realce dos fatos positivos que unem os povos através das fronteiras, assim como o intercâmbio. Embora o intercâmbio pontuado

⁴⁰ Em dezembro de 2019, durante a 55ª Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL “Vale dos Vinhedos”, os presidentes do Brasil, Argentina, Paraguai e a vice-presidente do Uruguai, assinaram o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas do MERCOSUL. Atualmente, o Acordo está tramitando no Congresso Nacional para ser aprovado internamente – assim como ocorre nos demais países signatários (MERCOSUL, 2021). Na prática, embora ainda não aprovado por todas as partes, poderá institucionalizar no âmbito do MERCOSUL uma dinâmica ampla de paradiplomacia transfronteiriça entre dezenas de localidades dos países signatários.

no Acordo entre o Brasil e a Argentina seja mais enfático no sentido de especificar as partes a serem envolvidas: “cooperação em matéria educativa entre as localidades fronteiriças vinculadas, incluindo intercâmbio de docentes, alunos e materiais educativos” (BRASIL, 2016).

De todo modo, em conformidade com as abordagens apontadas no capítulo anterior, iniciativas educacionais que dialogam com o intercâmbio e o ensino de idioma estrangeiro fazem parte do que é concebido como internacionalização da educação (KNIGHT, 2004). Portanto, no momento em que as localidades fronteiriças fomentam estas iniciativas, as mesmas desenvolvem, na prática, o conceito estabelecido na presente pesquisa: a paradiplomacia educacional transfronteiriça. Além disso, vale destacar que a iniciativas educacionais previstas no Acordo bilateral reforçam a ideia de integração ao invés da rivalidade entre os países, ao considerar que o sentimento de rivalidade é algo notado em séculos anteriores da diplomacia entre as nações.

Por fim, após o entendimento do Acordo entre o Brasil e a Argentina e a conexão com os conceitos aplicados na pesquisa, o próximo item verterá sobre a formação histórica, aspectos locais e algumas iniciativas de paradiplomacia desenvolvidas pelos municípios inseridos no Acordo. Estas análises sobre cada região contribuirão para entender as particularidades e as diferenças entre os próprios governos não centrais designados na pesquisa.

2.3 OS MUNICÍPIOS GAÚCHOS DESIGNADOS NO ACORDO E O BREVE HISTÓRICO COM AS RESPECTIVAS CIDADES-GÊMEAS DA ARGENTINA

Conforme visto anteriormente, dez municípios brasileiros fazem parte do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina. Entre estes, seis são do estado do Rio Grande do Sul, estado que faz parte da delimitação da pesquisa. Destarte, os próximos subitens apresentação um breve histórico de cada um dos municípios gaúchos, que são parte do Acordo, e seus pares argentinos das províncias de Corrientes e Misiones.

2.3.1 São Borja (RS, Brasil) e Santo Tomé (Corrientes, Argentina)

O município de São Borja, com população de pouco mais de 60 mil habitantes, foi fundado em 1682 pelos jesuítas espanhóis e Índios Guaranis. É conhecido por ter sido a cidade natal de dois ex-presidentes do Brasil e de outros políticos de renome nacional⁴¹ (SÃO BORJA, 2021).

São Borja é uma das 33 cidades-gêmeas brasileiras, tendo como seu par a cidade argentina de Santo Tomé, localizada na província de Corrientes, com cerca de 23 mil habitantes. Na época da fundação de Santo Tomé, a cidade estava localizada na província de Tapé (atual estado do Rio Grande do Sul), local de conflitos entre o Brasil e a Argentina. Santo Tomé foi refundado oficialmente em 1863 como território argentino (SANTO TOMÉ, 2021). A seguir, na Tabela 1, é possível verificar os dados comparativos entre os municípios, conforme apresentados:

Tabela 1 - Dados de São Borja e Santo Tomé

Dados / Municípios	São Borja	Santo Tomé
Fundação	1682	1863
População (aprox.)	60 mil	23 mil
Estado / Província	Rio Grande do Sul (BR)	Corrientes (AR)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Santo Tomé (2021) e São Borja (2021).

Apesar do histórico de conflitos nos séculos anteriores na região, atualmente, percebe-se diferentes níveis de integração entre São Borja e Santo Tomé. Um dos exemplos está na área da educação superior, em que Santo Tomé é destino de muitos estudantes brasileiros da área de Medicina (principalmente), fazendo com que o município argentino seja uma rota de trânsito diário partindo de São Borja, ou até mesmo residência dos estudantes (SANTO TOMÉ, 2021).

Neste sentido, os municípios estão conectados por via rodoviária a partir da Ponte da Integração São Borja – Santo Tomé⁴², inaugurada em 1997, após quase uma década de negociações pelos governos nacionais⁴³. Além de conectar as duas cidades, a

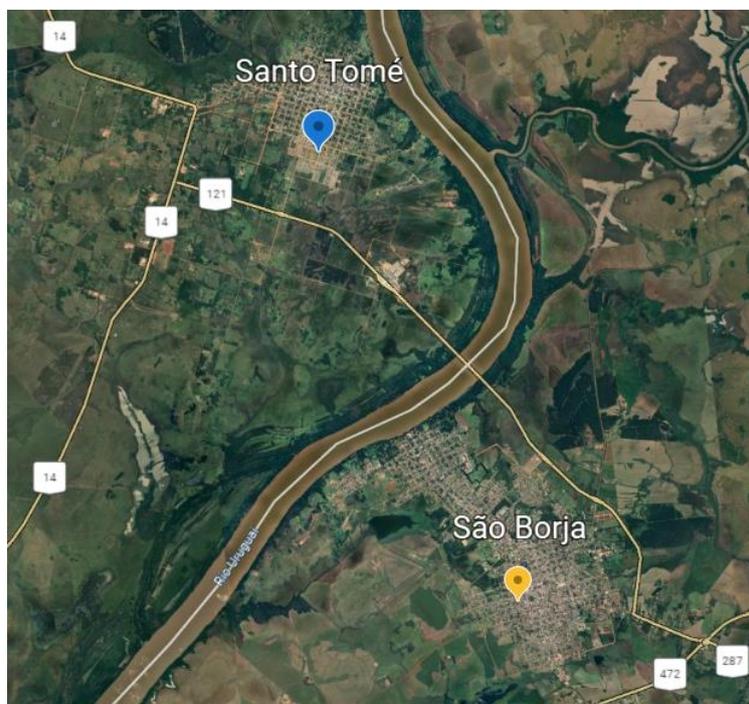
⁴¹ Entre os ex-presidentes estão: Getúlio Vargas (1930 a 1945 e de 1951 a 1954) e João Goulart (1961 a 1964). Além destes, Leonel de Moura Brizola é outro político de renome nacional, sendo o único brasileiro eleito a governar dois estados diferentes (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro).

⁴² A Ponte Internacional possui 1,4 quilômetros de extensão e conecta-se com os 14 quilômetros de estrada que separam as cidades de São Borja e Santo Tomé (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2021).

⁴³ A construção da Ponte da Integração São Borja – Santo Tomé é uma ideia de décadas anteriores. Conforme Pinto (2015), a construção da ponte era cogitada já no primeiro mandato do presidente Getúlio Vargas.

construção da ponte facilitou o comércio internacional entre os países como um todo, tornando-se uma região estratégica para ambas as partes. Abaixo, na Figura 2, é possível observar o mapa das localidades e identificar a ponte sobre o Rio Uruguai:

Figura 2 - Mapa situando São Borja (RS) e Santo Tomé (Argentina)



Fonte: Elaboração do autor / Google Earth.

Ainda, há dois importantes órgãos dentro da paradiplomacia transfronteiriça de São Borja e Santo Tomé: a Câmara Legislativa Binacional São Borja-Santo Tomé e o Comitê de Integração Fronteiriça.

Criada em 1991, a Câmara Legislativa Binacional São Borja-Santo Tomé, é um exemplo de iniciativa de paradiplomacia que aproxima os poderes legislativos dos municípios (vereadores de São Borja e *concejales* de Santo Tomé) para buscarem soluções comuns e cooperação em diferentes temáticas dentro da perspectiva local. Por outro lado, a falta de institucionalização da Câmara Binacional faz com que a atuação seja de forma cíclica (CORRÊA, 2008; CORRÊA et al., 2008).

Outro exemplo que também partiu dos governos locais é o Comitê de Integração Fronteiriça São Borja - Santo Tomé. O Comitê, criado em 2018 sob o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil, visa a aprimorar as relações entre os dois municípios e é composto pelos prefeitos, representantes do

legislativo municipal, entidades empresariais das cidades, bem como representantes dos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países. Ainda, o Comitê é composto por comissões⁴⁴ que buscam uma aproximação das cidades-gêmeas a partir de diferentes temáticas, promovendo a facilitação e desburocratização de serviços para as populações locais (SÃO BORJA, 2018).

Por fim, é possível perceber que a paradiplomacia entre os municípios de São Borja e Santo Tomé é desenvolvida pela aproximação das comunidades, representantes comerciais e o poder público subnacional, conforme as iniciativas mencionadas. Inclusive, entre as cidades-gêmeas do Rio Grande do Sul com a Argentina, que fazem parte do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, São Borja e Santo Tomé são os municípios com mais referências de atividades relacionadas como o conceito de paradiplomacia transfronteiriça⁴⁵.

2.3.2 Uruguaiana (RS, Brasil) e Paso de los Libres (Corrientes, Argentina)

O município de Uruguaiana, localizado às margens do Rio Uruguai, fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul com a Argentina, é a segunda maior cidade fronteiriça brasileira, com aproximadamente 130 mil habitantes. A origem do município remonta a Revolução Farroupilha (de 1835 a 1845), quando o governo farrapo assentou uma base no local, por ser considerada uma região estratégica (URUGUAIANA, 2022).

O nome Uruguaiana originou-se da junção dos nomes do rio *Uruguai*, a divisa na região com a Argentina, e *Ana*, apelido da Nossa Senhora de Santana, a padroeira da Vila a qual precedeu o município uruguaianense. Oficialmente, Uruguaiana passou à categoria de cidade em abril de 1874, sendo uma das poucas cidades planejadas do Brasil no século XIX (URUGUAIANA, 2022).

Do outro lado do Rio Uruguai está a cidade argentina de Paso de los Libres, na província de Corrientes, com cerca de 43 mil habitantes. O município foi fundado em setembro de 1843, conforme a Tabela 2, e é uma região estratégica para o país por conta

⁴⁴ São eles: Comissão de Facilitação Fronteiriça, Comissão de Infraestrutura, Comércio e Turismo, Comissão de Cultura, Educação e Universidades, Comissão de Saúde e Meio Ambiente. (SÃO BORJA, 2018).

⁴⁵ Considerando as fontes bibliográficas (CORRÊA, 2008; CORRÊA et al., 2008; PINTO, 2015) e fontes documentais (SÃO BORJA, 2018; 2021; 2022) referidas no subitem 2.3.1.

da proximidade com o Brasil, Uruguai e Paraguai, considerada como o “Coração do MERCOSUL” (CORRIENTES, 2022; PASO DE LOS LIBRES, 2022).

Tabela 2 - Dados de Uruguaiana e Paso de los Libres

Dados / Municípios	Uruguaiana	Paso de los Libres
Fundação	1874	1843
População (aprox.)	130 mil	43 mil
Estado / Província	Rio Grande do Sul (BR)	Corrientes (AR)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Uruguaiana (2022) e Corrientes (2022) e Paso de los Libres (2022).

Assim como o exemplo de São Borja e Santo Tomé, Uruguaiana e Paso de los Libres compõem o Comitê de Integração Fronteiriça entre os municípios. E a partir do comitê, há diferentes comissões temáticas, como educação, saúde, comércio, meio ambiente, infraestrutura e outras, aproximando os governos locais para atuarem em conjunto frente às demandas e necessidades na localidade fronteiriça (IPEA, 2020).

Ainda, uma importante obra conecta os dois municípios e os dois países por via rodoviária: a Ponte Internacional Getúlio Vargas – Agustín Pedro Justo, com quase 1,5 quilômetros de extensão. Considerada a principal porta de entrada e saída entre o Brasil e a Argentina, a ponte era um desejo antigo na região e foi inaugurada em maio de 1947 com a finalidade de conectar os dois países e estimular o comércio bilateral (URUGUAIANA, 2021; URUGUAIANA, 2022). Ainda, cabe mencionar que no Apêndice A se encontra a fotografia da Ponte Internacional registrada pelo pesquisador durante a pesquisa de campo, além dos relatos sobre as travessias da mesma. A seguir, na Figura 3, é possível observar o mapa das localidades e a ponte que as vincula:

Figura 3 - Mapa situando Uruguaiana (RS) e Paso de los Libres (Argentina)



Fonte: Elaboração do autor / Google Earth.

Por conta da Ponte Internacional, Uruguaiana é também considerada como o “Portal do MERCOSUL” e abriga o maior porto seco rodoviário da América Latina devido ao grande fluxo no comércio internacional sobre rodas no Cone Sul (URUGUAIANA, 2021; URUGUAIANA, 2022).

Por fim, ambos os municípios foram visitados durante as pesquisas de campo realizadas. Uruguaiana foi a cidade “base” das pesquisas de campo, entre os dias 16 e 19 de maio de 2022, enquanto Paso de los Libres foi visitada no dia 17 de maio. Durante essa experiência de estar presencialmente nas localidades, foi possível observar o quão importante as relações bilaterais dos municípios são para as populações locais, comércio e turismo, além das dificuldades percebidas para as travessias de um país para o outro. Além destes, Barra do Quaraí, município do próximo item, também foi visitado durante as pesquisas de campo realizadas⁴⁶.

⁴⁶ Mais detalhes sobre as pesquisas de campo realizadas estão no terceiro capítulo e no Apêndice A.

2.3.3 Barra do Quaraí (RS, Brasil) e a Tríplice Fronteira com Monte Caseros (Corrientes, Argentina) e Bella Unión (Artigas, Uruguai)

Barra do Quaraí é um município brasileiro localizado em uma região de tríplice fronteira com a Argentina e o Uruguai. Com cerca de 4 mil habitantes, Barra do Quaraí faz fronteira com Bella Unión (departamento de Artigas, Uruguai), de aproximadamente 18 mil habitantes e Monte Caseros (província de Corrientes, Argentina), com população em torno de 35 mil habitantes. Portanto, em comparação com as cidades-gêmeas vizinhas, Barra do Quaraí é a menos populosa (IBGE, 2022; ARTIGAS, 2012; MONTE CASEROS, 2022; CORRIENTES, 2022).

Os primeiros registros de ocupação na localidade brasileira foram a partir de 1814, quando foi instalada uma guarda portuguesa para assegurar a defesa do território conquistado em relação às investidas espanholas. Antes de se tornar um município de fato, Barra do Quaraí foi um distrito subordinado à Uruguaiana a partir de outubro de 1892. Somente foi elevado à categoria de município em dezembro de 1995. Já os municípios de Monte Caseros e Bella Unión foram fundados em 1855 e 1929, respectivamente, conforme a representação na Tabela 3 (IBGE, 2022; ARTIGAS, 2012; MONTE CASEROS, 2022; CORRIENTES, 2022).

Tabela 3 - Dados de Barra do Quaraí, Monte Caseros e Bella Unión

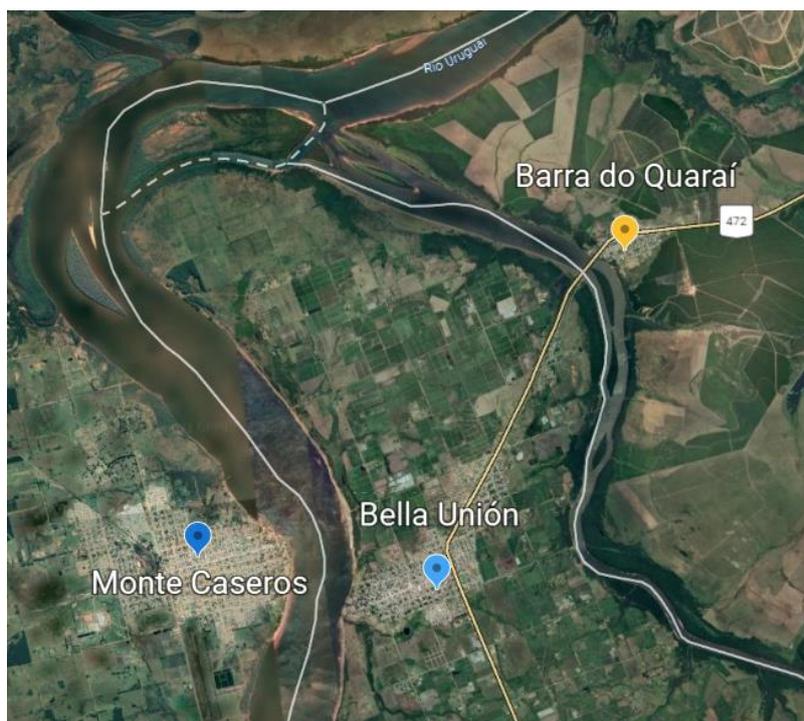
Dados / Municípios	Barra do Quaraí	Monte Caseros	Bella Unión
Fundação	1892	1855	1929
População (aprox.)	4 mil	35 mil	18 mil
Estado / Província	Rio Grande do Sul (BR)	Corrientes (AR)	Artigas (UR)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2022), Artigas (2022) e Monte Caseros (2022).

As fronteiras entre os três países dão-se através de diferentes rios. Dentro da relação Brasil e Uruguai, o rio Quaraí é o que divide esses países. Ao considerarmos as localidades dos municípios de Barra do Quaraí e Bella Unión, há uma importante ponte rodoviária que conecta os municípios e os dois países: a Ponte Rodoviária Internacional Rio Quaraí, inaugurada em 1976, ao lado de uma ponte ferroviária de 1915. Portanto, assim como os casos de Uruguaiana com Paso de los Libres e São Borja com Santo Tomé, há uma integração física por meio de ponte rodoviária para conectar dois países (IBGE, 2022).

Dentro da relação Brasil e Argentina, assim como os demais municípios, a divisa entre os dois países dá-se através do rio Uruguai. No entanto, não há presença de ponte rodoviária que conecte Barra do Quaraí e Monte Caseros. Na Figura 4, é possível ver os três municípios que fazem parte da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Uruguai, assim como a ponte que conecta o Brasil ao Uruguai:

Figura 4 - Mapa situando Barra do Quaraí (RS), Bella Unión (Uruguai) e Monte Caseros (Argentina)



Fonte: Elaboração do autor / Google Earth.

Ademais, na relação entre a Argentina e o Uruguai, conforme a ilustração anterior, não há ponte rodoviária que conecte os dois países, embora seja um projeto de mais de 30 anos que não se concretizou. No entanto, os governos nacionais da Argentina e do Uruguai esperam aprovação de financiamento pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) para finalmente iniciarem as obras no ano de 2023. Conseqüentemente, a construção da ponte Bella Unión – Monte Caseros fomentará não apenas a relação bilateral entre os dois países, como também permitirá a conexão rodoviária entre o Brasil e a Argentina ao cruzar o Uruguai (EL OBSERVADOR, 2022).

Outro destaque, oficializado em junho de 2022, é a criação do Comitê de Integração Fronteiriça Trinacional Barra do Quaraí, Monte Caseros e Bella Unión. Na

prática, o comitê trinacional possui o potencial de aproximar as três localidades fronteiriças para a realização de projetos em conjunto, dialogando com diferentes temáticas de cooperação. Esta aproximação na região também dialoga com o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas do MERCOSUL, conforme mencionado no início do presente capítulo, considerando que engloba três municípios designados no Acordo do MERCOSUL (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2022).

Nesta região da tríplice fronteira, há um detalhe peculiar que envolve uma disputa territorial entre o Brasil e o Uruguai. É a chamada Ilha Brasileira, localizada no encontro dos rios Quaraí e Uruguai, onde é marcada a fronteira entre os países. Em 1940, o governo uruguaio determinou como um território sob disputa, mas na prática esta não é uma pauta dentro das relações bilaterais entre os países desde os anos de 1980 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Ainda, conforme citado ao final do subitem anterior, o município de Barra do Quaraí foi visitado durante a pesquisa de campo, assim como o município de Bella Unión. Apesar de serem municípios menores se compararmos com Uruguaiana e Paso de los Libres, é possível afirmar que a conexão entre os lados brasileiro e uruguaio é mais facilitada. Isto foi possível observar tanto pelo relato das entrevistas de campo realizadas, quanto na experiência de atravessar a fronteira de táxi, conforme mencionado no APÊNDICE A. Este fator foi percebido como uma grande vantagem com relação às demais cidades-gêmeas do Acordo.

Por fim, embora Barra do Quaraí e Monte Caseros sejam os pares no Acordo, percebeu-se que a distância entre elas dificulta a aproximação, tanto pela ausência de uma ponte que conecte o Brasil e a Argentina naquela localidade, como também pela distância para este trajeto dentro da via fluvial – o que é muito diferente em comparação a Barra do Quaraí e Bella Unión. Por outro lado, a recente criação do Comitê de Integração Fronteira Trinacional Barra do Quaraí, Monte Caseros e Bella Unión, pode ser que a aproximação entre estes municípios de Brasil e Argentina seja mais expressiva nos próximos anos, caso as pautas de cooperação transfronteiriça avancem.

2.3.4 Itaqui (RS, Brasil) e Alvear (Corrientes, Argentina)

Itaqui é um município brasileiro situado às margens do Rio Uruguai, fronteira com a Argentina. Em séculos anteriores, a região era caracterizada pelas missões jesuítas dos

espanhóis no século XVIII, tendo sido incorporada as terras portuguesas no século XIX. A localidade, inclusive foi cobiça do Uruguai entre os séculos XVIII e XIX, além de ter sido palco de conflitos da Revolução Farroupilha e Guerra do Paraguai (ITAQUI, 2022).

Em 1858, Itaqui foi desmembrado de São Borja e 21 anos depois foi elevado à categoria de cidade, chamado inicialmente de São Patrício de Itaqui, como homenagem ao padroeiro local, e depois Itaqui. Com aproximadamente 38 mil habitantes, Itaqui está próximo do município argentino de Alvear, localizado na província de Corrientes, com pouco mais de 7 mil habitantes (ITAQUI, 2022; IBGE, 2022; CORRIENTES, 2022). A seguir, na Tabela 4, é possível acompanhar os dados comparativos entre os dois municípios:

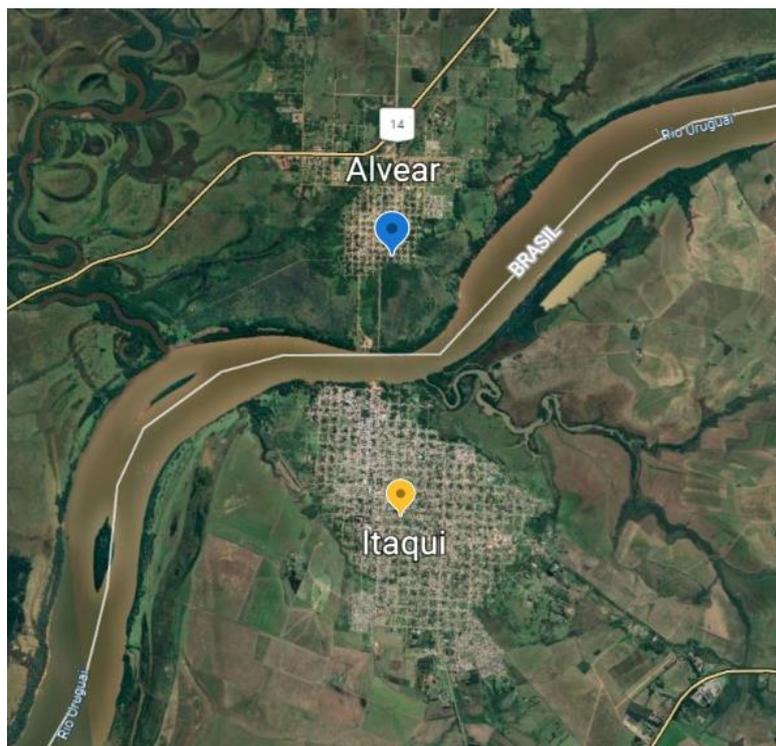
Tabela 4 - Dados de Itaqui e Alvear

Dados / Municípios	Itaqui	Alvear
Fundação	1858	1863
População (aprox.)	38 mil	7 mil
Estado / Província	Rio Grande do Sul (BR)	Corrientes (AR)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Itaqui (2022), IBGE (2022) e Corrientes (2022).

Itaqui e Alvear, assim como os municípios de Barra do Quaraí e Monte Caseros, não possuem ponte rodoviária ou ferroviária que conectem as localidades, conforme a Figura 5, acima. No entanto, devido à proximidade, os municípios dispõem de balsas que conectam as duas partes. Apesar disso, há tratativas pelos municípios sobre a viabilidade de uma ponte internacional que atravesse o Rio Uruguai e que conecte as duas partes, que é desejo das populações locais. No entanto, não foi percebido avanço concreto para a construção dessa obra, que poderia facilitar a conexão entre as localidades e a cooperação transfronteiriça (CÂMARA ITAQUI, 2017).

Figura 5 - Mapa situando Itaqui (RS) e Alvear (Argentina)



Fonte: Elaboração do autor / Google Earth.

2.3.5 Porto Mauá (RS, Brasil) e Alba Posse (Misiones, Argentina)

Localizado no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, Porto Mauá é um município que foi fundado em 1992, conhecido como a “Terra da Integração”. Com pouco mais de dois mil habitantes, Porto Mauá tem como origem de seu nome Irineu Evangelista de Souza, o Barão e Visconde de Mauá (PORTO MAUÁ, 2022; FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2022).

Porto Mauá e os arredores foram colonizados por descendentes de imigrantes poloneses, alemães, italianos e luso-brasileiros. As primeiras testemunhas alegam que a vinda destes povos foi a partir de 1912. Porto Mauá desenvolveu-se principalmente a partir do porto que se conecta com o município argentino de Alba Posse, com atividades desde 1930. Antes de tornar-se uma cidade de fato, Porto Mauá era distrito do município de Santa Rosa (RS). O município de Alba Posse, por sua vez, faz parte da província de Misiones, na Argentina, com cerca de sete mil habitantes e foi fundado em 1935 (PORTO MAUÁ, 2014; PORTO MAUÁ, 2022; ALBA POSSE, 2022). Abaixo, na Tabela 5, é possível identificar os dados comparativos referentes aos dois municípios fronteiriços:

Tabela 5 - Dados de Itaqui e Alvear

Dados / Municípios	Porto Mauá	Alba Posse
Fundação	1992	1935
População (aprox.)	2 mil	7 mil
Estado / Província	Rio Grande do Sul (BR)	Misiones (AR)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Fundação de Economia e Estatística (2022) e Alba Posse (2022).

Por último, embora Porto Mauá e seu município argentino vizinho, Alba Posse, não tenham conexão através de ponte rodoviária, utilizam-se da travessia de barcas diariamente (e historicamente), conectando as duas partes. A fertilidade das terras de Porto Mauá e a localização à beira do Rio Uruguai propiciou o desenvolvimento econômico e comercial, utilizando o transporte fluvial como a ligação entre os países (PORTO MAUÁ, 2022). A seguir, na Figura 6, é possível identificar o mapa desta região.

Figura 6 - Mapa situando Porto Mauá (RS) e Alba Posse (Argentina)



Fonte: Elaboração do autor / Google Earth.

2.3.6 Porto Xavier (RS, Brasil) e San Javier (Misiones, Argentina)

Porto Xavier é um município gaúcho localizado na região das Missões, com origem histórica das Reduções Jesuíticas, na primeira metade do século XVII. Teve outros nomes, como São Francisco Xavier, São Xavier e Cerro Pelado, até consolidar-se como Porto Xavier, em 1916, devido ao porto localizado no Rio Uruguai – assim como no caso de Porto Mauá. Porto Xavier tornou-se um município independente a partir de 1966 (PORTO XAVIER, 2013).

Do outro lado do Rio Uruguai está o município argentino de San Javier, fundado em 1877. Enquanto Porto Xavier possui pouco mais de 10 mil habitantes, o vizinho argentino possui aproximadamente 13 mil habitantes, conforme os dados representados na Tabela 6. San Javier é conhecido como “Paso Barca”, por conta da proximidade fronteiriça com o Brasil e das travessias de barco entre os dois países e dois municípios vizinhos (SAN JAVIER, 2022; IBGE, 2022; MUNICIPALIDAD, 2022).

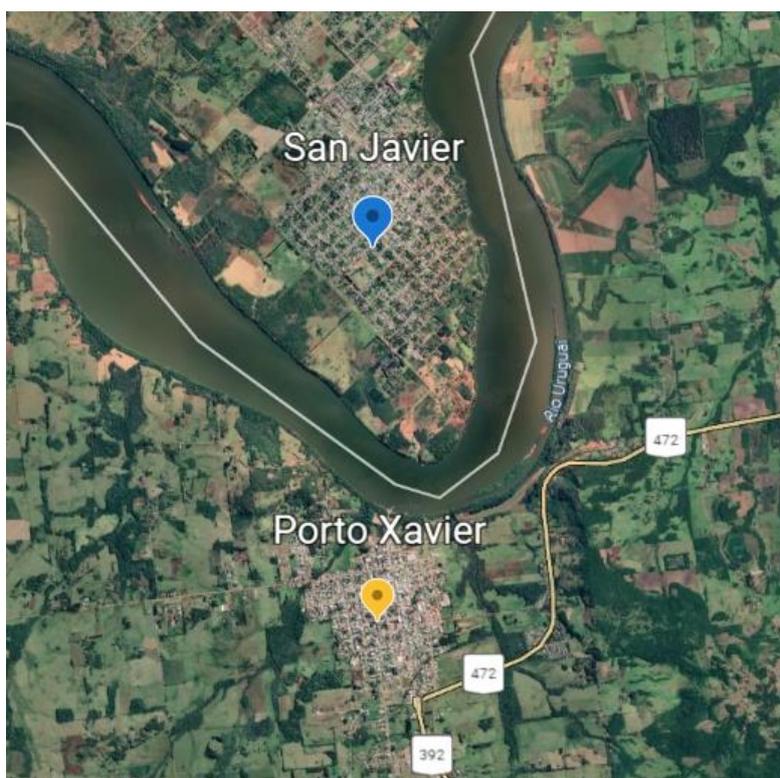
Tabela 6 - Dados de Porto Xavier e San Javier

Dados / Municípios	Porto Xavier	San Javier
Fundação	1916	1877
População (aprox.)	10 mil	13 mil
Estado / Província	Rio Grande do Sul (BR)	Misiones (AR)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Porto Xavier (2013), IBGE (2022), San Javier (2022) e Municipalidad (2022).

Embora não haja conexão rodoviária entre os dois municípios sobre o Rio Uruguai, conforme a Figura 7, há projetos que preveem a construção de uma ponte internacional naquela localidade. Como visto anteriormente, os municípios de Itaqui e Porto Mauá (além de Barra do Quaraí) não possuem pontes rodoviárias que conectem os dois países. No entanto, conforme estudo realizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Brasil, Porto Xavier tem algumas vantagens em comparação aos outros municípios para a construção de uma ponte (KANNENBERG, 2017).

Figura 7 - Mapa situando Porto Xavier (RS) e San Javier (Argentina)



Fonte: Elaboração do autor / Google Earth.

Uma delas é a respeito do fluxo de automóveis, em que Porto Xavier supera em quantidade Porto Mauá e Itaqui. Além disso, Porto Xavier possui duas rodovias federais (BR-392 e BR-472), facilitando o acesso de diferentes regiões à fronteira com a Argentina. Outro fator é a longa distância do município mais próximo, que possui fronteira com a Argentina, que é São Borja, mais de 150 quilômetros (KANNENBERG, 2017).

O projeto da ponte internacional, que teve o edital de licitação refeito em 2022, após a primeira versão no final de 2021 com valores altos apresentados, indica que será a terceira ponte internacional dentro do estado do Rio Grande do Sul em conexão com a Argentina, junto às pontes localizadas em Uruguaiana e São Borja. Esta ponte internacional entre Porto Xavier e San Javier é uma demanda histórica na região, que ajudará o escoamento da produção e do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Argentina (CORREIO DO POVO, 2022).

Além do mais, a ponte internacional facilitará a mobilidade entre os cidadãos de Porto Xavier e San Javier, possibilitando a realização de projetos que conectem as duas localidades, como as diferentes áreas do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças

Vinculadas entre o Brasil e a Argentina. Conseqüentemente, aumentará a possibilidade e a facilidade para a realização de projetos voltados para a educação nos dois municípios vizinhos.

Por fim, após o entendimento sobre o Acordo bilateral entre a Argentina e o Brasil e o panorama geral apresentado sobre os municípios designados na pesquisa, o próximo capítulo analisará a implementação da temática da educação pelos municípios designados na pesquisa.

3 ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO VII, PARÁGRAFO SEGUNDO, OS DESAFIOS E O HORIZONTE PARA A PARADIPLOMACIA EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA

Enquanto o primeiro capítulo explorou os conceitos teóricos desenvolvidos na pesquisa e o segundo capítulo apresentou o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil e os municípios designados na pesquisa, o presente capítulo é voltado à análise da implementação do artigo VII, parágrafo segundo. Neste sentido, o último capítulo abordará os desafios, avanços e entraves da paradiplomacia educacional transfronteiriça.

A análise sobre a implementação possui como base, além de fontes bibliográficas e documentais, as entrevistas realizadas com representantes da área da educação dos municípios delimitados na pesquisa, com representantes do Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres e do Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana e com especialistas na temática sobre internacionalização da educação. Neste aspecto, conforme sinalizado na introdução, foram realizadas entrevistas através de ligações telefônicas, e-mails, videochamadas e pesquisas de campo.

Ainda, como fora salientado na introdução, algumas entrevistas planejadas para a pesquisa não ocorreram por conta da falta de retorno das partes contatadas. Neste caso, as tentativas de entrevistas que não foram bem-sucedidas seriam com os governos não centrais argentinos e os contatos foram realizados principalmente através de e-mail, a partir da busca nas respectivas páginas institucionais, além de algumas tentativas de contatos através de redes sociais destes atores. O Quadro 5, abaixo, indica quais foram os governos não centrais (municípios e províncias) contatados para as entrevistas e quando os contatos foram realizados de fato:

Quadro 5 - Listagem das tentativas de entrevistas que não foram realizadas

Governos não centrais argentinos contatados	Datas das tentativas de contato
Intendencia de Santo Tomé	18/10/2022
Intendencia de Paso de los Libres	18/10/2022
Intendencia de Alvear	18/10/2022
Intendencia de Monte Caseros	18/10/2022
Intendencia de San Javier	18/10/2022
Intendencia de Alba Posse	18/10/2022
Provincia de Misiones	11/12/2022
Provincia de Corrientes	11/12/2022

Fonte: Elaborado pelo autor.

De todo modo, conforme sinalizado na introdução, a presente pesquisa aplicada de natureza qualitativa com amostra não probabilística por conveniência contou com nove representantes da área educacional de governos não centrais e dois representantes dos consulados do Brasil e Argentina na região de fronteira para análise dos conteúdos coletados. De acordo com a autora Laurence Bardin, análise de conteúdo é entendida como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens", indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

Portanto, ao realizar as entrevistas semiestruturadas de forma presencial (conforme a pesquisa de campo), a análise de conteúdo foi baseada na interpretação dos dados obtidos junto aos entrevistados – os representantes da área da educação dos governos não centrais do Brasil e os representantes dos consulados dos dois países. A análise das comunicações e a recepção das mensagens pelos entrevistados, conforme pontuadas por Bardin, possibilitaram o entendimento sobre a paradiplomacia educacional transfronteiriça a partir daquelas regiões visitadas. O mesmo vale para as outras entrevistas que ocorreram apenas em formato remoto, conforme será detalhado no presente capítulo.

A respeito das pesquisas de campo realizadas, mais informações sobre o desenvolvimento desta etapa *in loco* nas regiões de fronteira estão no Apêndice A. Intitulado Caderno da Pesquisa de Campo, esta parte apresenta detalhes da viagem, percepções das entrevistas e as cidades visitadas, além de fotos registradas pelo próprio autor e de outros locais visitados.

Adiante, com a finalidade de dialogar entre os desafios e o horizonte para a paradiplomacia educacional prevista no Acordo, o último subitem do terceiro capítulo sugerirá determinadas ações para que os principais atores envolvidos possam implementar as iniciativas educacionais previstas no documento assinado pelo Brasil e pela Argentina.

O próximo subitem em questão será referente às entrevistas realizadas com os governos não centrais.

3.1 ENTREVISTAS COM OS REPRESENTANTES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO DOS GOVERNOS NÃO CENTRAIS

Entre os municípios delimitados na pesquisa que foram entrevistados, aqueles que possuem histórico de paradiplomacia educacional transfronteiriça são: Uruguaiana, Barra do Quaraí, Itaqui e São Borja. Portanto, nos próximos subitens será possível acompanhar as informações obtidas nas entrevistas que foram realizadas.

Para entender se os municípios designados na pesquisa realizaram as práticas de paradiplomacia educacional previstas no Artigo VII, parágrafo segundo, do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, todos os municípios designados na pesquisa foram contatados, priorizando os profissionais responsáveis pelos departamentos da área da educação, com a finalidade de realizar entrevistas para a pesquisa. Os dados coletados foram indispensáveis, por se tratar de uma temática sobre a qual não há publicações acadêmicas. No caso da Argentina, ao longo da pesquisa foi possível entender que os governos municipais não são diretamente responsáveis pela gestão educacional, diferentemente do Brasil, onde há escolas administradas pelas prefeituras municipais. Por este motivo, os governos das duas províncias argentinas que contemplam os municípios do Acordo foram contatados, conforme o Quadro 3, apresentado na seção anterior. Contudo, apesar dos contatos realizados através de e-mail e de redes sociais, com a intenção de realizar as entrevistas com representantes da área da educação, não foi possível obter resposta por parte dos representantes dos governos locais argentinos contatados.

Por outro lado, como será possível acompanhar ao longo deste capítulo, todos os municípios brasileiros foram contatados e obteve-se respostas por parte desses. No caso brasileiro, todos os governos municipais foram contatados através de diferentes formas, como e-mail, redes sociais, ligações telefônicas⁴⁷ e videochamada. Em um primeiro momento, todos os municípios foram contatados a partir de e-mail. Nesses e-mails, além de uma breve apresentação do pesquisador e do propósito da pesquisa, foram enviados o

⁴⁷ Foram realizadas pesquisas a partir das páginas das prefeituras municipais para encontrar os e-mails departamentais e contatos telefônicos.

Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, além de um documento com as seis perguntas-chave para identificar se os municípios realizaram as práticas de cooperação na área da educação previstas no Acordo. Ao final dos e-mails enviados, foi enfatizada a intenção de realizar entrevistas por videochamada.

Em um segundo momento, após o contato eletrônico, foram realizadas ligações telefônicas aos seis municípios gaúchos. A intenção foi confirmar o recebimento do e-mail⁴⁸, retomar a temática da pesquisa e enfatizar seu propósito.

Em quatro casos específicos, de São Borja, Itaqui, Porto Mauá e Porto Xavier, o último contato realizado foi através de ligações telefônicas e e-mails, conforme serão detalhados em seguida.

Adiante, o terceiro contato foi através de videochamada, realizadas com os municípios de Uruguaiana e Barra do Quaraí.

Por fim, o último contato foi presencial, por meio das pesquisas de campo realizadas nos municípios de Uruguaiana e Barra do Quaraí.

Ademais, conforme mencionado na introdução, as pesquisas de campo foram conduzidas através da técnica de entrevista semiestruturada, com uma estrutura de perguntas programadas, mantendo uma abertura para os entrevistados compartilharem visões adicionais. As perguntas realizadas foram as seguintes:

1) Há intercâmbio de estudantes e/ou professores da rede municipal de ensino fundamental e/ou médio entre o seu município e o município fronteiriço da Argentina? Seja para aulas ou atividades recreativas conjuntas.

2) Dentro das matérias de Geografia e História, é previsto que os professores apresentem perspectivas regional e integradora entre o Brasil e a Argentina?

3) Na matéria de Geografia, há intenção de enfatizar aspectos comuns entre o Brasil e a Argentina, ao invés de limites políticos e administrativos?

4) Na matéria de História, há intenção de ressaltar os fatos positivos e históricos que unem os povos através das fronteiras?

5) Há intercâmbio de materiais escolares entre as escolas municipais do seu município e do município fronteiriço da Argentina?

⁴⁸ Ao realizar os primeiros contatos telefônicos, alguns municípios solicitaram o reenvio dos e-mails para outros endereços eletrônicos. Isto porque algumas páginas estavam desatualizadas ou solicitaram o encaminhamento para outros departamentos específicos das prefeituras municipais.

6) Por fim, como você, enquanto gestor(a) municipal, percebe as demandas, possibilidades e desafios para a cooperação na área da educação com o município fronteiriço da Argentina?

Conforme as perguntas mencionadas, é possível classificá-las em três categorias temáticas: internacionalização da educação básica (perguntas 1 e 5), aspectos positivos da integração entre o Brasil e a Argentina nas matérias de Geografia e História (perguntas 2, 3 e 4) e reflexões gerais sobre a cooperação transfronteiriça na área da educação (pergunta 6).

Isto posto, com a finalidade de diferenciar os municípios entrevistados a partir dos respectivos dados obtidos, duas categorias distintas serão apresentadas: uma é referente aos municípios que já praticaram a paradiplomacia educacional transfronteiriça e a outra é alusiva àqueles que não realizaram. Embora o engajamento nas iniciativas de educação apresentadas nas entrevistas seja diferente dentro das categorias apresentadas, a divisão sugerida possibilita diferenciá-los.

3.1.1 Municípios com histórico de paradiplomacia educacional transfronteiriça

Uruguaiana

Uruguaiana, além de ter sido a “cidade-sede” das pesquisas de campo, foi onde ocorreram duas entrevistas com representantes da área da educação do município⁴⁹. No dia 16 de maio de 2022, a entrevista ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Complexo Escolar Elvira Ceratti (CAIC), com o Vice-Diretor, Entrevistado A, quem participou das iniciativas de cooperação na área da educação entre a escola CAIC e a Escuela Vicente Verón, de Paso de los Libres. Posteriormente, no dia 17 de maio, a entrevista ocorreu com o professor Entrevistado B, na Secretaria de Educação de Uruguaiana, representando a Secretaria.

Com relação à primeira pergunta, ambos os professores reforçaram que já houve o intercâmbio de alunos e professores, realizado principalmente entre as escolas CAIC,

⁴⁹ Anterior às pesquisas de campo realizadas com o município de Uruguaiana, foi possível realizar uma videochamada que seguiu as mesmas perguntas da entrevista semiestruturada. Foi realizada no dia 15 de março de 2022, com o professor Entrevistado B. Pelo fato de que foi possível realizar a pesquisa de campo com o mesmo docente, foram consideradas as observações presentes na atividade presencial.

de Uruguaiana e Vicente Verón, de Paso de los Libres. Entre as atividades realizadas, eles destacaram eventos culturais, que celebravam datas comemorativas nacionais e locais, que integravam alunos e professores dos dois países, além de aulas de idiomas (português na Argentina e espanhol no Brasil) e de História e Geografia. Ademais, essas iniciativas ocorreram por meio do Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) e Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira (PEIBF) – anterior ao PEIF.

Com relação à segunda pergunta, que se conecta com o tema anterior, também ocorria a ênfase na perspectiva de integração entre o Brasil e a Argentina nas matérias de História e Geografia. Além de ter ocorrido o intercâmbio há anos, de acordo com os professores, a visão integradora entre os países sempre é reforçada para os alunos, em especial a partir da proximidade com o outro país e pela importância de um município para o outro. Ainda, o professor Entrevistado A reforçou que as atividades esportivas também fomentavam a integração entre os alunos, a partir do momento em que se praticavam esportes em grupos mistos de brasileiros e argentinos.

Adiante, com relação às terceira e quarta perguntas, ambos os professores revelaram que há intenção de reforçar os aspectos positivos quanto à integração de Brasil e Argentina. Conforme o professor Entrevistado A, o foco é apresentar o que une os dois povos, trazendo elementos do cotidiano da localidade fronteiriça.

Com relação à quinta pergunta, sobre o intercâmbio de materiais escolares, os professores confirmaram que já houve trocas de livros didáticos de História e Geografia, além de jornais brasileiros e argentinos. Contudo, este tipo de intercâmbio também não ocorre mais, assim como o de pessoal (alunos e professores).

Por último, foi realizada a sexta pergunta aos professores, que permite uma reflexão geral sobre as demandas, possibilidades e desafios para esta cooperação na área da educação. De acordo com os professores Entrevistado A e Entrevistado B, as possibilidades são grandes, visto que ambos estiveram envolvidos quando as iniciativas de intercâmbio ocorriam. Contudo, os desafios são maiores. Por exemplo: há falta de incentivo para que estas iniciativas retomem, conforme ocorria na época dos projetos sobre Escolas de Fronteira⁵⁰; as burocracias para a travessia da fronteira entre Brasil e

⁵⁰ Conforme mencionado no primeiro capítulo, os programas PEIBF e o PEIF foram políticas públicas realizadas pelo Brasil e determinados países vizinhos. O primeiro programa (PEIBF) foi realizado bilateralmente entre o Brasil e a Argentina, enquanto o seu sucessor (PEIF) incluiu mais países para a cooperação transfronteiriça na área da educação, como Uruguai, Paraguai, Colômbia e Bolívia. Em ambos os programas, o município de Uruguaiana, através da escola CAIC, foi uma das localidades fronteiriças presente em ambas as iniciativas.

Argentina inviabilizam que muitas crianças consigam realizar a mobilidade (pois necessitam da assinatura dos pais em cartório, sendo que muitas crianças não possuem pais e/ou mães para as assinaturas); além da ausência de incentivo financeiro para permitir o deslocamento de uma cidade até a outra.

Além do mais, como as entrevistas ocorreram de forma semiestruturada, algumas visões adicionais foram comentadas pelos professores.

O Entrevistado A, por exemplo, comentou que embora Uruguaiana esteja na fronteira com a Argentina, muitos dos seus alunos da Escola CAIC, por conta da vulnerabilidade social, nunca tiveram a oportunidade de ir até a Argentina. Se por um lado há proximidade pela distância física, há uma grande distância de oportunidades pelas dificuldades sociais. A esperada retomada dos intercâmbios, além de ser enriquecedor para a educação em si, oportunizaria que muitos alunos brasileiros pudessem conhecer a Argentina, conforme o Entrevistado A enfatizou.

Por fim, o Entrevistado B comentou que uma retomada dos programas PEIBF / PEIF seria fantástico para permitir que novos alunos e professores tivessem a experiência que outros vivenciaram quando o projeto esteve vigente. Conforme o mesmo, bastaria o interesse e o incentivo de instâncias superiores para que essas iniciativas sejam viabilizadas novamente.

Barra do Quaraí

Assim como em Uruguaiana, também foi possível realizar pesquisa de campo na cidade de Barra do Quaraí, no dia 18 de maio de 2022, na Secretaria de Educação do município. A entrevista foi realizada com o Secretário de Educação, Entrevistado C, com o Entrevistado D e com o professor Entrevistado E⁵¹, da Escola Municipal 22 de Outubro, de Barra do Quaraí.

Embora o objeto da pesquisa seja o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, o município de Barra do Quaraí possui histórico de iniciativas dentro da área da educação com a cidade uruguaia de Bella Unión, principalmente. Conforme foi possível observar na entrevista, as iniciativas de intercâmbio ocorrem principalmente por motivação do professor Entrevistado E, da rede

⁵¹ Antes da ocorrência da pesquisa de campo em Barra do Quaraí, foi possível realizar uma videochamada, no dia 08 de março de 2022, com o professor Entrevistado E para conhecer sobre as práticas de cooperação transfronteiriça realizadas com o município uruguaio de Bella Unión.

municipal de Barra do Quaraí, com outro professor da Escuela 78, de Bella Unión, que leciona português aos alunos uruguaios.

Com relação à primeira pergunta, os entrevistados confirmaram que embora não haja intercâmbio de professores e alunos de Barra do Quaraí com Monte Caseros (Argentina), há intercâmbio com o município de Bella Unión. Inclusive, desde 2018, o professor Entrevistado E informou que realiza estas atividades entre a Escola 22 de Outubro com a Escuela 78 – e mesmo durante a pandemia da Covid-19, com as fronteiras de Brasil e Uruguai fechadas, aconteceram atividades de integração de forma remota.

Ainda, embora os entrevistados relatassem que não há ocorrência conhecida de intercâmbios de professores e alunos de Barra do Quaraí e Monte Caseros, a demanda por atividades remotas, por conta da pandemia, permitiu que os alunos de Barra do Quaraí, Bella Unión, Artigas (também no Uruguai) e Monte Caseros (Argentina) estivessem integrados de forma remota. Barra do Quaraí manifestou alguma iniciativa com a sua cidade-gêmea argentina.

Após, com relação à segunda pergunta, os entrevistados responderam que é previsto que os professores apresentem esta perspectiva de integração entre Brasil, Argentina e Uruguai. E não apenas nas matérias de Geografia e História, mas também nos anos iniciais. E como o professor Entrevistado E comentou: “a abordagem principal é de que vivemos em uma fronteira de paz”.

Com relação às terceira e quarta perguntas, os professores enfatizaram que há intenção de enfatizar os aspectos comuns e ressaltar os fatos positivos que unem os países da tríplice fronteira. Isto é percebido no cotidiano dos alunos, pela proximidade e facilidade de acesso ao Uruguai – diferentemente da Argentina, que a travessia é consideravelmente burocrática, por exemplo.

Após, referente ao intercâmbio de materiais, os entrevistados mencionaram que o mais frequente é a doação de materiais do Brasil para ao Uruguai, visto que os alunos uruguaios da rede municipal não costumam a receber livros pedagógicos pelo governo uruguaio. Segundo o professor Entrevistado E relatou, os materiais doados para a Escuela 78 eram bastante aproveitados pelos alunos uruguaios.

Por último, a sexta pergunta foi a respeito das demandas, possibilidades e desafios para a cooperação transfronteiriça na área da educação. Sobre as demandas e desafios, o professor Entrevistado E mencionou que todas as iniciativas partiram apenas dos municípios e respectivos professores, sem incentivo algum em nível estadual ou federal

direto⁵², não existindo um projeto formal indicado. Ainda, sobre os desafios, indicou-se a dificuldade de atravessar a fronteira a partir de ônibus escolar com os alunos, por exemplo, visto que assim como na Argentina, é necessário que os mesmos tenham autorização documentada pelos pais⁵³.

Um outro ponto ressaltado é a ausência de registros formais pela Prefeitura Municipal de Barra do Quaraí sobre as iniciativas de integração na área da educação realizadas com Bella Unión. Na visão dos entrevistados, por conta da naturalidade em que as parcerias ocorrem, não há documentação formalizada sobre as iniciativas realizadas.

Ademais, com respeito às possibilidades de ampliação da cooperação, os entrevistados reforçaram que são grandes as chances. Segundo seus relatos, nem mesmo durante o período em que as fronteiras estiveram fechadas por conta da pandemia as escolas municipais deixaram de estar integradas de alguma forma⁵⁴.

Além disto, como parte da entrevista semiestruturada, algumas visões adicionais sobre a realidade entre Barra do Quaraí e Bella Unión foram comentadas pelos entrevistados – em especial sobre a rica proximidade entre os cidadãos dos dois municípios. Seguem alguns dos exemplos comentados pelos mesmos ao longo da entrevista: há cinema em Bella Unión com filmes em português, por conta da facilidade de acesso e ausência de cinema em Barra do Quaraí; as travessias para compras em comércios locais são rotinas para muitos cidadãos dos municípios; em casos de maior gravidade de saúde, os pacientes que estiverem em um Posto de Saúde em Barra do Quaraí são direcionados para Bella Unión sem custos; apesar da diferença de idiomas, a comunicação flui muito bem entre as populações locais; se a ponte internacional entre Monte Caseros e Bella Unión for construída, essa obra de infraestrutura será benéfica para todas as partes.

Por fim, além de Barra do Quaraí, foi possível ir até Bella Unión para visitar a Escuela 78 e entrar em duas salas de aula. Nessas salas, inclusive, os alunos falaram

⁵² Dois exemplos que envolvem incentivos de instâncias federais foram o PEIBF e o PEIF, conforme apresentados no primeiro capítulo.

⁵³ Há ocorrência desta dificuldade, embora seja menor se comparada com a fronteira entre o Brasil e a Argentina, na aduana entre Uruguaiana e Paso de los Libres.

⁵⁴ Um dos exemplos de dinâmicas realizadas no período em que as fronteiras estiveram fechadas, foi quando os alunos de Barra do Quaraí e Bella Unión fizeram filmagens no formato de noticiário, como “correspondentes oficiais” dos países de origem, muita criatividade para integrar os estudantes brasileiros e uruguaios.

somente em português, fazendo perguntas sobre o Brasil e respondendo perguntas sobre o Uruguai: uma experiência acadêmica e pessoal fantástica.

Itaqui

No caso do município de Itaqui, apesar da intenção de realizar a entrevista a partir das perguntas preestabelecidas na pesquisa, não foi possível aprofundar neste sentido. O contato foi apenas através de ligação telefônica com o Entrevistado F, representante da Secretaria de Educação. O contato foi realizado no dia 14 de março de 2022, às 11:42.

Através da chamada, o Entrevistado F confirmou que já houve iniciativa dentro da área da educação a partir da Escola Municipal de Ensino Fundamental Getúlio Vargas, de Itaqui, com outra escola do município argentino de Alvear. Foi compartilhado que a experiência foi enriquecedora, mas não foi possível saber quando a integração foi realizada, nem de acessar algum registro do município sobre esta iniciativa.

Por fim, embora a intenção fosse de obter mais informações específicas a partir dos questionamentos previstos na entrevista, é possível afirmar que o município de Itaqui realizou alguma iniciativa prevista no Acordo. Adicionalmente, percebe-se mais uma vez a ausência de registros e documentação por parte do governo municipal.

São Borja

No caso do município de São Borja, foi possível entrevistar por escrito o Diretor do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, Entrevistado G, a partir do envio das seis perguntas mencionadas no item 3. A resposta foi fornecida no dia 08 de agosto de 2022 às 16:09.

Com relação à primeira pergunta, o Entrevistado G informou que não há projetos específicos de intercâmbio ou atividades conjuntas entre as escolas municipais de São Borja e Santo Tomé. No entanto, apesar de não haver mobilidade de professores e alunos da Educação Básica, o Entrevistado G reforçou que o município de São Borja possui o idioma espanhol na sua gênese, com laços muito próximos com a Argentina. Ainda, enfatizou que as escolas trabalham com o viés identitário, de caráter social, político, histórico e geográfico, presentes no Documento Orientador Municipal de São Borja (DOM), elaborado por professores das redes municipal, estadual e privada da cidade.

Após, sobre a temática da segunda pergunta, o Entrevistado G confirmou que as matérias de Geografia e História apresentam as perspectivas regionais e integradoras

entre Brasil e Argentina. E além destas, o componente curricular de Artes também proporciona este viés, através da abordagem sobre músicas, dança, poesia, pintura e teatro, trazendo características do país vizinho para o conhecimento dos alunos são-borjenses.

No tocante às próximas perguntas (terceira e quarta), ambas as matérias se propõem a abordar os aspectos positivos sobre a integração. De forma geral, o Entrevistado G respondeu que as questões identitárias, culturais, históricas e geográficas são trabalhadas em ambas as matérias, estando conectadas com o DOM, Referencial Curricular Gaúcho e com as diretrizes nacionais da Educação Básica.

Adiante, referente à pergunta sobre o intercâmbio de materiais, o Entrevistado G informou que esta atividade não ocorre entre as escolas municipais de ambos países. Por outro lado, por conta do retorno à presencialidade nas escolas municipais, o mesmo comentou que não descarta essa possibilidade no futuro, pois considera uma oportunidade de trazer metodologia diversificada para as salas de aulas do município.

Com relação à sexta e última pergunta, o Entrevistado G, enquanto representante na Secretaria da Educação, trouxe duas sugestões para que a cooperação entre os municípios possa ocorrer com maior solidez. Primeiramente, reforçou a necessidade de haver um projeto específico em conjunto que concilie o calendário escolar e as metodologias das escolas. Isto é, a partir de um projeto organizado por ambas partes e com alinhamento pedagógico, as escolas municipais poderiam avançar para o estabelecimento de mais colaborações.

Por fim, a segunda sugestão trazida pelo Entrevistado G foi a respeito da oportunidade de utilizar meios digitais para conectar as escolas municipais. Em outras palavras, isso se refere à oportunidade de realizar atividades remotas e síncronas entre as escolas para promover aulas e debates, sem a necessidade de deslocamento internacional, que é uma dificuldade compartilhada pelos representantes dos outros municípios entrevistados.

3.1.2 Municípios sem histórico de paradiplomacia educacional transfronteiriça

Como foi possível observar anteriormente, quatro dos seis municípios delimitados na pesquisa apresentaram algum histórico de paradiplomacia educacional

transfronteiriça. Portanto, aqueles municípios contatados e que não possuem este histórico são Porto Mauá e Porto Xavier.

Porto Mauá

Referente ao município de Porto Mauá, a Secretaria Municipal de Educação foi contatada por e-mail e ligações telefônicas. No último contato por ligação telefônica realizado, foi possível ter um retorno no dia 18 de março de 2022, às 15:56, do Entrevistado H (representante da Secretaria em questão), que informou que não há registro sobre a ocorrência de alguma iniciativa voltada à cooperação na área da educação entre escolas de Porto Mauá e Alba Posse.

Porto Xavier

Por fim, com relação ao município de Porto Xavier, o último retorno obtido pela Secretaria de Educação ocorreu no dia 25 de março de 2022, por e-mail. Na mensagem, o Entrevistado I informou: “Nosso município não realiza nenhum tipo de parceria ou intercâmbio com nossa cidade vizinha San Xavier/AR”, sem aprofundar sobre o assunto em questão. Portanto, assim como Porto Mauá, não foi possível identificar a ocorrência de uma iniciativa prevista no Artigo VII, parágrafo segundo do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina.

3.2 ENTREVISTAS COM OS REPRESENTANTES DOS CONSULADOS-GERAIS DO BRASIL E DA ARGENTINA

Durante a realização das pesquisas de campo, além das entrevistas realizadas presencialmente com os representantes da área da educação dos municípios mencionados no subitem 3.1.1, outros importantes atores para a cooperação transfronteiriça foram entrevistados: representantes do Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres e do Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana. Pelo fato de serem atores que representam os Estados nacionais nas regiões de fronteira, os consulados participam de agendas com os próprios governos não centrais do Brasil e Argentina.

Pelo fato de serem atores que representam os Estados nacionais nas regiões de fronteira, os consulados são importantes agentes para a cooperação transfronteiriça, pois

participam de agendas com os governos não centrais dos dois países em questão, além de outras atribuições.

Vale ressaltar que embora os respectivos consulados estejam fisicamente nas cidades-gêmeas de Uruguaiana e Paso de los Libres, as atuações consulares são demarcadas por regiões específicas, conforme foi possível entender durante as entrevistas com os representantes dos respectivos consulados. No caso do Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres, o consulado brasileiro atua especificamente na região da província de Corrientes, a qual abrange quatro dos municípios argentinos que fazem parte do Acordo, como Santo Tomé, Alvear, Monte Caseros, além de Paso de los Libres. Já no caso do Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana, a área de atuação é no estado do Rio Grande do Sul, o qual engloba os seis municípios gaúchos designados no Acordo (Uruguaiana, Barra do Quaraí, Itaqui, São Borja, Porto Xavier e Porto Mauá).

Assim como as entrevistas realizadas com os representantes dos municípios, apresentadas no subitem 3.1, as entrevistas com os consulados do Brasil e da Argentina também eram de natureza semiestruturada. Neste sentido, conforme mencionado na introdução, estas entrevistas contaram com um roteiro programado e com a devida abertura para os entrevistados abordarem visões adicionais sobre os assuntos indagados. Foram realizadas as cinco perguntas abaixo:

1) Com relação ao Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil, que prevê cooperação em diversas temáticas, como você percebe as demandas e o engajamento dos municípios fronteiriços de Brasil e Argentina para cooperação na área da Educação?

2) As iniciativas de cooperação na área da Educação do Acordo são: intercâmbio de professores e estudantes; matérias de Geografia e História com ênfase na integração de Brasil e Argentina; intercâmbio de materiais escolares. Você tem conhecimento de boas práticas sobre estas iniciativas de cooperação?

3) Como o Comitê de Integração Fronteiriça apoia o Acordo dentro da área da Educação? As iniciativas são ou já foram pautas das reuniões dos grupos?

4) O Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana atua em alguma frente específica relacionada cooperação transfronteiriça na área da Educação?

5) Por fim, como você, na atuação consular, percebe as possibilidades e desafios para a cooperação na área da educação entre as localidades fronteiriças da Argentina e Brasil?

Por conseguinte, os próximos subitens a seguir abordarão as entrevistas realizadas com os dois representantes dos consulados a partir da ordem cronológica das pesquisas de campo, iniciando com a representação consular do Brasil. Em tempo, ambas as redações sobre as entrevistas foram compartilhadas previamente com os entrevistados para suas respectivas observações, de modo que ambos estiveram de acordo com a produção escrita.

3.2.1 Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres

A entrevista realizada com o representante do Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres ocorreu no dia 17 de maio de 2022, no próprio posto consular localizado na *Calle Bartolomé Mitre*, 894, Paso de los Libres, província de Corrientes. O entrevistado foi o cônsul Entrevistado J.

A primeira pergunta do roteiro, com relação às demandas e o engajamento dos municípios fronteiriços para a cooperação transfronteiriça na área da educação, o entrevistado afirmou que o maior engajamento na temática da educação é através do ensino superior, destacando a relação de São Borja e Santo Tomé, através da qual mais de mil brasileiros estudam medicina e outras áreas da saúde no município argentino. Além do mais, o Entrevistado J relatou que as maiores demandas dos municípios são para cunho cultural e não necessariamente acadêmico.

O cônsul Entrevistado J também reconheceu que as iniciativas de cooperação entre Uruguaiana e Paso de los Libres estão aquém do que poderiam ser. Um ponto ressaltado é a demora para a travessia da fronteira, a qual dificulta a rotina dos cidadãos que precisam atravessar a Ponte Internacional para trabalhar e estudar no município fronteiriço vizinho, por exemplo. Este fato também foi percebido pelo próprio pesquisador nos deslocamentos de ida e volta para a realização da entrevista presencial no consulado – inclusive, mais detalhes a respeito das travessias estão presentes no Apêndice A, no caderno de pesquisa.

O Entrevistado J também compartilhou algumas visões complementares sobre a primeira pergunta: na visão dele, em determinados momentos, há um maior ou menor engajamento nos acordos internacionais após as assinaturas e, por isso, os Comitês de Integração Fronteiriça denotam importância para a integração, pois se propõem a ter encontros periódicos entre as partes envolvidas – citando o exemplo do Comitê entre Uruguiana e Paso de los Libres; ademais, destacou a relevância do Acordo do MERCOSUL 17/08 referente ao reconhecimento de diplomas acadêmicos⁵⁵, o qual representa um avanço da pauta da educação na região como um todo.

Com relação à segunda pergunta, sobre o conhecimento de boas práticas referentes às iniciativas previstas na área da educação através do Acordo, o cônsul comentou que o intercâmbio de professores é mais comum e que o mesmo não tinha conhecimento sobre o intercâmbio de estudantes e de materiais escolares. Também informou sobre a frequência de pautas referentes ao ensino dos idiomas de português na Argentina e espanhol no Brasil, destacando que há escolas em Paso de los Libres com a matéria de Língua Portuguesa.

Adiante, a terceira questão foi a respeito da atuação dos Comitês de Integração Fronteiriça na área da educação. De acordo com o Entrevistado J, os Comitês são compostos por comissões e eixos com diferentes temáticas, havendo pastas que são responsáveis pela área da educação. Ainda, citou que os próprios eixos e comissões necessitam de alinhamentos entre eles, quando referiu que para a ocorrência de intercâmbio de professores é necessário o alinhamento com as comissões responsáveis pelas tratativas para movimento vicinal nas regiões.

A questão da dificuldade logística também foi mencionada durante a terceira pergunta. Ao comparar a questão fronteiriça de cidades-gêmeas do Brasil e Argentina com relação ao Brasil e Uruguai, Entrevistado J comentou que são experiências diferentes. Enquanto a fronteira entre Brasil e Argentina é demarcada através do Rio Uruguai, as cidades dependem de pontes e balsas para as travessias, enquanto para a maioria das cidades-gêmeas entre o Brasil e Uruguai, as fronteiras são demarcadas por ruas que conectam os países e os municípios em questão. Ou seja, com relação ao Brasil e Uruguai, as possibilidades de intercâmbio escolar e de cooperação transfronteiriça são

⁵⁵ É o “Acordo sobre a criação e a implementação de um sistema de credenciamento de cursos de graduação para o reconhecimento regional da qualidade acadêmica dos respectivos diplomas no MERCOSUL e Estados Associados” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

facilitadas pela significativa proximidade, diferentemente da relação entre o Brasil e a Argentina e suas cidades-gêmeas.

Já a quarta pergunta, com relação à atuação do Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres para a cooperação transfronteiriça na área da educação, o cônsul Entrevistado J afirmou que o consulado brasileiro está envolvido nas tratativas, assim como o Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana. De acordo com o mesmo, o Consulado apoia a partir das pautas debatidas nos Comitês, assim como chancela as documentações para estudantes que estudam no país vizinho. Nesta perspectiva, além de Uruguaiana, outra localidade com notável demanda de travessias na fronteira é São Borja, especialmente por conta do grande fluxo de estudantes de medicina que estudam na Argentina, conforme mencionado anteriormente.

Com relação à última pergunta, a qual questiona sobre as possibilidades e os desafios para a cooperação na área da educação entre as localidades fronteiriças do Brasil e Argentina, Entrevistado J destacou que as possibilidades de cooperação são grandes. Tanto para a questão educacional, assim como a cultural, visto que cada vez há mais interesse dos estudantes brasileiros e argentinos para estudarem nos municípios dos países vizinhos, tendo como reflexo a grande demanda de documentação ao consulado brasileiro para estas atividades.

Por outro lado, com relação aos desafios, foram citadas as dificuldades de infraestrutura e estrutura local para conectar as localidades fronteiriças, assim como entraves burocráticos que dificultam a circulação de pessoas. Contudo, apesar das dificuldades presentes, Entrevistado J reforçou que as possibilidades de cooperação entre os países e as localidades fronteiriças são grandes.

3.2.2 Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana

No dia 18 de maio de 2022, dando seguimento às pesquisas de campo nas regiões de fronteira, a entrevista presencial foi realizada no Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana, na Rua 13 de Maio, cidade de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul. A entrevista foi feita com o cônsul Entrevistado K.

A primeira pergunta realizada, a respeito da percepção do cônsul referente às demandas e ao engajamento dos municípios fronteiriços sobre a temática da educação, Entrevistado K compartilhou da mesma percepção relatada pelos entrevistados do

consulado brasileiro ao mencionar que as maiores demandas manifestadas são para o ensino superior, mencionando o grande fluxo dos estudantes brasileiros que residem em São Borja e estudam, principalmente, no curso de medicina na *Fundación Barceló*, no município de Santo Tomé, na Argentina. Neste aspecto, o entrevistado mencionou que há tratativas entre as câmaras municipais de São Borja e Santo Tomé no sentido de criar esforços para que os estudantes não necessitem pagar pedágio nesses deslocamentos diários. Já no fluxo contrário, da Argentina para o Brasil, de acordo com o cônsul, há grande fluxo de estudantes argentinos (e até mesmo uruguaios) para estudarem na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no campus localizado em Uruguaiana. Ou seja, é possível concluir que as maiores demandas são referentes ao ensino superior, especialmente para a viabilização de facilidades para as travessias das fronteiras, de modo que o cônsul relatou que o consulado argentino não registrou significativas demandas dos municípios referentes à Educação Básica.

Já a segunda pergunta, que questiona o conhecimento do Entrevistado K sobre boas práticas relacionadas às iniciativas de cooperação transfronteiriça na área da educação previstas no Acordo, o mesmo contou que o próprio Consulado da Argentina fornece materiais escolares para promover o ensino do idioma espanhol para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Paso de los Libres, localizada em Uruguaiana. Ou seja, trata-se de uma iniciativa protagonizada pelo próprio Consulado da Argentina.

Ainda no espectro da segunda pergunta, Entrevistado K compartilhou que o cotidiano dos municípios fronteiriços é marcado pela integração entre os cidadãos de ambos países. Além da forte presença na questão comercial, perceptível pelas travessias de consumidores para comprarem no país vizinho, a integração também se manifesta nos convívios familiares, quando os familiares dos cidadãos locais residem ou são naturais do país vizinho, assim como a integração se manifesta dentro dos aspectos culturais, por conta das grandes semelhanças e afinidades culturais compartilhadas por ambos os lados.

No tocante à terceira pergunta, sobre a atuação dos Comitês de Integração Fronteiriças com relação à área da educação, assim como os entrevistados do consulado brasileiro relataram, Entrevistado K citou a participação do consulado argentino nas comissões e eixos que discutem as pautas educacionais entre os municípios integrantes dos Comitês. Ainda, conforme as pautas avancem, algumas demandas são encaminhadas para a capital argentina, voltadas para a integração fronteiriça em diversas temáticas, por exemplo.

Em seguida, sobre a quarta pergunta, Entrevistado K compartilhou duas experiências do Consulado-Geral da Argentina frente à pauta da educação. Uma delas é o envolvimento em projetos realizados pela UNIPAMPA para a promoção de oferta acadêmica para alunos da Argentina, além de programas de intercâmbio de medicina com destino ao município de Paso de los Libres, fomentando a integração através da educação superior. Além desta, destacou o trabalho em desenvolvimento pelo comitê de meio ambiente de Uruguiana e de Paso de los Libres sobre a conscientização para a preservação do Rio Uruguai, o qual envolve escolas de ambos os municípios para fazerem visitas de campo e receberem palestras nas escolas sobre esta temática, iniciativa que conecta a pauta do meio ambiente com a educação. Além disso, o cônsul mencionou que devido à pandemia da Covid-19 e o fechamento das fronteiras durante determinado período, diversos projetos de integração fronteiriça foram paralisados, mas atualmente estão sendo retomados.

Com relação à última pergunta, que aborda a visão do cônsul Entrevistado K sobre as possibilidades e desafios para a cooperação na área da educação entre os municípios brasileiros e argentinos, o próprio argumentou que as possibilidades de cooperação são grandes. Na visão do mesmo, a pandemia inviabilizou, durante determinado período, a travessia nas fronteiras e suspendeu projetos de integração entre os municípios fronteiriços de Brasil e Argentina. Sem embargo, a partir da normalização das travessias, a integração tende a avançar. Inclusive, sobre questões de infraestruturas, o entrevistado relatou que os governos locais das cidades-gêmeas do Brasil e da Argentina que não possuem pontes estão engajados no sentido de manifestar a necessidade de terem estas estruturas para facilitar a conexão e fomentar o desenvolvimento local caso se tornem rotas comerciais entre os dois países, além da possibilidade de se aproximarem para a realização de projetos para a área da educação, conseqüentemente.

Quanto aos desafios, o cônsul mencionou que são grandes, pois não dependem apenas dos atores locais, mas principalmente das esferas federais dos países. Em vista disso, pautas particulares das regiões de fronteira sobre questões educativas, migratórias, sanitárias e aduaneiras apresentam dificuldades de serem pautas efetivas nas esferas federais da Argentina e do Brasil.

Por último, o Entrevistado K compartilhou sobre a diferença entre a Argentina e o Brasil e o reconhecimento de *pasos fronterizos* (ou regiões de fronteiras). Enquanto o Brasil reconhece apenas nove regiões de fronteira com o vizinho, a Argentina reconhece 22 regiões de fronteira com o Brasil. Por consequência, de acordo com o cônsul, essa

divergência entre os países dificulta o controle por parte de autoridades aduaneiras e sanitárias para estas regiões.

Em sequência, o próximo subitem transcorrerá sobre as análises gerais do autor com relação às entrevistas realizadas ao longo da pesquisa. Desta forma, dialogará com o conceito sobre análise de conteúdo (BARDIN, 2015), permitindo a inferência dos conhecimentos e a interpretação das variáveis.

3.3 ANÁLISES GERAIS SOBRE AS ENTREVISTAS REALIZADAS

Ao longo deste capítulo foram apresentados os dados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com os municípios brasileiros delimitados na pesquisa e com os consulados do Brasil e Argentina de regiões fronteiriças, além das outras entrevistas realizadas através de ligação telefônica e e-mail. Em vista disso, o presente subitem irá sintetizar as informações e interpretá-las, iniciando com os municípios e em sequência com os consulados.

Municípios do estado do Rio Grande do Sul

Conforme indicado no subitem 3.1.1, as entrevistas semiestruturadas realizadas com os municípios seguiram três categorias específicas a partir do questionário elaborado. Logo, cada categoria será analisada a partir dos principais pontos compartilhados pelos representantes dos municípios entrevistados.

1) Internacionalização da educação básica:

Uruguiana: já houve intercâmbio durante os programas de escolas bilíngues (PEIBF e PEIF) pelo município com Paso de los Libres, assim como intercâmbio de materiais escolares. Além das aulas realizadas em conjunto e atividades culturais, os alunos praticavam esportes em grupos mistos em atividades de Educação Física. Contudo, a partir do momento em que os programas foram suspensos, estas iniciativas foram descontinuadas.

Barra do Quaraí: embora não haja intercâmbio com escolas do município de Monte Caseros, Argentina (país foco da pesquisa para a relação bilateral com o Brasil), há com o município de Bella Unión, Uruguai. Neste caso, é uma iniciativa que partiu

diretamente das professoras da Escola Municipal 22 de Outubro (Barra do Quaraí) e da Escuela 78 (Bella Unión).

Mesmo com a pandemia da Covid-19 e o fechamento das fronteiras, as professoras realizaram diversas atividades no formato *online* aos alunos do ensino básico. Foi neste momento de pandemia, inclusive, que as escolas municipais do Brasil e do Uruguai contaram com a participação de professores e alunos de uma escola de Monte Caseros. Além do mais, há intercâmbio de materiais escolares, sendo principalmente destinados do Brasil para o Uruguai.

Itaqui: já houve intercâmbio realizado pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Getúlio Vargas com uma escola da cidade-gêmea de Alvear, embora não haja registro documental informando quando as iniciativas foram realizadas.

São Borja, Porto Mauá e Porto Xavier: os três representantes dos municípios contatados informaram que não há / não houve intercâmbio entre professores e alunos de escolas municipais com suas respectivas cidades-gêmeas da Argentina.

- 2) Aspectos positivos da integração entre o Brasil e a Argentina nas matérias de Geografia e História:

Uruguiana, Barra do Quaraí e São Borja: os três representantes dos municípios entrevistados informaram que as matérias de Geografia e História trabalham pedagogicamente com os aspectos positivos da integração entre o Brasil e a Argentina. Por exemplo, além de conteúdos próprios das disciplinas, os alunos também aprendem sobre aspectos culturais entre os países, sobre a importância de uma cidade fronteira para a outra, além da importância de viverem em uma fronteira de paz.

Itaqui, Porto Mauá e Porto Xavier: apesar das tentativas realizadas, não foi possível aprofundar e entender esta abordagem integradora nas matérias de Geografia e História durante os contatos realizados com os representantes das secretarias municipais de educação.

- 3) Reflexões gerais sobre a cooperação transfronteiriça na área da educação⁵⁶:

Uruguiana: em suma, as dificuldades apresentadas são a ausência de programas para a promoção das iniciativas educacionais previstas no Acordo (tais quais os

⁵⁶ Foram considerados aqueles que responderam à última pergunta e aprofundaram sobre a temática em questão.

programas PEIBF e PEIF), com recursos destinados, assim como a burocracia para as travessias das fronteiras, que dependem de documentações específicas que dificultam a participação dos alunos.

Barra do Quaraí: os entrevistados comentaram que embora as atividades de cooperação educacional sejam desenvolvidas diretamente pelos professores, se houvesse incentivos de instâncias superiores, as colaborações poderiam ser maiores. Além do mais, citaram a ausência de produção de histórico sobre as atividades já desenvolvidas pelas escolas e sugeriram a realização de iniciativas no formato *online* (com a participação direta dos alunos) como alternativa em caso de cenários adversos (como o momento de fechamento das fronteiras durante a pandemia da Covid-19).

São Borja: assim como Uruguiana e Barra do Quaraí, o entrevistado de São Borja mencionou que as ausências de incentivos e de projetos específicos dificultam a realização destas atividades presenciais entre as cidades-gêmeas dos dois países. Além do mais, o entrevistado mencionou um ponto de atenção referente à necessidade de conciliação entre os calendários escolares, metodologias e alinhamentos pedagógicos entre as partes envolvidas. Ainda, assim como os entrevistados de Barra do Quaraí, a integração no formato *online* pode ser uma alternativa tendo em vista as dificuldades de logística e de burocracia para a travessia da fronteira.

Portanto, como é possível observar a partir das entrevistas realizadas com representantes dos municípios gaúchos designados na pesquisa, a internacionalização da educação básica não é implementada pelas cidades-gêmeas, tendo em vista que os programas governamentais que incentivavam a realização por parte destes municípios não estão mais vigentes, além das outras variáveis pontuadas. Por outro lado, é apreciável que quatro dos seis municípios gaúchos apresentem pontos positivos sobre a integração entre o Brasil e a Argentina nas matérias de Geografia e História, que contribui para a formação de cidadãos que enxerguem a fronteira como área comum de integração, ao invés de um limite entre os Estados nacionais. Além do mais, as reflexões gerais trazidas pelos entrevistados, representantes dos departamentos de educação municipais, convergem no sentido de reforçarem a importância de um programa estabelecido (como o PEIBF e PEIF) para tornar possível, em termos pedagógicos e financeiros, a implementação da temática educacional prevista no Acordo entre o Brasil e a Argentina.

Entrevistas com os Consulados-Gerais do Brasil e da Argentina

Assim como as entrevistas realizadas presencialmente com representantes da área da educação dos municípios de Uruguaiana e Barra do Quaraí, as entrevistas semiestruturadas com os cônsules do Brasil em Paso de los Libres e da Argentina em Uruguaiana também foram realizadas *in loco*.

Em suma, em ambas entrevistas de campo realizadas, os respondentes compartilharam de visões semelhantes sobre a temática da cooperação transfronteiriça na área da educação. Entre elas, pontuaram que as maiores demandas percebidas pelos consulados são referentes ao ensino superior (conforme os exemplos dos brasileiros que estudam Medicina em Santo Tomé, e argentinos e uruguaios que estudam na UNIPAMPA); mencionaram sobre as dificuldades abordadas pelos turistas e residentes das localidades fronteiriças a respeito da demora para a travessia ao país vizinho. Reforçaram a importância dos Comitês de Integração Fronteiriça para conectarem as pautas entre os municípios e departamentos federais, citando os exemplos de Uruguaiana – Paso de los Libres e São Borja – Santo Tomé, principalmente. Outro aspecto em comum apresentado pelos cônsules é que os anos iniciais da pandemia dificultaram a realização das reuniões dos comitês e demais iniciativas de integração dos municípios e dos cidadãos que residem nas localidades.

Ou seja, considerando o atual cenário das fronteiras abertas, as oportunidades de integração tendem a avançar a partir dos Comitês de Integração e isto já ficou evidente no ano de 2022: no mês de julho foi criado o Comitê Trinacional de Integração Fronteiriça entre Barra do Quaraí, Bella Unión e Monte Caseros. Em dezembro, o Comitê entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu retornou à presencialidade após três anos sem reuniões *in loco*. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2022; RÁDIO CULTURA FOZ, 2022). Por consequência, o cenário de reabertura das fronteiras deve conectar as localidades para o exercício da paradiplomacia transfronteiriça na prática.

Isto posto, o último subitem da pesquisa apontará sugestões entendidas como necessárias para a implementação do Acordo, sendo direcionadas aos gestores públicos dos governos não centrais (municípios, estados e províncias) e dos governos nacionais do Brasil e da Argentina.

3.4 SUGESTÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO VII, PARÁGRAFO SEGUNDO, OS DESAFIOS E O HORIZONTE PARA A PARADIPLOMACIA EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA

A partir da pesquisa e das entrevistas realizadas ao longo do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela UNILA, é perceptível que há entraves para a implementação do artigo VII, parágrafo segundo do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina. Em outras palavras, ficou clara a ausência de políticas públicas vigentes entre as localidades contatadas que, de fato, fomentem a paradiplomacia educacional transfronteiriça e, conseqüentemente, contribuam com a Educação Básica das localidades fronteiriças vinculadas.

Portanto, o presente subitem tem a finalidade de sugerir determinadas ações voltadas aos gestores públicos dos governos não centrais e governos nacionais para a implementação da pauta educacional do Acordo, considerando uma oportunidade de apresentar os resultados do presente estudo aos representantes dos departamentos relacionados com a temática em questão. Além do mais, embora a pesquisa tenha delimitado parte dos municípios integrantes do Acordo (12 de 19 municípios), as sugestões que serão mencionadas a seguir também valem aos demais sete municípios, assim como podem ter utilidade para todas as localidades fronteiriças vinculadas do Acordo do MERCOSUL.

Tendo em consideração que o Acordo é uma iniciativa que parte dos Estados centrais, é importante presumir que todos os entes federativos do Brasil e da Argentina devem assumir responsabilidades para a implementação do Acordo: os municípios, os estados brasileiros, as províncias argentinas e as esferas nacionais dos poderes executivos. Assim sendo, é importante salientar uma diferença entre a gestão da educação pelos governos não centrais dos dois países.

No caso da Argentina, as províncias são responsáveis pela gestão da educação das escolas públicas dos seus municípios (ARGENTINA, 2006), e por esta razão, as sugestões apresentadas também são direcionadas aos gestores da educação das províncias argentinas de Misiones e Corrientes (localidades que fazem fronteira com o Brasil). Já no Brasil, além da gestão das escolas municipais pelas prefeituras, há escolas estaduais nas localidades fronteiriças designadas no Acordo, de modo que as sugestões apresentadas neste subitem também valem aos gestores das secretarias estaduais de educação do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (estados que fazem fronteira com a Argentina).

Para tanto, como sugestões aos gestores dos governos não centrais (municípios de ambos os países, estados brasileiros e províncias argentinas):

- Ter conhecimento sobre iniciativas previstas no artigo VII, parágrafo segundo, entendendo o potencial de qualificar e internacionalizar a Educação Básica das localidades fronteiriças, assim como enfatizar os aspectos positivos que integram o Brasil e a Argentina;
- Identificar as escolas dos municípios integrantes do Acordo para alinhamentos internos com as áreas pedagógicas. As articulações são imprescindíveis para que as atividades não venham a sobrecarregar o trabalho dos professores que participarem das iniciativas educacionais a serem desenvolvidas;
- Estabelecer diálogo com o governo não central fronteiriço (seja o município, o estado ou a província vizinha). O diálogo pode ser através de grupos de trabalho ou comissões específicas sobre a temática da educação;
- Monitorar a implementação da temática educacional do Acordo junto às partes envolvidas, conforme previsto no Artigo XI, parágrafo terceiro.

Adiante, pelo fato de que o próprio Acordo bilateral prevê que tanto os governos não centrais quanto os órgãos nacionais sejam responsáveis pelo acompanhamento para aplicabilidade das iniciativas de cooperação transfronteiriça, é oportuno apontar sugestões para a implementação do Acordo direcionadas aos gestores de pastas afins nos Ministérios das Relações Exteriores e Ministérios da Educação do Brasil e da Argentina. São estas:

- Promover a estruturação do Comitê de Integração da Fronteira aos municípios que não possuem a estrutura;
- Encaminhar e favorecer pautas que se conectem com as iniciativas educacionais previstas no Acordo aos Comitês de Integração Fronteiriça existentes;
- Viabilizar recursos financeiros que arquem com os custos de logística e de capacitação aos professores a serem incluídos nas iniciativas educacionais entre as localidades fronteiriças;

- Monitorar a implementação da temática educacional do Acordo junto às partes envolvidas, conforme previsto no Artigo XI, parágrafo terceiro.

Outro aspecto que vale destacar, aplicável aos gestores dos governos não centrais e governos nacionais é a necessidade de vontade política para que a implementação das iniciativas educacionais ocorra de fato. Neste sentido, três exemplos foram mencionados ao longo da dissertação.

Um deles, referente ao âmbito regional, no subitem 1.3.1, foi possível perceber que as mudanças do ciclo político na região (MERCOSUL) podem fazer com que a integração regional seja mais ou menos presente. Afinal, conforme fora mencionado, o MERCOSUL passou por diferentes fases de aproximação entre os países-membros ao longo das três décadas de vida.

Além deste, outro exemplo foi a falta de vontade política do Brasil referente ao MERCOSUL Educacional, entre os anos de 2019 e 2022, quando o ex-ministro da educação Abraham Weintraub, anunciou que o país deixaria de participar das agendas sobre educação no bloco. Na prática, o Brasil deixou de participar de iniciativas que poderiam colaborar para a cooperação na área da educação a partir das regiões de fronteira, que é uma pauta comum nas atas das reuniões do MERCOSUL Educacional.

Ainda nesta perspectiva da falta de vontade política, embora a América do Sul tivesse tido a experiência de dois programas de escolas bilíngues (o PEIBF e o PEIF, respectivamente), os mesmos foram suspensos a partir de 2016. De acordo com a autora Sturza, que coordenou e assessorou escolas durante o PEIF, a suspensão foi motivada pelas mudanças geopolíticas na região (STURZA, 2021).

Por fim, por consequência do itinerário desenvolvido ao longo da pesquisa – os conceitos aplicados, a perspectiva de integração regional fronteiriça em nível local, aplicação da internacionalização da educação pelos municípios do Acordo -, foi possível entender a relevância do tema e a oportunidade de cooperação na educação do Brasil e da Argentina nas regiões de fronteira, apesar das dificuldades de implementação percebidas. Finalmente, se de fato as iniciativas educacionais do Acordo bilateral forem implementadas, por meio da paradiplomacia tranfronteiriça, a Educação Básica dos mais de dez municípios será qualificada a partir das dinâmicas de internacionalização e da consciência necessária de que a fronteira entre o Brasil e a Argentina é uma área que une os povos e os países como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pluralidade de atores envolvidos nas Relações Internacionais é algo cada vez mais presente no cenário internacional. Embora as discussões acadêmicas considerem principalmente os Estados e as Organizações Internacionais (os sujeitos do Direito Internacional), a categoria de ator internacional, na qual podemos incluir os governos não centrais (como cidades, estados e províncias), apresenta grande relevância por conta do protagonismo exercido por esses atores.

A presença deles nas Relações Internacionais é mais frequente, de modo que a disciplina contempla visões mais abrangentes e inclusivas ao considerá-los para além do Estadocentrismo. Nessa perspectiva, na década de 1980, os acadêmicos Robert Keohane e Joseph Nye (KEOHANE; NYE, 2011) consideraram a complexidade do sistema internacional a partir dos canais múltiplos que conectam as sociedades por meio de diversos atores, possibilitando analisar as Relações Internacionais de forma mais abrangente.

Em sequência, entre as décadas de 1980 e 1990, os autores Duchacek (1984, 1986, 1990) e Soldatos (1990) seguiram com as análises mais inclusivas das Relações Internacionais ao empregarem a terminologia de paradiplomacia como o fenômeno que explica a atuação internacional por governos subnacionais, tais como cidades, províncias, estados e outras categorias que representam os governos não centrais. Conforme Duchacek, o processo de internacionalização desses atores é classificado em diferentes formas de atuação, sendo que uma destas está diretamente relacionada com o objeto de estudo: a paradiplomacia regional transfronteiriça, entendida como a aproximação dos governos não centrais em regiões de fronteiras motivados pela aproximação geográfica e por apresentarem similaridades para o enfrentamento de problemas comuns nas localidades (DUCHACEK, 1990).

O objeto de estudo, o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil, assinado em 2005, pelo fato de designar 19 municípios de ambos os países para a cooperação em diferentes temáticas, dialoga com o conceito trazido por Duchacek em 1990. Além dele, outro autor apresentou o conceito de paradiplomacia transfronteiriça, no qual relaciona esta prática com a perspectiva regional do MERCOSUL.

Nahuel Oddone (2016), apresentou este conceito ao referi-lo uma forma especial de paradiplomacia, que se tornou objeto de crescente interesse dentro do MERCOSUL

no século XXI, na segunda década do bloco, momento de mudanças no ciclo político na região, quando marcou o início de novas agendas além da pauta neoliberal. Portanto, a paradiplomacia transfronteiriça é a atuação internacional entre governos não centrais de regiões de fronteira, a qual visa a atender às demandas das populações locais, além de representar uma forma multidimensional de integração regional⁵⁷ para além dos Estados nacionais (ODDONE, 2016).

Com relação às populações que vivem nas regiões de fronteira, ao longo da pesquisa foi possível entender que a paradiplomacia transfronteiriça e a integração regional também são exercidas pelos povos destas localidades, que circulam entre as regiões, seja para estudar, para trabalhar, para lazer etc. Portanto, ao considerar o recorte para a área educacional prevista no Acordo entre o Brasil e a Argentina, os gestores da área da educação, os professores e os alunos são envolvidos na paradiplomacia transfronteiriça e na integração regional.

Em conexão com a temática da educação apresentada no Acordo entre o Brasil e a Argentina, as iniciativas previstas se relacionam com outro conceito empregado na pesquisa: a internacionalização da educação básica⁵⁸. Afinal, pelo fato de o Acordo prever o intercâmbio de docentes, de alunos e de materiais escolares entre escolas de nível básico das localidades fronteiriças dos respectivos países, há elementos que se conectam com a temática da internacionalização, além das demais iniciativas que trabalham com a conscientização sobre a integração dos povos e dos aspectos positivos que conectam os países.

Considerando que a pesquisa conectou diferentes terminologias, tais quais paradiplomacia, paradiplomacia transfronteiriça, internacionalização da educação, entre outros, o conceito empregado que possibilita a conexão com o objeto de estudo é denominado como paradiplomacia educacional transfronteiriça. Em outras palavras, por meio da paradiplomacia protagonizada pelos representantes dos governos não centrais que fazem parte do Acordo, além dos professores e estudantes envolvidos nas iniciativas

⁵⁷ A perspectiva de integração regional multinível está relacionada ao redimensionamento vertical das Relações Internacionais. Afinal, quando há mais atores envolvidos no processo de integração regional, há uma maior proximidade com os cidadãos, além do fato de que os governos não centrais estão institucionalmente mais próximos das populações.

⁵⁸ Embora a internacionalização da educação básica seja um conceito em desenvolvimento, diferentemente da terminologia sobre internacionalização da educação superior (com mais publicações e protagonismo entre instituições de ensino superior, como o exemplo da UNILA), trata-se de uma temática que começa a ser mais debatida na academia nacional e internacional. Além do mais, é possível perceber que a internacionalização da educação básica é pauta dentro do Ministério da Educação do Brasil, com oportunidade de crescimento no Brasil.

educacionais, a integração entre o Brasil e a Argentina se conecta com a característica multidimensional e multinível mencionadas ao longo da pesquisa.

Isto posto, a pesquisa cumpriu com os objetivos previstos na introdução. Com relação ao objetivo geral, a pesquisa abordou o Acordo entre o Brasil e a Argentina a partir da perspectiva da paradiplomacia educacional transfronteiriça, tendo os municípios como um dos principais atores para a implementação da temática da educação. Com relação aos três objetivos específicos, respectivamente a pesquisa examinou as iniciativas previstas no Acordo dentro da área da educação, analisou a implementação pelos governos não centrais delimitados a partir das entrevistas alcançadas com os representantes dos municípios brasileiros e identificou quais são as iniciativas na área da educação que de fato foram instrumentalizadas pelos atores locais.

Além do mais, com relação à pergunta apresentada na introdução, ao longo da pesquisa foi possível aprofundar a temática da paradiplomacia educacional transfronteiriça com relação à implementação do Acordo pelos municípios então designados. Com relação aos avanços e aos entraves, infelizmente, o cenário referente à implementação das iniciativas educacionais pelos municípios brasileiros delimitados na pesquisa⁵⁹ apresenta determinados entraves. Apesar de o Acordo bilateral estar em vigor por ambos os países⁶⁰, as oportunidades criadas para a área educacional através Acordo ainda necessitam de mais desenvolvimento para uma plena e satisfatória implementação nos termos idealizados no artigo VII, parágrafo segundo da iniciativa bilateral.

Foram consideradas duas categorias a partir da análise do Acordo e da construção do roteiro para as entrevistas. Em uma delas – *aspectos positivos da integração entre o Brasil e a Argentina nas matérias de Geografia e História* –, o cenário é mais favorável, ao notar que entre os seis municípios entrevistados, quatro deles trabalham com esta importante perspectiva que emprega visão integradora entre os países aos alunos.

Por outro lado, quanto à categoria *internacionalização da educação básica*, os entraves sobre a implementação das iniciativas educacionais são percebidos por diferentes razões. São elas: os governos não centrais designados no Acordo, em sua maioria, não atuam conjuntamente para construção de parcerias em iniciativas educacionais; há dificuldade e burocracia para a travessia das fronteiras; apenas dois dos seis municípios gaúchos possuem pontes que se conectam com a cidade-irmã da

⁵⁹ São eles: Uruguaiana, Barra do Quaraí, Itaqui, São Borja, Porto Mauá e Porto Xavier.

⁶⁰ Na Argentina, o Acordo está em vigor desde 2009, enquanto no Brasil está em vigor desde 2016 (ARGENTINA, 2009; BRASIL, 2016).

Argentina⁶¹; e há ausência de incentivo e/ou políticas públicas de outras esferas federativas para a implementação das iniciativas da área da educação previstas no Acordo.

Além dessas, cabe mencionar que a mudança geopolítica na região afetou diretamente aqueles programas que possibilitavam o intercâmbio de professores e alunos (os programas PEIBF e PEIF), nos quais incluíam alguns dos municípios que fazem parte do Acordo bilateral. Isso é, conforme Sturza (2021), a partir dessas mudanças de gestão na região (como no Brasil e na Argentina), os programas foram suspensos e as atividades que integravam professores e alunos nas regiões de fronteiras foram descontinuadas. Portanto, ao invés de avanços em matéria da internacionalização da educação básica, há entraves que dificultam a implementação do Acordo.

Por outro lado, considerando os novos ciclos políticos na região, pode ser que em um futuro próximo algumas destas atividades sejam retomadas, por meio de políticas públicas que tragam inovação e impacto socioeconômico nas regiões de fronteira, além do consequente fomento da internacionalização da educação básica.

Tendo em vista as dificuldades e reflexões aqui mencionadas, no final do último capítulo foram apontadas algumas sugestões direcionadas aos gestores dos governos não centrais (municípios, estados e províncias) e dos governos nacionais da Argentina e do Brasil para a implementação da pauta educacional prevista no Acordo. De forma geral, as sugestões apresentadas dialogam entre si desde a perspectiva local de responsabilidade dos governos não centrais, envolvendo alinhamentos pedagógicos e a necessidade de as cidades-gêmeas, estados brasileiros e províncias argentinas cooperarem de fato (exercendo a paradiplomacia), até a perspectiva nacional, considerando a importância de elaboração de programas que facilitem o intercâmbio em termos financeiros e burocráticos para as travessias das fronteiras. Ou seja, é necessário que as partes trabalhem em conjunto para que o artigo VII, parágrafo segundo do Acordo bilateral seja de fato implementado.

Ademais, a paradiplomacia transfronteiriça prevista no Acordo, independente da temática, dialoga com a importância da integração dentro de uma perspectiva multidimensional e multinível, conforme referenciado no primeiro capítulo, assim como cria a consciência prática da integração por diferentes atores. Na área da educação prevista no Acordo, há o potencial de criar a consciência da integração e dos aspectos

⁶¹ Apenas São Borja e Uruguaiiana possuem pontes que se conectam com a Argentina. Inclusive, no Apêndice A, é possível a fotografia registra pelo pesquisador na Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín Pedro Justo, além do Caderno de Pesquisa.

positivos que conectam os dois países, envolvendo diretamente os professores, alunos e os cidadãos das regiões de fronteira como um todo. Afinal, conforme pontuado anteriormente, a paradiplomacia transfronteiriça também pode ser protagonizada pela sociedade, considerando que a integração passa pelos povos.

O presente estudo foi centrado na cooperação educacional, mas há outras temáticas inseridas no Acordo entre o Brasil e a Argentina, além de outros Acordos (Paraguai, Bolívia, Uruguai, MERCOSUL etc.). Ou seja, a paradiplomacia transfronteiriça é um campo que permite dialogar com outras áreas de cooperação, como saúde, economia, cultura, direitos humanos etc. Neste sentido, conforme pontuado nas conclusões da tese de doutorado do autor Nahuel Oddone⁶² (referenciado em diversos momentos no presente estudo), as temáticas que envolvem a paradiplomacia e a paradiplomacia transfronteiriça ainda são incipientes, de modo que há oportunidade para que outras áreas de cooperação relacionadas às regiões de fronteiras sejam estudadas e aprofundadas. Nesta perspectiva, o mesmo vale para a temática da internacionalização da educação básica, que é um conceito em desenvolvimento no âmbito nacional e internacional, de modo que há oportunidade para aprofundá-lo.

Por fim, a temática desenvolvida no presente estudo e a metodologia empregada convergem no sentido de fazer esforços para que a internacionalização da educação básica seja de fato desenvolvida nas localidades fronteiriças vinculadas, além de incentivar a conscientização sobre a integração dos povos. A pesquisa também contribuiu para informar aos representantes das secretarias de educação dos municípios brasileiros sobre o Acordo, além de levar a pauta aos representantes dos consulados do Brasil e Argentina das regiões de fronteira designadas na pesquisa. O fato de parte das entrevistas terem sido realizadas presencialmente, conforme relatadas em detalhes no Apêndice A, é possível afirmar que a atenção para a temática pode ter sido maior em comparação às entrevistas apenas em formato remoto. Ademais, o que está previsto para a área da educação no Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina pode trazer impactos positivos para a condição socioeconômica das regiões de fronteira; apresentar inovação e qualidade em termos de educação para ambos países, tal como contribuir para a formação de cidadãos que percebam a fronteira como área comum de integração entre os povos, ao invés de um limite entre os Estados nacionais.

⁶² Vale mencionar que a tese publicada por Oddone auxiliou a compreensão da questão regional sobre a paradiplomacia transfronteiriça, tanto é que a partir dos conceitos empregados foi possível avançar no sentido de trabalhar especificamente com a pauta educacional.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CADERNO DE PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 16 e 18 de maio de 2022. O propósito dela foi não apenas realizar as entrevistas com os representantes das prefeituras municipais, das escolas municipais e dos consulados, mas também estar nas regiões de fronteira, observando as realidades locais *in loco*. Especialmente porque a pesquisa de campo permitiu visitar alguns dos municípios que fazem parte do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil, objeto da pesquisa.

Ao longo das próximas páginas é possível observar o roteiro destes dias de pesquisas de campo, com um breve descritivo das entrevistas realizadas, além dos registros fotográficos do autor ao longo da viagem.

Primeiro dia – 16 de maio de 2022

O deslocamento até a região de fronteira foi aéreo, partindo de Porto Alegre, com destino a Uruguaiana. Após o desembarque no Aeroporto Internacional Rubem Berta, no início da tarde, a primeira pesquisa de campo realizada foi na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Complexo Escolar Elvira Ceratti (CAIC), localizada em região mais afastada de Uruguaiana.

A Escola CAIC é o local onde ocorreu a maior parte das práticas de cooperação transfronteiriça na área da educação pelo município de Uruguaiana, em parceria com a Escuela Vicente Verón, de Paso de los Libres. O entrevistado foi o Vice-Diretor Entrevistado A, quem participou das iniciativas enquanto lecionava no ensino básico. Assim sendo, esta pesquisa de campo uniu a oportunidade de conhecer a ótima estrutura da Escola CAIC e de conhecer o Entrevistado A, quem participou ativamente das iniciativas de integração pelas escolas. Na Figura 8, abaixo, está a fotografia da escola CAIC.

Figura 8 - Prédio da Escola CAIC



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Por fim, após a primeira pesquisa de campo, foi possível conhecer o Centro Histórico de Uruguaiana no final da tarde.

Segundo dia – 17 de maio de 2022

O segundo dia de pesquisas de campo possibilitou atravessar a fronteira entre o Brasil e a Argentina, a partir da Ponte Internacional Getúlio Vargas – Agustín Pedro Justo, com destino ao município de Paso de los Libres. Em terras argentinas, a pesquisa de campo foi realizada no Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres.

No Consulado, a entrevista foi aplicada ao cônsul Entrevistado J, quando foi possível entender as principais demandas, oportunidades e desafios da cooperação transfronteiriça na área da educação, conforme relatado no subitem 3.2.1. Além do mais, a receptividade por parte do consulado brasileiro para o agendamento e realização da entrevista foi excelente. Ao final da entrevista, foi feito um registro em frente ao consulado, conforme a Figura 9, e após foi possível conhecer brevemente o Centro Histórico de Paso de los Libres até o início da tarde, para depois retornar à Uruguaiana.

Figura 9 - Consulado-Geral do Brasil em Paso de los Libres



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Com relação aos deslocamentos para as travessias das fronteiras, foi possível perceber a dificuldade em torno da demora para entrar no país vizinho. Na ida para Paso de los Libres, por volta das nove horas da manhã, o tempo de espera foi em torno de 45 minutos, enquanto na volta para Uruguaiiana, no início da tarde, o tempo de espera foi próximo de duas horas. Ambos os deslocamentos foram realizados com o mesmo motorista de táxi brasileiro, quem comentou que o tempo de espera pode ser ainda maior em determinados horários e datas – especialmente no período de verão, com grande tráfego de argentinos que se deslocam ao litoral brasileiro, conforme relatado pelo mesmo.

Portanto, é notório que essa complexidade com relação ao tempo de deslocamento afeta consideravelmente a rotina dos cidadãos, que necessitam ir ao país vizinho com frequência. Por conseguinte, no retorno para Uruguaiiana foi feito outro registro fotográfico na Ponte Internacional, conforme a Figura 10.

Figura 10 - Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín Pedro Justo, em direção ao Brasil



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

No mesmo dia, durante a tarde, a terceira pesquisa de campo foi realizada na Secretaria Municipal de Educação de Uruguaiiana, com o professor Entrevistado B. Assim com o Entrevistado A, entrevistado no dia anterior, o Entrevistado B também participou das iniciativas de cooperação transfronteiriça realizadas entre as escolas CAIC e Vicente Verón. Portanto, foi a oportunidade de conhecer mais detalhes a respeito, bem como os principais entraves percebidos pela Secretaria de Educação para a retomada destas colaborações internacionais. A Figura 11, a seguir, foi registrada na entrada da Secretaria de Educação de Uruguaiiana.

Figura 11 - Secretaria Municipal de Educação de Uruguaiiana



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Terceiro dia – 18 de maio de 2022

Este foi oficialmente o último dia de pesquisas de campo. O primeiro compromisso foi no Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana, onde foi possível entrevistar o cônsul Entrevistado K para entender a percepção do mesmo sobre a temática da cooperação transfronteiriça na área da educação. Na Figura 12, abaixo, foi o registro realizado em frente ao Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana.

Figura 12 - Consulado-Geral da Argentina em Uruguaiana



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A seguir, no início da tarde, as pesquisas de campo foram realizadas nos municípios de Barra do Quaraí, a cerca de 50 quilômetros ao Sul de Uruguaiana e no município de Bella Unión, no Uruguai. A região é conhecida como a Tríplice Fronteira de Brasil, Argentina e Uruguai.

Em Barra do Quaraí, a entrevista foi realizada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a participação do Secretário de Educação e Cultura, Entrevistado C, Entrevistado D e com o professor Entrevistado E, da Escola Municipal 22 de Outubro, de Barra do Quaraí. Assim como Uruguaiana, Barra do Quaraí é um município do estado do Rio Grande do Sul, que está inserido no Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas entre a Argentina e o Brasil. Embora o objeto da pesquisa seja o Acordo entre o Brasil e a Argentina, foi possível entender e conhecer que as principais

iniciativas de cooperação transfronteiriça na área da educação se dão com o município uruguaio de Bella Unión. O professor Entrevistado E é um dos principais responsáveis pelas iniciativas que integram os alunos da Escola Municipal 22 de Outubro com os alunos da Escuela 78, de Bella Unión. Abaixo, na Figura 13, está o registro fotográfico em frente à Secretaria de Educação e Cultura de Barra do Quaraí.

Figura 13 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Barra do Quaraí



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Concluída a entrevista em Barra do Quaraí, o destino foi a Escuela 78, de Bella Unión, acompanhado pelo professor Entrevistado E. No caminho, pela via rodoviária, atravessou-se a Ponte Internacional Bella Unión - Barra do Quaraí, conforme a Figura 14. Em comparação à travessia da ponte entre Uruguaiana e Paso de los Libres, o deslocamento foi muito rápido, de modo que não levou mais de um minuto para atravessar cada trecho, além do fato de o fluxo de trânsito ser significativamente menor. Inclusive, conforme relatado na entrevista realizada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Barra do Quaraí, a facilidade para as travessias é tanta que muitos cidadãos dos municípios fronteiriços fazem os itinerários diariamente para compras de rotina nos mercados do país vizinho. Ou seja, a diferença de cruzamento das fronteiras com relação à Uruguaiana e Paso de los Libres é substancial.

Figura 14 - Travessia na Ponte Internacional Bella Unión - Barra do Quaraí



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Ao chegar na Escuela 78, foi possível identificar o grande engajamento e conhecimento dos alunos e professores uruguaios sobre o Brasil e o idioma português. Nas dependências da escola havia muitos cartazes feitos pelos alunos com frases inteiramente em português, conforme o exemplo na Figura 15.

Figura 15 - Cartazes escritos em português pelos alunos uruguaios



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A visita na escola uruguiaia foi feita com o professor de Barra do Quaraí Entrevistado E e com o professor uruguiaio. Na Figura 16, abaixo, está a Escuela 78:

Figura 16 - Visita à Escuela 78, em Bella Unión (Uruguai)



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Além de observar a estrutura e ter a oportunidade de conversar com ambos os professores, os momentos mais especiais foram as visitas às duas salas de aulas com alunos uruguaios. As visitas duraram aproximadamente 20 minutos cada e toda a comunicação foi realizada inteiramente em português, com os alunos uruguaios dialogando com muito conhecimento. Foram realizadas perguntas e respostas sobre cultura geral de Brasil e Uruguai entre o pesquisador, os professores locais e os alunos uruguaios, em momentos descontraídos. Ao final, quando foi permitida a última pergunta, um aluno urguaiio perguntou ao pesquisador: quando você voltará para cá? Sem dúvidas, este momento foi a “cereja do bolo” da viagem realizada para as pesquisas de campo.

Retorno – 19 de maio de 2022

Finalizadas as pesquisas de campo previstas na viagem até a fronteira do estado do Rio Grande do Sul com a Argentina e com o Uruguai, o retorno foi no início da tarde do dia 19 de maio. Além da realização das pesquisas e entrevistas com as prefeituras, escolas e consulados, a oportunidade do autor em conhecer *in loco* algumas das localidades fronteiriças que fazem parte do Acordo entre o Brasil e a Argentina foi excepcional. Isto é, por mais que as bibliografias digitais e as tecnologias da informação

facilitem (e muito) a realização de pesquisa acadêmica, a oportunidade de estar fisicamente no local do objeto de pesquisa é sublime.

Por fim, o último registro fotográfico realizado durante a viagem destinada às entrevistas foi no Aeroporto de Uruguaiana, antes de retornar a Porto Alegre, conforme a Figura 17:

Figura 17 - Retorno para Porto Alegre



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Ao longo da pesquisa foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com três categorias de entrevistados: representantes dos governos não centrais, cônsules e pesquisador. Portanto, os respectivos questionários utilizados foram os seguintes, de acordo com as categorias:

a) Questionário das entrevistas realizadas com os representantes dos governos não centrais:

1) Há intercâmbio de estudantes e/ou professores da rede municipal de ensino fundamental e/ou médio entre o seu município e o município fronteiriço da Argentina? Seja para aulas ou atividades recreativas conjuntas.

2) Dentro das matérias de Geografia e História, é previsto que os professores apresentem perspectivas regional e integradora entre o Brasil e a Argentina?

3) Na matéria de Geografia, há intenção de enfatizar aspectos comuns entre o Brasil e a Argentina, ao invés de limites políticos e administrativos?

4) Na matéria de História, há intenção de ressaltar os fatos positivos e históricos que unem os povos através das fronteiras?

5) Há intercâmbio de materiais escolares entre as escolas municipais do seu município e do município fronteiriço da Argentina?

6) Por fim, como você, enquanto gestor(a) municipal, percebe as demandas, possibilidades e desafios para a cooperação na área da educação com o município fronteiriço da Argentina?

b) Questionário das entrevistas realizadas com os cônsules do Brasil em Paso de los Libres e da Argentina em Uruguaiana:

1) Com relação ao Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, que prevê cooperação em regiões de fronteira entre os países, como você percebe as demandas e o engajamento dos municípios fronteiriços de Brasil e Argentina para cooperação na área da Educação?

2) As iniciativas de cooperação na área da Educação do Acordo são: intercâmbio de professores e estudantes; matérias de Geografia e História com ênfase na integração de Brasil e Argentina; intercâmbio de materiais escolares. Você tem conhecimento de boas práticas sobre estas iniciativas de cooperação?

3) Como o Comitê de Integração Fronteiriça apoia o Acordo dentro da área da Educação? As iniciativas são ou já foram pautas das reuniões dos grupos?

4) Você poderia informar como posso obter as atas das reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça? As atas, enquanto fontes documentais, apoiarão para a construção da pesquisa.

5) O Consulado-Geral atua em alguma frente específica relacionada com a cooperação transfronteiriça na área da Educação?

6) Por fim, como você, na atuação consular, percebe as possibilidades e desafios para a cooperação na área da educação entre as localidades fronteiriças de Brasil e Argentina?

c) Questionário da entrevista realizada com o pesquisador:

1) O objeto da pesquisa em construção é o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, a partir da temática da educação, presente no artigo VII, parágrafo segundo:

“As Partes promoverão a cooperação em matéria educativa entre as localidades fronteiriças vinculadas, incluindo intercâmbio de docentes, alunos e materiais educativos. O ensino das matérias de História e Geografia será realizado com uma perspectiva regional e integradora. Ao ensinar Geografia se procurará enfatizar os aspectos comuns, ao invés dos limites políticos e administrativos. No ensino de História se buscará ressaltar os fatos positivos que historicamente uniram os povos através das fronteiras, promovendo nos alunos uma visão de vizinho como parte de uma mesma comunidade” (Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina, 2005).

Neste sentido, como você percebe o potencial impacto que estas iniciativas previstas na área da educação podem trazer para estudantes e professores que vivem nas regiões de fronteira?

2) Ao longo da pesquisa, a partir da realização de entrevistas com representantes da área da educação de municípios brasileiros e com os consulados-gerais do Brasil e Argentina que atuam nas regiões de fronteira, foi possível perceber diversas dificuldades

para colocar em prática as iniciativas previstas no Acordo, especialmente com relação aos intercâmbios de alunos e docentes. Neste sentido, na sua visão, qual deve ser o papel dos governos centrais e não centrais para a implementação da pauta educacional do Acordo, contemplando todas as iniciativas previstas no mesmo?

3) A internacionalização da educação superior é um tema bastante explorado na academia, com grande número de publicações e experiências práticas por universidades no mundo todo. Sob outra perspectiva, é possível notar que há quantidade significativamente menor de publicações sobre o fenômeno da internacionalização da educação básica, no qual se conecta com a temática da educação do Acordo entre o Brasil e a Argentina. Nesta perspectiva, como você enxerga as possibilidades e os desafios de internacionalizar escolas de nível básico?

4) Por último, você gostaria de registrar uma boa prática vivenciada ou conhecida sobre cooperação na área da educação em regiões de fronteira e/ou registrar alguma sugestão para a implementação da temática da educação do Acordo?

REFERÊNCIAS

ABADIE, Panambí. Ensino Superior como Mercadoria: crescimento descontrolado. In: FERNÁNDEZ, Paula Daniela; STOECKL, Bianca (Org.). **Educação e Integração Regional: Experiências Sul-Americanas**. Curitiba: CRV, 2021, v. 1, n. 1, p. 17-20.

ALMEIDA, Larissa. **O MERCOSUL Educacional e a Criação da UNILA no Início do Século XXI: por uma integração regional via educação**. 2015. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p. 65. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131160/000980214.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Cap.1 a 3, pp. 3-35, 2002.

AÑORVE, Daniel. Paradiplomacia, poder suave y la cooperación internacional municipal: el caso de Guanajuato. **Convergencia Revista de Ciencias Sociales**, Toluca, v. 27, 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/105/10562755010/html/>>. Acesso em: 07 jan. 2023.

ARGENTINA. [Constituição (1994)]. **Constitución Nacional**. Buenos Aires: Congreso de la Nación. Disponível em: <<https://www.congreso.gob.ar/constitucionSeccion4Cap2.php>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

_____. **Decreto n. 26.523**, de 27 de outubro de 2009. Apruébase el Acuerdo entre la República Argentina y la República Federativa del Brasil sobre Localidades Fronterizas Vinculadas. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/159312/norma.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. **Ley 26.206**, de 14 de dezembro de 2006. Ley nacional de educación. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/justicia/derechofacil/leysimple/ley-nacional-de-educacion>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

ARTIGAS. **Reseña histórica de la ciudad de Bella Unión**. Disponível em: <<http://www.artigas.gub.uy/?p=1249>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ARUM, S.; VAN DE WATER, J. The need for a definition of international education in U.S. universities. In C. Klasek (Ed.). **Bridges to the futures: Strategies for internationalizing higher education**. Carbondale, IL: Association of International Education Administrators, 1992, p. 202. Disponível em: <<https://www.aieaworld.org/assets/docs/Resources/archive/Bridges%20to%20the%20Future%20.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRAGÁN, Rossana (Coord.). **Guía para la formulación y ejecución de proyectos de investigación**. La Paz: Fundación PIEB, 2007, 3ª edição.

BARROS, Marinana Andrade. **Atuação externa dos governos subnacionais: análise jurídica do caso brasileiro**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito Público, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:

<http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_BarrosMA_1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BERZI, Matteo; LEMÕES, Marcos Aurélio; ODDONE, Nahuel. **Obstáculos a la movilidad de pacientes en zonas de frontera del Mercosur: una propuesta de tipología**. Baja California: Estudios Fronterizos, v. 22, 2021. Disponível em: <<https://ref.uabc.mx/ojs/index.php/ref/article/view/980>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 jan. 2023.

_____. **Decreto n. 6.737**, de 12 de janeiro de 2009. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6737.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. **Decreto n. 8.636**, de 13 de janeiro de 2016. Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8636.htm>. Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 22 jan. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

CÂMARA DE ITAQUI. **Ponte Internacional Itaqui/Alvear não cairá no esquecimento**. Disponível em: <http://www.camaraitaqui.rs.gov.br/?action=imprensa_noticias_detalhe&nid=1314>. Acesso em: 14 abr. 2022.

CANDEAS, Alessandro. **Integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na visão do outro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ed. 7, 2017, pp. 389. Disponível em: <<https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-232-integracao-brasil-argentina-historia-de-uma-ideia-na-visao-do-outro-a>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CANDEAS, Alessandro. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 178-213, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Xx4w4rxPPBfX3FmWZHDtYfK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CARMO, Maria. Lula e Kirchner devem deixar de lado pedido de salvaguarda de Lavagna. **BBC Brasil**, 2005. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/11/printable/051130_marciaprotocolorc>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; LEMOS, Bruno de Oliveira. **Brasil e MERCOSUL: Iniciativas de Cooperação Fronteiriça**. Boa Vista: ACTA Geográfica, Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014. p.203-219. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/2448>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

CEZÁRIO, Gustavo de Lima. **Atuação Global Municipal: dimensões e institucionalização**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10217/1/2011_GustavoDeLimaCezario.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

COLETTA, Ricardo; WIZIACK, Julio; CHAIB, Julia; COLOMBO, Sylvia. Em 1ª reunião bilateral com presidente argentino, Bolsonaro lamenta morte de Maradona. **Folha de São Paulo**, Brasília e Buenos Aires, 30 de novembro de 2020. Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/em-1a-reuniao-bilateral-com-presidente-argentino-bolsonaro-lamenta-morte-de-maradona.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

COLOMBO, Sylvia. Lula celebra com Fernández retomada de 'relação truncada' em meio a críticas a Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, Buenos Aires, 23 de janeiro de 2023. Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/01/lula-chega-a-sede-da-presidencia-da-argentina-e-se-encontra-com-fernandez.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. CNM participa da instalação de Comitê de Integração Fronteiriça Trinacional em Barra do Quaraí (RS). Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-participa-da-instalacao-de-comite-de-integracao-fronteirica-trinacional-em-barra-do-quarai-rs>> Acesso em 05 nov. 2022.

_____. Câmara dos Deputados aprova acordo entre Brasil e Paraguai sobre cidades gêmeas. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/camara-dos-deputado-aprova-acordo-entre-brasil-e-paraguai-sobre-cidades-gemeas>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CORNAGO, Noé. Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: dimensions of conflict and co-operation. **Regional & Federal Studies**, v. 9, n. 1, p. 40-57, 1999.

CORRÊA, Gilson. **Fronteiras Como Zonas Estratégicas para a Integração Regional: a cooperação entre São Borja (RS) e Santo Tomé (AR)**. Pelotas:

Universidade Federal de Pelotas, 2008. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/51112/1/Dissertacao_Gilson_Pianta_Correa.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

CORRÊA, Gilson; LIMA, Priscila; SAPPER, Alexandre. **Â Câmara Binacional São Borja (RS)-Santo Tomé (AR)**. Pelotas: X Encontro de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pelotas, 2008. Disponível em: <https://www2.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CH/CH_01032.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

CORRIENTES. **Município de Alvear**. Disponível em:<<https://www.corrientes.gob.ar/home/alvear/municipio>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

_____. **Município de Monte Caseros**. Disponível em:<<https://www.corrientes.gob.ar/home/monte-caseros/municipio>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. **Paso de los Libres**. Disponível em: <<https://munired.mcpccorrientes.gob.ar/municipios-de-corrientes/paso-de-los-libres>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

DE SALAZAR Serantes, G. Las fuentes de la investigación en las relaciones internacionales. **Revista CIDOB d'affers internacionals**, 193-208, 2003.

DOS SANTOS, R. A.; SOARES, D. de S.; HERNÁNDEZ MONDRAGÓN, A. R.; SANTOS, G. M. T. dos. Internacionalização na Educação Básica: Foco no Ensino de Língua Inglesa e a Base Nacional Comum Curricular no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 11, n. 33, p. 16–27, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7059119. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/718>> . Acesso em: 22 jan. 2023.

DUCHACEK, Ivo. Perforated sovereignties: towards a typology of new actors. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (Org.). **Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units**. New York: Oxford University Press, 1990, p. 1-33.

FNP. **Cooperação Internacional Descentralizada**. Disponível em: <<https://fnp.org.br/internacional/cooperacao-internacional-descentralizada>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FONSECA, Marcela Garcia. A integração subnacional na União Europeia e no Mercosul. In: GOMES, Joséli Fiorin; CORRADI, Rodrigo de Souza (Org.). **Paradiplomacia em movimento**. Porto Alegre: UniRitter, 2015, pp. 17-35.

Fundação de Economia e Estatística. Município: Porto Mauá. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Porto+Mau%E1>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GARCIA, Nathalia; MACHADO, Renato. Sem Maduro, 73 delegações estrangeiras marcam presença na posse de Lula. **Folha de São Paulo**, Brasília, 01 de janeiro de 2023. Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/01/sem-maduro-73-delegacoes-estrangeiras-marcam-presenca-na-posse-de-lula.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

GRUPO CALDAS JÚNIOR. #Fica Espanhol em novo desafio: o ensino do Espanhol voltou ao centro do debate. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 maio de 2021. Política. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/especial/fica-espanhol-em-novo-desafio-1.623959>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

_____. Heinze atua junto ao Dnit para agilizar novo edital da ponte internacional de Porto Xavier. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 22 de março de 2022. Política. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/heinze-atua-junto-ao-dnit-para-agilizar-novo-edital-da-ponte-internacional-de-porto-xavier-1.792531>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

IBGE. **Barra do Quaraí**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/barra-do-quarai/historico>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

_____. **Itaqui**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/itaqui/panorama>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

_____. **Porto Xavier**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-xavier/panorama>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

Informe ENSP. Quais tipos de pesquisa precisam ser analisadas por um Comitê de Ética em Pesquisa e quais não precisam?. **FIOCRUZ**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://cep.ensp.fiocruz.br/quais-tipos-de-pesquisa-precisam-ser-analisadas-por-um-comite-de-etica-em-pesquisa-e-quais-nao>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do arco Sul. Brasília: IPEA; IBGE, 2020, v. 5. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/200821_lv_199385_1ivro_fronteiras_do_brasil.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ITAQUI. **História de Itaqui**. Disponível em: <<https://www.itaqui.rs.gov.br/?action=estatico&eId=1>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

JUNQUEIRA, Cairo G. B. **Paradiplomacia**: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. BIB, São Paulo, n. 83, 2018, pp. 43-68. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-83/11093-paradiplomacia-a-transformacao-do-conceito-nas-relacoes-internacionais-e-no-brasil/file#:~:text=Segundo%20o%20autor%2C%20a%20paradiplomacia,a%20diploma%20central%20do%20Estado.>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. Paradiplomacia: A transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 83, 2017, p.43-68. Disponível em:

<<https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-83/11093-paradiplomacia-a-transformacao-do-conceito-nas-relacoes-internacionais-e-no-brasil/file>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

KANNENBERG, Vanessa. Veja detalhes da ponte prometida para a fronteira com a Argentina. **Gaúcha ZH**, Porto Xavier, 03 de novembro de 2017. Noroeste do RS. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/11/veja-detalhes-da-ponte-prometida-para-a-fronteira-com-a-argentina-cj9kfc4fq0gwk01lc02ytpw7m.html>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. New York: Longman, 4. Ed. 2011.

KLEIMAN, Aberto; CEZÁRIO, Gustavo. Um olhar brasileiro sobre a ação internacional dos governos subnacionais. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. **S. Política externa brasileira: a política das práticas e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012, pp. 301-329.

KNIGHT, Jane. Internationalization Remodeled: Definitions, Rationales. **Journal for Studies in International Education**, v. 8, n. 1, 2004, p. 5 - 31. Disponível em: <<http://www.theglobalclass.org/uploads/2/1/5/0/21504478/rationale.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. The changing landscape of higher education internationalisation – for better or worse? **Perspectives: Policy and Practice in Higher Education**, v. 17, n. 3, 2013, p. 84 - 90. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/toc/tpsp20/17/3?nav=tocList>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

KUZNETSOV, Alexander. **Theory and Practice of Paradiplomacy: Subnational Governments in international affairs**. Routledge New Diplomacy Studies. London and new York. 2015.

MAZUI, Guilherme. Por vídeo, Bolsonaro e presidente argentino Alberto Fernández fazem primeira reunião bilateral. **Globo**, Brasília, 30 de novembro de 2020. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/30/por-video-bolsonaro-e-fernandez-fazem-primeira-reuniao-bilateral.ghtml>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MELLO, Daniel. Lula se reúne com presidente argentino, Alberto Fernández. **Agência Brasil**, São Paulo, 31 de outubro de 2022. Política. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-10/lula-se-reune-com-presidente-argentino-alberto-fernandez>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

Mercocidades. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/>>. Acesso em: Acesso em: 30 set. 2021.

MERCOSUL EDUCACIONAL. **Atas**. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1jC7MnnyD3ojB1lpBTxmo7wYOaYs2lWSe>>. Acesso em 07 nov. 2022.

_____. **Escolas Interculturais de Fronteira.** Disponível em: <<https://edu.mercosur.int/pt-br/institucional/estrutura.html>>. Acesso em 07 nov. 2022.

_____. **Estrutura.** Disponível em: <<https://edu.mercosur.int/pt-br/institucional/estrutura.html>>. Acesso em 07 nov. 2022.

MERCOSUL. **Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respetivos Diplomas no MERCOSUL e Estados Associados.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/dec_017_conae.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

_____. **Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas.** Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/acordo-sobre-localidades-fronteiricas-vinculadas/>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. **Plano de Ação 1992.** Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1I3CgxIgtZZuiWY_K7GXrQsi5OAUwV3rw>. Acesso em 05 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação brasileira sairá do MERCOSUL.** Brasília, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/acordo-gratuidade/33381-noticias/notas-oficiais/83131-educacao-brasileira-saira-do-mercosul>>. Acesso em 07 nov. 2022.

_____. **Escolas Pelo Mundo.** 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-parametros-e-aplicativo-para-promover-a-internacionalizacao-na-educacao-basica-brasileira>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

_____. **MEC lança parâmetros e aplicativo para promover a Internacionalização na Educação Básica brasileira.** Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-parametros-e-aplicativo-para-promover-a-internacionalizacao-na-educacao-basica-brasileira>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas.** Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordo-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-do-paraguai-sobre-localidades-fronteiricas-vinculadas>. Acesso em: 01 ago. 2022.

_____. **Assinatura de Acordo para a Prorrogação do Contrato Internacional de Concessão da Ponte Internacional São Borja – Santo Tomé e Infraestruturas Conexas entre o Brasil e a Argentina.** Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/assinatura-de-acordo-para-a-prorroacao-do-contrato-internacional-de-concessao-da-ponte-internacional-sao-borja-2013-santo-tome-e-infraestruturas-conexas-entre-o-brasil-e-a-argentina>. Acesso em: 28 out. 2021.

_____. **República Argentina**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-argentina>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MONTE CASEROS. **Município**. Disponível em: <<https://www.montecaseros.gob.ar/?q=municipio>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

MORGENTHAU, Hans. **Política entre as Nações**. Brasília: Editora UnB, Caps. 1 a 3, pp. 3- 86, 2002.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior**: conceitos e práticas. Curitiba: Educar, n. 28, pp. 107-124, 2006.

MUNICIPALIDAD ARGENTINA. **Municipalidad Alba Posse**. Disponível em: <<https://www.municipalidad-argentina.com.ar/municipalidad-alba-posse.html>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. **Municipalidad San Javier**. Disponível em: <<https://www.municipalidad-argentina.com.ar/municipalidad-san-javier-n.html>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

NAIDIN, Leane. Regulação do Comércio Internacional e Impactos nos Negócios: Os Acordos de Defesa Comercial sobre Dumping, Subsídios e Salvaguardas. In: LIMA, Miguel; SILBER, Simão; VASCONCELLOS, Marco. **Manual de Economia e Negócios Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2012. Ed. 1, Cap. 3, p. 289-83.

ODDONE, Nahuel. **La paradiplomacia transfronteriza de los gobiernos locales en el Mercosur (2003-2013): una aproximación teórica y práctica**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2016.

OLIVEIRA, Civirino; LACERDA, Elisângela. **O processo de inserção de estudantes venezuelanos nas escolas em Roraima**. Santa Maria: Geografia, Ensino e Pesquisa [online]. 2022, v. 26, n. 31, pp. 1-20. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/66410/49269>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

VIEIRA, Gustavo Oliveira. Integração Transfronteiriça: ressignificar sentidos, com “novos” atores. **Revista da Secretaria Técnica do Tribunal Permanente de Revisão, Assunção** [online]. 2019, vol.7, n.13, pp.15-32. Disponível em: <http://scielo.iics.una.py/scielo.php?pid=S2304-78872019001300015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 jun. 2022.

VIEIRA, Gustavo Oliveira; PÉRES DE OLIVEIRA, Suellen Mayara; ABU ALI; Jihad Ahmad. Cooperación transfronteriza en la región trinacional de Iguazú: informe del plan municipal de relaciones internacionales de Foz do Iguazu, Paraná, Brasil. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, Madri, 2022, v. 49, n. 1, 69-77. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/REDC/article/view/81942>>. Acesso em: 07 jan. 2023.

PASO DE LOS LIBRES. **Ciudad**. Disponível em: <<https://pasodeloslibres.gob.ar/ciudad1/>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

PERROTTA, Daniela. 30 Años de Integración Educativa en el MERCOSUR. In: VIEIRA, Gustavo Oliveira. **30 Anos MERCOSUL: Caminhos e Possibilidades**. Foz do Iguaçu: Instituto Memória, 2021, p. 179-202.

PINTO, Muriel. **A Identidade Socioterritorial Missioneira na Cidade Histórica de São Borja-RS**: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções jesuítico-guarani. 2015. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p. 191. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131160/000980214.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Professores da PUCRS integram equipe do Ministério da Educação. Porto Alegre, 20 jan. 2023. **Notícias**. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/blog/professores-da-pucrs-integram-equipe-do-ministerio-da-educacao/>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

PORTO MAUÁ. **História**. Disponível em: <<https://www.portomaua.rs.gov.br/site/conteudos/1100-historia>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

_____. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <https://www.portomaua.rs.gov.br/Arquivos/570/Leis/19426/Plano%20Res%C3%ADDUOS%20S%C3%B3LIDOS%20Porto%20Mau%C3%A1_2795.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PORTO XAVIER. **História do Município**. Disponível em: <<https://www.portoxavier.rs.gov.br/site/conteudos/198-historia-do-municipio>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PUCCI, Adriano Silva. **O Estatuto da fronteira Brasil-Uruguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/685-O_estatuto_da_frenteira_brasil_uruguai.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2022.

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT. **Manual de investigación en ciencias sociales**. Cidade do México: LIMUSA / Grupo Noriega Editores, 2005. Disponível em: <<https://www.fapyd.unr.edu.ar/wp-content/uploads/2015/09/manual-de-investigacion-en-ciencias-sociales-quivy-campenhoudt.pdf>>. Acesso em: 29.mai.2022.

RÁDIO CULTURA FOZ. Depois de 3 anos Comitê de Fronteira Foz-Porto Iguaçu volta a se reunir. Rádio Cultura Foz, Foz do Iguaçu, 12 de dezembro de 2022. **Fronteira**. Disponível em: <<https://www.radioculturafoz.com.br/2022/12/12/depois-de-3-anos-comite-de-fronteira-foz-porto-iguacu-volta-a-se-reunir/>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. A *inserção* internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Unesp, 2004, p. 441-462.

ROSSMAN, Gretchen; RALLIS, Sharon. **An Introduction to Qualitative Research: Learning in the Field**. London: Sage Publications, 2017, p. 44.

SADECK, Bruno. A fronteira no processo de integração regional. In: GOMES, Joséli Fiorin; CORRADI, Rodrigo de Souza (Org.). **Paradiplomacia em movimento**. Porto Alegre: UniRitter, 2015, pp. 107-121.

SALOMÓN, Monica. A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. **Política externa brasileira: a política das práticas e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012, 269-300.

SAN JAVIER. **Historia de San Javier Misiones**. Disponível em: <<http://www.sanjavier.misiones.gob.ar/index.php/municipio/historia>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

SANAHUJA, José Antonio. La crisis de integración y el regionalismo en América Latina: giro liberal-conservador y contestación normativa. In MESA, Manuela (coord.). **Ascenso del nacionalismo y el autoritarismo en el sistema internacional: Anuario 2018-2019**. Madrid: CEIPAZ, v. 7, p. 107-126, 2019.

SANTO TOMÉ. **Historia de Nuestra Ciudad**. Disponível em: <<https://www.municipiosantotome.gob.ar/historiaciudad>>. Acesso em: 30 out. 2021.

SÃO BORJA. **História**. Disponível em: <<http://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/historia>>. Acesso em: 30 out. 2021.

_____. **II Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça São Borja-Santo Tomé**. Disponível em: <<https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/ultimas-noticias/2094-ii-reuniao-do-comite-de-integracao-fronteirica-sao-borja-santo-tome>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

_____. **Município sedia encontro binacional do Comitê de integração Fronteiriça**. Disponível em: <<https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/ultimas-noticias/908-municipio-sedia-encontro-binacional-do-comite-de-integracao-fronteirica>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

_____. **São Borja e Santo Tomé formalizam formação de comitê de integração**. Disponível em: <https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/ultimas-noticias/1449-sao-borja-e-santo-tome-formalizam-formacao-de-comite-de-integracao?fbclid=IwAR1G6mH_ITThCCWKVLcwG4vZFG7FEWWgTIRgs6diRr1aRvinR9ZcStfMU>. Acesso em: 05 nov. 2021.

_____. **São Borja e Santo Tomé realizam primeira reunião do Comitê de Integração**. Disponível em: <<https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/ultimas-noticias/925-sao-borja-e-santo-tome-realizam-primeira-reuniao-do-comite-de-integracao>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

- SÍVERES, Luiz. Internacionalização na Educação Básica – Tendências e Desafios. In: BRITO, Renato de Oliveira (Org.). **Internacionalização na Educação Básica e Superior: Desafios, Perspectivas e Experiências**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Universidade Católica de Brasília, 2020, p. 81-92. Disponível em: <https://socialeducation.files.wordpress.com/2020/11/internacionalizacao-da-educacao-basica-e-superior_web.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- SOLDATOS, Panayotis. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign policy Actors. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (Org.). **Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units**. New York: Oxford University Press, 1990, p. 34-53.
- STOECKL, Bianca. Internacionalizar para Integrar: um balanço das ações para a educação superior no MERCOSUL. In: FERNÁNDEZ, Paula Daniela; STOECKL, Bianca (Org.). **Educação e Integração Regional: Experiências Sul-Americanas**. Curitiba: CRV, 2021, p. 103-117.
- STURZA, Eliana Rosa. Programa Escolas de Fronteira e Integração Regional. In: DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FÉLIX, Julian Mokwa (Orgs.). **Ensinando Fronteiras: Projetos Estatais, Representações Sociais e Interculturalidade**. Porto Alegre: Editora Letra1; Editora Diadorim, 2021, p. 59-71. Disponível em <<https://www.editoraleta1.com.br/epub/9786599023460/9786599023460.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2022.
- SUZIN; Guilherme; Gherlandi, Petterson. 2021. A Paradiplomacia e a Experiência Internacional de Governos Locais do Sul Global: Cidade de Medellín (CO), estado de São Paulo (BR) e Província De Western Cape (ZA). In: Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, VIII, 2021, Evento Online. **Anais eletrônicos**, 2021, p. 1-16. Disponível em: <<https://www.encontro2021.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjUxMjAiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiMTZhMTA1ZTQ4NDQyOTkzOTAxMWM1MGQzOWE0YTFiZWQiO30%3D>>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- TAVARES, Rodrigo. **Paradiplomacy: Cities and States as Global Players**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- THIESEN, Juares da Silva. **Currículo e internacionalização na Educação Básica**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, p. 246.
- THIESEN, Juares da Silva. Internacionalização dos currículos na Educação Básica: concepções e contextos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.4, p. 991–1017, out./dez, 2017. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/curriculum/v15n4/1809-3876-curriculum-15-04-991.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2022.
- URUGUAIANA. **Aspectos Gerais – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEMUDE**. Disponível em: <<https://www.uruguaiana.rs.gov.br/arquivos/b14fa17db1081daca2657835b0329f47.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

_____. **83º ano do lançamento da pedra fundamental da ponte internacional.**

Disponível em: <<https://www.uruguaiana.rs.gov.br/noticia/view/5096/83-ano-do-lancamento-da-pedra-fundamental-da-ponte-internacional>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. UNILA é a instituição brasileira de ensino superior que mais atrai estudantes estrangeiros. Foz do Iguaçu, 23 maio 2022. **Notícias**. Disponível em:

<<https://portal.unila.edu.br/noticias/unila-e-a-instituicao-brasileira-de-ensino-superior-que-mais-atrai-estudantes-estrangeiros>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

URUGUAY. Uruguay y Argentina avanzan negociaciones por puente Bella Unión – Monte Caseros y esperan que obras se inicien em 2023. **El Observador**, Montevideú, 09 fev. 2022. Nacional. Disponível em:

<<https://www.observador.com.uy/nota/uruguay-y-argentina-avanzan-negociaciones-por-puente-bella-union-monte-caseros-y-esperan-que-obras-inicien-en-2023-20222910746>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

VAN DER WENDE, M. Missing links: The relationship between national policies for internationalisation and those for higher education in general. In: KALVERMARK, T; VAN DER WENDE, M. (Eds.). **National policies for the internationalisation of higher education in Europe**. Stockholm: Hogskoleverket Studies, National Agency for Higher Education, 1997, p. 10-31. Disponível em: <

<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED432190.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

VARELLA, Marcelo D. **Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, pp. 21-24.

VIGEVANI, Tullo; PRADO, Débora Figueiredo. Ações e problemas para a paradiplomacia no Brasil. In: SALA, José Blanes; GASPAROTO, Ana Lúcia (Org.).

Relações Internacionais: polaridades e novos/velhos temas emergentes. Marília: Unesp, 2010, p. 25-54.

ZANINI, Fábio. Adormecida, disputa de fronteira do Uruguai com o Brasil faz 85 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 de junho de 2019. Mundo. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/adormecida-disputa-de-fronteira-do-uruguai-com-o-brasil-faz-85-anos.shtml>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COM REPRESENTANTES DOS GOVERNOS NÃO CENTRAIS

Título da pesquisa: A Paradiplomacia Transfronteiriça e o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina na área da Educação.

Instituição/Departamento: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) / Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Endereço: Avenida Silvio Américo Sasdelli, 1842 - Bairro Itaipu A, Edifício Comercial Lorivo. CEP: 85866-000 | Caixa Postal 2044 - Foz do Iguaçu – Paraná.

Professor orientador: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira, gustavo.vieira@unila.edu.br.

Responsável pela entrevista: Guilherme Suzin Pereira da Rosa, guilhermesuzinpr@gmail.com.

Coleta de dados pelo entrevistador:

Eu, Guilherme Suzin Pereira da Rosa, sou o responsável pela entrevista para a pesquisa acadêmica sobre Paradiplomacia Transfronteiriça.

Por meio desta entrevista e tendo como referência o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina (decreto Nº 8.636, de 13 de janeiro de 2016), pretende-se conhecer as iniciativas na área da Educação (conforme Art. VII, parágrafo 2) protagonizadas pelos municípios brasileiros que fazem parte do Acordo, como é o caso do seu município em questão.

Acredito que a entrevista e a pesquisa possibilitarão mapear e compartilhar as experiências e boas-práticas realizadas pelos municípios dentro da área da Educação.

A presente entrevista será realizada de forma presencial e a sua participação é voluntária, de modo que não envolverá recursos financeiros.

Em caso de qualquer desconforto em abordar alguma temática específica ou eventualmente equivocada, empregamos duas providências cautelares a fim de evitar possíveis riscos aos participantes. São elas: autonomia ao convidado para não responder quaisquer perguntas que considerar não pertinentes e interromper a entrevista a qualquer momento.

Além disso, caso o entrevistado esteja de acordo, a entrevista poderá ser gravada, por áudio, com a finalidade de servir como fonte técnica do estudo, de modo que auxilie a redação e a pesquisa como um todo.

Ademais, conforme a preferência sinalizada pelo entrevistado, a entrevista poderá estar disponível por meio de áudio ou transcrição em arquivo público aberto – como o repositório digital da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato comigo, Guilherme Suzin Pereira da Rosa, o responsável pela pesquisa.

Autorização do entrevistado voluntário:

Eu, enquanto entrevistado e integrante da (**NOME**), após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador e entrevistador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do entrevistado voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do Termo

Local e data,

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COM REPRESENTANTES CONSULARES

Título da pesquisa: A Paradiplomacia Transfronteiriça e o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina na área da Educação.

Instituição/Departamento: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) / Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Endereço: Avenida Silvio Américo Sasdelli, 1842 - Bairro Itaipu A, Edifício Comercial Lorivo. CEP: 85866-000 | Caixa Postal 2044 - Foz do Iguaçu – Paraná.

Professor orientador: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira, gustavo.vieira@unila.edu.br.

Responsável pela entrevista: Guilherme Suzin Pereira da Rosa, guilhermesuzinpr@gmail.com.

Coleta de dados pelo entrevistador:

Eu, Guilherme Suzin Pereira da Rosa, sou o responsável pela entrevista para a pesquisa acadêmica sobre Paradiplomacia Transfronteiriça.

Por meio desta entrevista e tendo como referência o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina (decreto Nº 8.636, de 13 de janeiro de 2016), pretende-se conhecer as iniciativas na área da Educação (conforme Art. VII, parágrafo 2) protagonizadas pelos municípios brasileiros que fazem parte do Acordo, bem como a atuação Consular para o fomento da cooperação transfronteiriça na área da Educação em questão.

Acredito que a entrevista e a pesquisa possibilitarão mapear e compartilhar as experiências e boas-práticas realizadas pelos municípios dentro da área da Educação.

A presente entrevista será realizada de forma presencial e a sua participação é voluntária, de modo que não envolverá recursos financeiros.

Em caso de qualquer desconforto em abordar alguma temática específica ou eventualmente equivocada, empregamos duas providências cautelares a fim de evitar possíveis riscos aos participantes. São elas: autonomia ao convidado para não responder quaisquer perguntas que considerar não pertinentes e interromper a entrevista a qualquer momento.

Além disso, caso o entrevistado esteja de acordo, a entrevista poderá ser gravada, por áudio, com a finalidade de servir como fonte técnica do estudo, de modo que auxilie a redação e a pesquisa como um todo.

Ademais, conforme a preferência sinalizada pelo entrevistado, a entrevista poderá estar disponível por meio de áudio ou transcrição em arquivo público aberto – como o repositório digital da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato comigo, Guilherme Suzin Pereira da Rosa, o responsável pela pesquisa.

Autorização do entrevistado voluntário:

Eu, enquanto entrevistado e integrante do **(NOME)**, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador e entrevistador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do entrevistado voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do Termo

Local e data,

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COM PESQUISADOR

Título da pesquisa: Relações Internacionais Fronteiriças: Paradiplomacia para Internacionalização da Educação

Instituição/Departamento: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) / Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Endereço: Avenida Silvio Américo Sasdelli, 1842 - Bairro Itaipu A, Edifício Comercial Lorivo. CEP: 85866-000 | Caixa Postal 2044 - Foz do Iguaçu – Paraná.

Professor orientador: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira, gustavo.vieira@unila.edu.br.

Responsável pela entrevista: Guilherme Suzin Pereira da Rosa, guilhermesuzinpr@gmail.com.

Coleta de dados pelo entrevistador:

Eu, Guilherme Suzin Pereira da Rosa, responsável pela entrevista sobre Paradiplomacia Transfronteiriça, o convido a participar como voluntário da pesquisa de Dissertação em construção.

A pesquisa em questão tem como objeto de estudo o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Brasil e a Argentina (decreto Nº 8.636, de 13 de janeiro de 2016), considerando as iniciativas previstas na área da educação, de acordo com o artigo VII, parágrafo segundo.

Por meio desta entrevista, pretende-se conhecer a visão do entrevistado voluntário sobre a temática da pesquisa em questão, que dialoga entre a paradiplomacia transfronteiriça e a internacionalização da educação, a partir das regiões de fronteira entre o Brasil e a Argentina.

A entrevista será realizada de forma *online*, agendada conforme sua disponibilidade. Ademais, a sua participação será voluntária, de modo que não envolverá recursos financeiros.

Em caso de qualquer desconforto em abordar alguma temática específica ou eventualmente equivocada, empregamos duas providências cautelares a fim de evitar possíveis riscos aos participantes. São elas: autonomia ao convidado para não responder quaisquer perguntas que considerar não pertinentes e/ou interromper a entrevista a qualquer momento.

Além disso, esclarecemos o pedido de consentimento para a gravação do áudio e imagem (vídeo) da entrevista e transcrição da mesma, com a finalidade única de servir como fonte técnica do estudo para auxiliar na sua pesquisa e redação. Ressaltamos que, caso deseje, poderemos disponibilizar a transcrição de sua entrevista para a conferência.

Ademais, conforme a preferência sinalizada pelo entrevistado, a entrevista poderá estar disponível por meio de vídeo, áudio ou transcrição em arquivo público aberto – como o repositório digital da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de sanar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato comigo, Guilherme Suzin Pereira da Rosa, o responsável pela pesquisa.

As informações desta entrevista são confidenciais e serão divulgadas apenas internamente entre o responsável pela pesquisa e o professor orientador.

Autorização do entrevistado voluntário:

Eu, **(NOME)**, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador e entrevistador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, assino este termo.

Assinatura do entrevistado voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Porto Alegre, 22 de dezembro de 2022.

**ANEXO D – ACORDO SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS
VINCULADAS ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA**

Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 8.636, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que foi firmado o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 145, de 2 de junho de 2011; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 7 de julho de 2011, nos termos de seu Artigo XII;

DECRETA:

Art. 1º Fica promulgado o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos

gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Mauro Luiz Iecker Vieira

Nelson Barbosa

André Meloni Nassar

Aloizio Mercadante

Marcelo Costa e Castro

Este texto não substitui o publicado no DOU de 14.1.2016

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS

A República Federativa do Brasil

e

A República Argentina

(adiante denominadas “Partes”),

Tendo em conta que são coincidentes as vontades de criar instrumentos que promovam a maior integração das comunidades fronteiriças, buscando melhorar a qualidade de vida de suas populações;

Considerando que a fluidez e a harmonia do relacionamento entre tais comunidades constituem um dos aspectos mais relevantes e emblemáticos do processo de integração bilateral;

Conscientes de que a história desse relacionamento precede ao próprio processo de integração, devendo as autoridades da Argentina e do Brasil proceder ao seu aprofundamento e dinamização; e,

A fim de facilitar a convivência das localidades fronteiriças vinculadas e impulsar sua integração através de um tratamento diferenciado à população em matéria econômica, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos e de educação,

Acordam:

ARTIGO I

Beneficiários e âmbito de Aplicação.

O presente Acordo se aplica aos nacionais das Partes com domicílio, de acordo com as disposições legais de cada Estado, nas áreas de fronteiras enumeradas no Anexo I, sempre que sejam titulares da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço emitida conforme previsto nos artigos seguintes, e somente quando se encontrem domiciliados dentro dos limites previstos neste Acordo.

As Partes poderão consentir que os benefícios do presente Acordo possam ser estendidos em seus respectivos países aos residentes permanentes de outras nacionalidades.

ARTIGO II

Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço

1. Os nacionais de uma das Partes, domiciliados dentro dos limites previstos neste Acordo, poderão solicitar a expedição da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço às autoridades competentes da outra. Esta carteira será expedida com a apresentação de:

a) Passaporte ou outro documento de identidade válido previsto na Resolução GMC 75/96;

b) Comprovante de domicílio na localidade fronteiriça devidamente identificada no Anexo I do presente Acordo;

c) Certidão negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais no país de origem;

d) Declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes nacionais e internacionais, penais ou policiais;

e) Duas fotografias tamanho 3 x 4; e,

f) Comprovante de pagamento das taxas correspondentes. 2. Na carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço constará seu domicílio dentro dos limites previstos neste Acordo e as localidades onde o titular estará autorizado a exercer os direitos contemplados no mesmo.

3. A carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço terá validade de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por igual período, ao final do qual poderá ser concedida por tempo indeterminado.

4. Não poderá beneficiar-se deste Acordo quem haja sofrido condenação criminal ou que esteja respondendo a processo penal ou inquérito policial em alguma das Partes ou em terceiro país.

5. No caso de menores, o pedido será formalizado por meio da necessária representação legal.

6. A emissão da carteira compete:

a) No Brasil, ao Departamento da Polícia Federal; e

b) Na Argentina, ao Departamento Nacional de Migrações.

7. A obtenção da carteira será voluntária e não substituirá o documento de identidade emitido pelas Partes, cuja apresentação poderá ser exigida ao titular.

8. Para a concessão da carteira Trânsito Vicinal Fronteiriço, serão aceitos, igualmente, documentos em português ou espanhol, de conformidade com o disposto no Acordo de Isenção de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Parte do Mercosul, aprovado por Decisão CMC 44/00.

9. O desenho da carteira será estabelecido entre as autoridades de aplicação competentes.

ARTIGO III

Direitos Concedidos

1. Os titulares da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço gozarão dos seguintes direitos nas localidades fronteiriças vinculadas da Parte emissora da carteira, constantes do Anexo I:

a) Exercício de trabalho, ofício ou profissão de acordo com as leis destinadas aos nacionais da Parte onde é desenvolvida a atividade, inclusive no que se refere aos requisitos de formação e exercício profissional, gozando de iguais direitos trabalhistas e previdenciários e cumprindo as mesmas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias que delas emanam;

b) Acesso ao ensino público em condições de gratuidade e reciprocidade;

- c) Atendimento médico nos serviços públicos de saúde em condições de gratuidade e reciprocidade;
- d) Acesso ao regime de comércio fronteiriço de mercadorias ou produtos de subsistência, segundo as normas específicas que constam no Anexo II; e
- e) Quaisquer outros direitos que as Partes acordem conceder.

ARTIGO IV

Cancelamento da Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço

1. A carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço será cancelada em qualquer momento pela autoridade emissora quando ocorra qualquer das seguintes situações:

- a) Perda da condição de domiciliado na localidade fronteiriça vinculada da Parte que gerou esse direito;
- b) Condenação penal em qualquer das Partes ou em terceiro país;
- c) Constatação de fraude ou utilização de documentos falsos para instrução do pedido de emissão da carteira;
- d) Reincidência na tentativa de exercer os direitos previstos neste Acordo fora das localidades fronteiriças vinculadas estabelecidas no Anexo I; e
- e) Condenação por infrações aduaneiras, conforme regulamentação da Parte onde ocorreu a infração.

2. O cancelamento da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço acarretará na imediata apreensão pela autoridade competente.

3. As Partes poderão acordar outras causas para o cancelamento da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço.

4. Uma vez extinta a causa de cancelamento no caso previsto na alínea “a” e nos casos contemplados nas alíneas “d” e “e”, uma vez transcorrido um período superior a um ano, a autoridade emissora poderá, a pedido do interessado, considerar a expedição de nova carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço.

ARTIGO V

Circulação de Veículos Automotores de Uso Particular

1. Os beneficiários da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço também poderão requerer às autoridades competentes que seus veículos automotores de uso particular sejam identificados especialmente, indicando que se trata de um veículo de propriedade de titular da citada carteira. Para que a identificação especial seja outorgada, o veículo deverá contar com uma apólice de seguro que tenha cobertura nas localidades fronteiriças vinculadas.

2. Os veículos automotores identificados nos termos do parágrafo anterior, poderão circular livremente dentro da localidade fronteiriça vinculada da outra Parte, sem conferir direito a que o veículo permaneça em forma definitiva no território desta, infringindo sua legislação aduaneira.

3. Aplicam-se, quanto à circulação, as normas e os regulamentos de trânsito do país onde estiver transitando o veículo, e, quanto às características do veículo, as normas do país de registro. As autoridades de trânsito intercambiarão informações sobre as referidas características.

ARTIGO VI

Transportes dentro das Localidades Fronteiriças Vinculadas

1. As Partes se comprometem, de comum acordo, a simplificar a regulamentação existente sobre transporte de mercadorias e transporte público e privado de passageiros quando a origem e o destino da operação estiverem dentro dos limites de localidades fronteiriças vinculadas identificadas no Anexo I do presente Acordo.

2. As operações de transporte de mercadorias descritas no parágrafo anterior, realizadas em veículos comerciais leves, tornam-se isentas das autorizações e exigências complementares descritas no Artigo 23 e 24 do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre.

3. As Partes se comprometem, de comum acordo, a modificar a regulamentação das operações de transporte de mercadorias e transporte público e privado de passageiros descritas no parágrafo 1º deste Artigo de modo tal a refletir as características urbanas de tais operações.

ARTIGO VII

Áreas de Cooperação

1. As Instituições Públicas responsáveis pela prevenção e o combate a enfermidades, assim como pela vigilância epidemiológica e sanitária das Partes deverão colaborar com seus homólogos nas localidades fronteiriças vinculadas para a realização de trabalhos conjuntos nessas áreas. Este trabalho será efetuado conforme as normas e procedimentos harmonizados entre as Partes ou, em sua ausência, com as respectivas legislações nacionais.

2. As Partes promoverão a cooperação em matéria educativa entre as localidades fronteiriças vinculadas, incluindo intercâmbio de docentes, alunos e materiais educativos. O ensino das matérias de História e Geografia será realizado com uma perspectiva regional e integradora. Ao ensinar Geografia se procurará enfatizar os aspectos comuns, ao invés dos limites políticos e administrativos. No ensino de História se buscará ressaltar os fatos positivos que historicamente uniram os povos através das fronteiras, promovendo nos alunos uma visão de vizinho como parte de uma mesma comunidade.

ARTIGO VIII

Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto

1. As Partes promoverão em acordo a elaboração e execução de um “Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto” nas localidades fronteiriças vinculadas onde seja possível ou conveniente.

2. O “Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto” de cada uma das localidades fronteiriças vinculadas terá como principais objetivos:

- a) A integração racional de ambas as cidades, de modo a configurar uma só conurbação quanto à infraestrutura, serviços e equipamento;
- b) O planejamento de sua expansão;
- c) A conservação e recuperação de seus espaços naturais e áreas de uso público, com especial ênfase em preservar e/ou recuperar o meio ambiente; e
- d) O fortalecimento de sua imagem e de sua identidade cultural comum.

ARTIGO IX

Outros Acordos

1. Este Acordo não restringe direitos e obrigações estabelecidos por outros Acordos vigentes entre as Partes.
2. O presente Acordo não obsta a aplicação, nas localidades por ele abrangidas, de outros ou Acordos vigentes entre as Partes, que favoreçam uma maior integração.
3. Este Acordo somente será aplicado nas localidades fronteiriças vinculadas que constam expressamente no Anexo I.

ARTIGO X

Lista de Localidades Fronteiriças Vinculadas e Suspensão da Aplicação do Acordo.

1. A lista das localidades fronteiriças vinculadas, para a aplicação do presente Acordo, consta no Anexo I, podendo ser ampliada ou reduzida por troca de notas. As ampliações ou reduções entrarão em vigor noventa (90) dias após a troca das notas diplomáticas correspondentes.

2. Cada Parte poderá, a seu critério, suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo em qualquer das localidades constantes no Anexo I, informando a outra Parte com uma antecedência de trinta (30) dias. A suspensão poderá se referir, também temporariamente, a qualquer dos incisos do Artigo III do presente Acordo.

3. As suspensões da aplicação do presente Acordo, previstas no parágrafo anterior, não prejudicarão a validade das carteiras de Trânsito Vicinal Fronteiriço já expedidas, nem o exercício dos direitos por elas adquiridos.

ARTIGO XI

Estímulo à Integração

1. As Partes deverão ser tolerantes quanto ao uso do idioma do beneficiário deste Acordo, quando este se dirigir às repartições públicas para peticionar os benefícios decorrentes deste Acordo.

2. As Partes não exigirão legalização ou intervenção consular nem tradução dos documentos necessários à obtenção da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço ou do documento de identificação de veículos previsto no Artigo V.

3. As Partes monitorarão os avanços e dificuldades constatadas para a aplicação deste Acordo através dos Comitês de Fronteira existentes. Com esta finalidade estimularão igualmente a criação de Comitês de Fronteira nas localidades fronteiriças vinculadas onde não houver.

ARTIGO XII

Vigência

1. O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data da última das notas pelas quais as Partes comuniquem o cumprimento das formalidades legais internas para sua entrada em vigor.

2. Os Anexos I e II são parte integrante do presente Acordo.

Feito em Puerto Iguazú, República Argentina, aos 30 dias do mês de novembro de dois mil e cinco, em dois exemplares originais nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

RAFAEL ANTONIO BIELSA

Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto

ANEXO I

ANEXO AO ACORDO SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS

Localidades Fronteiriças Vinculadas

Foz do Iguaçu - Puerto Iguazú

Capanema - Andresito

Barracão/Dionísio Cerqueira - Bernardo de Irigoyen

Porto Mauá - Alba Posse

Porto Xavier - San Javier

São Borja - Santo Tomé

Itaqui - Alvear

Uruguaiana - Paso de los Libres

Barra do Quaraí - Monte Caseros

ANEXO II

ANEXO AO ACORDO SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS RELATIVO AO TRÁFEGO VICINAL DE MERCADORIAS

PARA SUBSISTÊNCIA DE POPULAÇÕES FRONTEIRIÇAS: TRÁFEGO VICINAL FRONTEIRIÇO

ARTIGO 1

São beneficiários do regime estabelecido por este anexo as pessoas definidas no artigo I deste Acordo.

ARTIGO 2

Entende-se por mercadorias ou produtos de subsistência, os artigos de alimentação, higiene e cosmética pessoal, limpeza e uso doméstico, peça de vestuário, calçados, livros, revistas e jornais destinados ao uso e consumo pessoal e da unidade familiar, sempre e quando não revelem, por seu tipo, volume ou quantidade, destinação comercial.

ARTIGO 3

A critério da Parte importadora, outros tipos de bens poderão ser incluídos na lista de produtos passíveis de tratamento outorgada ao comércio de subsistência.

ARTIGO 4

O ingresso e a saída de mercadorias ou produtos de subsistência não estarão sujeitos a registro de declaração de importação e exportação, devendo, para facilitar o controle e fiscalização aduaneira, estar acompanhados de documentos fiscais emitidos por estabelecimentos regulares da localidade fronteiriça limítrofe, contendo o número da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço.

ARTIGO 5

Sobre as mercadorias de subsistência sujeitas a este regime não incidirão gravames aduaneiros de importação e exportação.

ARTIGO 6

As mercadorias objeto deste procedimento simplificado, e adquiridas pelo beneficiário do país limítrofe, serão consideradas nacionais ou nacionalizadas no país do adquirente.

ARTIGO 7

Estão excluídas deste regime as mercadorias ou produtos cujo ingresso ou saída do território de cada uma Partes estejam proibidos.

ARTIGO 8

Os produtos de subsistência que receberam o tratamento simplificado previsto neste Anexo deverão ser conduzidos ou acompanhados pelo próprio adquirente.

ARTIGO 9

Aos beneficiários deste regime, no que concerne às aquisições nas localidades fronteiriças, não será aplicado o tratamento tributário de bagagem estabelecido pela decisão CMC Nº 18/94.

ARTIGO 10

As pessoas que infringirem os requisitos e condições estabelecidas para o procedimento simplificado regulado por este Anexo estarão sujeitas à aplicação das penalidades previstas na legislação da Parte onde ocorreu a infração.

ARTIGO 11

Este regime, que simplifica os trâmites aduaneiros, não impedirá a atuação dos órgãos de controle não aduaneiros, a qual deverá ocorrer conforme o espírito de cooperação do Artigo VII deste acordo.

ARTIGO 12

As Partes poderão acordar esquemas específicos para a matéria do Artigo 11 para certas localidades fronteiriças vinculadas.

*